



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

Francis Vilas Novas Lages Guedes

Recampesinização, Estado e produção de leite:
os caminhos da produção de alimentos em Cuba

Florianópolis - SC

2023

Francis Vilas Novas Lages Guedes

Recampesinização, Estado e produção de leite:
os caminhos da produção de alimentos em Cuba

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Grau de Doutor em Agroecossistemas.

Orientador: Prof. PhD. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho

Coorientadores: Prof. PhD. Ilyas Siddique e Prof. Dr. Pedro Pablo del Pozo Rodríguez

Florianópolis - SC

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Guedes, Francis Vilas Novas Lages
Recampesinização, Estado e produção de leite: os caminhos da produção de alimentos em Cuba / Francis Vilas Novas Lages Guedes; orientador, Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho, coorientador, Ilyas Siddique, coorientador, Pedro Pablo del Pozo Rodríguez, 2023.
157 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Agroecossistemas. 2. Produção de leite. 3. Agroecologia e Pastoreio Racional Voisin (PRV). 4. Recampesinização. 5. Socialismo. I. Pinheiro Machado Filho, Luiz Carlos. II. Siddique, Ilyas. III. del Pozo Rodríguez, Pedro Pablo IV. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. V. Título.

Francis Vilas Novas Lages Guedes

Recampesinização, Estado e produção de leite: os caminhos da produção de alimentos em
Cuba

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 31 de agosto de 2022,
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Reinaldo Funes Monzote, Dr.
Universidad de La Habana - UH

Prof. Pedro Ivan Christoffoli, Dr.
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Prof. Abdon Luiz Schmitt Filho, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de Doutor em Agroecossistemas.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2023.

A Luiz Carlos Pinheiro Machado. Com sua partida a humanidade ficou menor. E minha vida também. Tantos anos como referência técnica, política e sobretudo de firmeza, resistência e destemor. Mais recentemente, sem que ninguém soubesse, apoiou e acolheu a mim e à minha família em um momento muito difícil. Referência de ser humano. Quanta falta vai fazer! A mim e a este mundo em pedaços. Até mais, Pinheirão.

A Juan Valdés Paz que, mesmo em um breve contato presencial, com uma generosidade sem tamanho, me abriu as portas de sua casa, me presenteou com seu tempo, seu conhecimento e experiência, suas informações, e me ajudou enormemente em minha pesquisa. Mantivemo-nos em contato e me enviava materiais e notícias sobre Cuba. Uma perda para mim, para Cuba e para o mundo.

Ambos partiram durante a elaboração deste trabalho. Foi uma honra conhecê-los e ser digno de sua confiança. Os levarei comigo para sempre.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas – PGA-UFSC, por proporcionar o ambiente e as condições para a realização deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - Fapesc pela concessão das bolsas de estudo que possibilitaram a realização da pesquisa.

À Universidad Agraria de La Habana – UNAH e à Estación Experimental de Pastos y Forrajes - EEPF Indio Hatuey pelo suporte ao trabalho de campo, e à FAO Cuba pelo apoio.

Ao Ministerio de la Agricultura de Cuba - MINAG e à Asociación Nacional de Agricultores Pequeños – ANAP, pela disponibilidade e autorização para a realização das visitas às unidades de produção.

A cada um dos entrevistados e apoiadores cubanos, pela receptividade, confiança e disponibilização das informações sem as quais este trabalho não teria sido possível.

Ao Caco, orientador, companheiro e amigo; ao Ilyas, coorientador e parceiro, e ao Pedro Pablo, coorientador que se tornou família.

Ao José e ao Luiz, pelo suporte de valor imensurável nas análises estatísticas.

Ao Gilberto e à Renata, pelo incentivo e amparo de todas as horas.

À minha família, por tamanha parceria, apoio e paciência. Me desculpo pelas ausências e instabilidades que decorreram da minha difícil jornada dos últimos anos. À mamãe, Neuza, e à minha linda companheira, Gal, que me ajudaram de maneira especial a atravessar dificuldades e a carregar muitos pesos. Aos meus filhos, Jorge e Cecília, minha maior riqueza, luz da minha vida, meu farol.

“Nosso tema é, em primeiro lugar, a produção material. Como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos, socialmente determinada, é, naturalmente, o ponto de partida. (...) Quando se trata, pois, de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção de indivíduos sociais. (...) Toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade. (Marx, 2007, pp. 237-243).

“No partimos de ninguna posición dogmática, pero nuestro objetivo es producir el máximo de leche, no por vaca, sino por hectárea de tierra o por caballería, no el máximo de carne por toro, sino por hectárea de tierra. Es decir, nuestra divisa es: máximo de producción de leche y de carne por hectárea con mínimo de costo, máximo de producción de carne y leche por hectárea con mínimo de costo. Esa ha de ser la consigna de una revolución que construye el socialismo”.
(Fidel Castro, discurso em 1964).

“Nosotros tenemos que impulsar las producciones agrícolas de las empresas estatales, pero tenemos que impulsar también la producción agrícola de las cooperativas de producción agropecuaria y la producción agrícola de los campesinos independientes. Si uno solo de estos pilares nos falla, la mesa queda incompleta, la mesa queda coja; el esfuerzo que hagamos en otro sentido lo perdemos si alguno de estos pilares falla”.
(Fidel Castro, discurso em 1992).

RESUMO

O leite é considerado uma prioridade em Cuba desde a Revolução de 1959. Após ter atingido, com base no modelo convencional, altos níveis de produtividade ao final da década de 1980, a produção de leite cubana foi severamente afetada pelas grandes restrições materiais impostas pelo Período Especial dos anos 1990, situação decorrente da interrupção das transações comerciais com o bloco socialista, da dependência de insumos externos e da ampliação mundial do bloqueio econômico instaurado pelos Estados Unidos em 1962. Nesse contexto, a chamada revolução agroecológica cubana ocorreu através da produção vegetal camponesa, tendo papel fundamental na recuperação da produção de alimentos. A pecuária agroecológica tem uma particular história no país. Sob a influência dos trabalhos de Andre Voisin e do direcionamento operado pelo Estado, procedeu-se a uma tentativa de ampla utilização das pastagens e outras forrageiras na alimentação dos bovinos. Entretanto, isso acabou por ser dar em moldes convencionais, adotando-se o paradigma da Revolução Verde. No Período Especial, houve uma iniciativa de disseminação de sistemas de Pastoreio Racional Voisin (PRV) para a produção leiteira em unidades estatais de todo o país, com a participação direta de Luiz Carlos Pinheiro Machado. Com o objetivo de reverter uma grande área ociosa à produção para o abastecimento interno, em 2008 foi iniciada a distribuição de terras em usufruto. Esta política promoveu uma intensa recampesinização e reconfigurou a gestão da terra no país, elevando-se a participação relativa do campesinato na produção de alimentos, entre eles o leite. Estudos apontam que a política teve resultados produtivos insuficientes. A recampesinização é parte de um processo de descentralização e ampliação de mecanismos de mercado para alavancar a economia, diante do estrangulamento do Estado decorrente do bloqueio. Esse processo acarretou o aprofundamento da estratificação econômica iniciada nos anos 1990, ampliando-se as desigualdades na sociedade, em geral, e no meio rural. Com a presente pesquisa, busca-se, em primeiro lugar, compreender determinações e elementos de funcionamento de *fincas* e *vaquerías*, quanto à produção de leite, à reprodução social e à incorporação da agroecologia, utilizando-se um grande volume de informações primárias e análises quali-quantitativas. Procedeu-se à caracterização e diferenciação das formas produtivas sob aspectos produtivos, econômicos, sociais e organizativos, tencionando-se esclarecer necessidades, contrastes e possibilidades de coordenação. A avaliação das interrelações entre a forma produtiva, a escala e a matriz tecnológica, e da conexão entre agroecologia e abastecimento, ajuda e apontar caminhos para uma estratégia produtiva, socioeconômica e tecnológica, calcada na qualificação do funcionamento e na integração das unidades para o atendimento sustentável à demanda por leite. Em segundo lugar, busca-se pelos vínculos entre a recampesinização, a produção de alimentos e a desigualdade, através de um paralelo temporal entre intervenções estatais, transformações agrárias e produção, de um lado, e diferenciação socioeconômica e desigualdade, de outro. Com informações predominantemente secundárias e alguns dos dados primários, tenta-se esclarecer a incompletude da abordagem da estratificação em sua conexão com a mudança agrária. Recampesinização e estratificação são partes dos mesmos processos, sendo necessário encontrar meios de apoiar o campesinato, a produção de alimentos e, simultaneamente, reverter a desigualdade crescente.

Palavras-chave: Pastoreio Racional Voisin. Agroecologia. Abastecimento. Estratificação. Socialismo.

ABSTRACT

Milk has been a priority in Cuba since the 1959 Revolution. After having reached high levels of productivity at the end of the 1980s based on the conventional model, Cuban milk production was severely affected by the major material restrictions imposed by the Special Period of the 1990s, a situation that resulted from the interruption of commercial transactions with the socialist block, the dependence on external inputs, and the worldwide expansion of the economic blockade established by the United States in 1962. In this context, the so-called Cuban agroecological revolution occurred through peasant crop production, playing a fundamental role in the recovery of food production. Agroecological livestock farming has a particular history in the country. Under the influence of Andre Voisin's work and the direction operated by the State, an attempt was made to widely use pasture and other forage for cattle feed. However, this ended up being done in conventional ways, adopting the Green Revolution paradigm. In the Special Period, there was an initiative to disseminate the Voisin Rational Grazing (VRG) systems for dairy production in State units throughout the country, with the direct participation of Luiz Carlos Pinheiro Machado. Aiming to revert a large idle area to production for domestic supply, in 2008 the distribution of land in usufruct was initiated. This policy promoted an intense repeasantization and reconfigured land management in the country, increasing the relative participation of peasants in food production, including milk. It is pointed out that the policy had insufficient productive results. Repeasantization is part of a process of decentralization and expansion of market mechanisms to leverage the economy, in face of the State's stranglehold on the blockade. This process led to a deepening of the economic stratification that began in the 1990s, increasing inequalities in society in general, and in rural areas. The present research seeks, in the first place, to understand the determinations and elements of the functioning of *fincas* and *vaquerías* in terms of milk production, social reproduction, and the incorporation of agroecology, using a large volume of primary information in quali-quantitative analyses. We proceed to characterize and differentiate the productive forms under productive, economic, social and organizational aspects, intending to clarify needs, contrasts and coordination possibilities. The evaluation of the interrelations between the productive form, the scale and the technological matrix, and of the connection between agroecology and food supply, helps to point out paths for a productive, socioeconomic and technological strategy, based on the qualification of the operation and the integration of the units for the sustainable fulfillment of the demand for milk. Second, we search for the links between repeasantization, food production and inequality, through a temporal parallel between State interventions, agrarian transformations and production, on one hand, and socioeconomic differentiation and inequality on the other. With predominantly secondary information and some of the primary data, an attempt is made to clarify the incompleteness of the approach of stratification in its connection to agrarian change. Repeasantization and stratification are parts of the same processes, and it is necessary to find ways to support peasantry, food production, and simultaneously reverse growing inequality.

Keywords: Voisin Rational Grazing. Agroecology. Food Supply. Stratification. Socialism.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	5
2. INTRODUÇÃO GERAL	7
Bloqueio econômico, Período Especial e pecuária bovina	9
Produção e distribuição de alimentos.....	12
Atualização do Modelo Econômico Social e agricultura	13
Negócios privados, mecanismos de mercado e estratificação.....	15
Recampesinização e produção de alimentos	17
A agroecologia em Cuba.....	18
O leite em Cuba.....	23
Referências	25
3. CAMPESINATO E ESTADO NA PRODUÇÃO DE LEITE EM CUBA: FORMAS PRODUTIVAS, MATRIZ TECNOLÓGICA E ABASTECIMENTO NA CONSTRUÇÃO SOCIALISTA.....	32
Introdução.....	32
Metodologia	34
Formas Produtivas.....	37
Atualização do modelo, recampesinização e estratificação	39
A agroecologia e a escala	41
Pecuária leiteira agroecológica e PRV	44
A produção de leite em Cuba	49
Resultados e discussão	56
<i>Dinâmicas produtivas, econômicas, sociais e organizativas</i>	60
<i>Agroecologia</i>	71
Algumas questões fundamentais	75
Conclusões	79
4. RECAMPELINIZAÇÃO, ESTRATIFICAÇÃO E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM CUBA: QUESTÃO AGRÁRIA E MUDANÇA AGRÁRIA SOCIALISTA NO SÉCULO XXI	89
Introdução.....	89
Sobre a questão agrária e a recampesinização	91
Período Especial: resistência, papel dos camponeses e diferenciação	94

Período 2008-2019	98
<i>Recampesinização massiva e atualização do modelo</i>	98
<i>Produção de alimentos</i>	102
<i>Estratificação e desigualdade crescentes</i>	104
<i>A singularidade de Cuba</i>	108
Mudança agrária, mercado, desigualdade e socialismo a serem abordados como um todo	109
<i>Campesinato, Estado e produção agroecológica de alimentos em larga escala</i>	110
<i>Controle da estratificação e soluções criadas coletivamente</i>	111
Considerações finais.....	112
Referências	114
5. DISCUSSÃO GERAL.....	122
Os caminhos do socialismo cubano em sua questão agrária	122
A encruzilhada do Estado e os efeitos do bloqueio e do modelo de gestão..	123
Alternativas socialistas e cooperativismo	125
Agroecologia em escala e incentivos à pecuária agroecológica	126
Meios de controle da estratificação	127
Referências	129
6. CONCLUSÃO.....	131
Recampesinização, abastecimento e agroecologia.....	131
Considerações finais.....	133
<i>Medidas, estudos e bases de dados</i>	133
<i>A unicidade e o potencial do caso cubano</i>	134
ANEXO – Roteiro de entrevistas nas unidades de produção	136

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho originou-se, em primeiro lugar, do intuito de analisar distintos sistemas de produção de leite, levando-se em conta aspectos produtivos, econômicos e da reprodução social, e contrapondo o modelo convencional à agroecologia. Surgindo a oportunidade de realizar uma estadia doutoral em Cuba, teve lugar a experiência que determinaria os contornos dos estudos ora apresentados.

A vivência trazida por sete meses no país – de novembro de 2018 a junho de 2019 como pesquisador de doutorado e residente temporário, propiciando o contato direto com a realidade estudada e alargando os horizontes de interesse, completou a conformação da pesquisa. Ao estudo da produção de leite e da reprodução social em *fincas* camponesas e *vaquerías* estatais, somou-se o dos processos de recampesinização e estratificação em curso. Devido aos objetivos de pesquisa e a objetos constituídos por interligações de diferentes áreas, a investigação lidou com um grande volume de dados e informações quantitativas e qualitativas, demandando longos períodos de diferentes tipos de análise e revisão bibliográfica, em um trabalho extenso e intenso de estudo e elaboração.

As atividades no país incluíram visitas a unidades produtoras de leite das quatro formas produtivas, em três províncias ocidentais do país (La Habana, Mayabeque e Matanzas, entrevistas e reuniões formais e informais com camponeses em suas *fincas*, administradores de *vaquerías*, outros trabalhadores de granjas estatais, pesquisadores e assessores técnicos, dentre outros. A recampesinização e estratificação foram pesquisadas, sobretudo, com base em informações secundárias, levando-se em consideração também alguns dados coletados durante o trabalho de campo. A permanência e a condição de residente temporário possibilitaram a aproximação ao cotidiano e o contato com problemas relevantes, permitindo uma importante apreensão qualitativa da realidade e contribuindo grandemente para a interpretação do conjunto de informações levantadas e estudadas.

A tese está composta pelas partes descritas a seguir:

- Uma introdução geral que passa pelos problemas abordados e traz elementos históricos e contemporâneos sobre o bloqueio econômico, as reformas implementadas e algumas de suas consequências, a reconfiguração fundiária, a agroecologia e a bovinocultura.

- Um estudo sobre a produção de leite em unidades camponesas e estatais, considerando aspectos produtivos, econômicos, sociais e organizativos, elementos das matrizes tecnológicas convencional e agroecológica, e a necessidade de abastecimento interno de um produto considerado fundamental.
- Um estudo sobre as ligações entre a recampesinização, a estratificação econômica, o aumento das desigualdades resultantes da ampliação dos mecanismos de mercado e a produção de alimentos para suprir a demanda interna e substituir importações.
- Uma discussão geral, passando primeiramente por alguns aspectos dos caminhos agrários da Revolução Cubana, das diferentes consequências de um bloqueio forte e prolongado e do cooperativismo, após o que são feitos alguns apontamentos de medidas de incentivo à pecuária agroecológica e de controle da geração de desigualdades.
- Uma conclusão geral que trata da recampesinização e do abastecimento como fatores que interligam e requalificam os problemas abordados nos dois capítulos anteriores, para configurar a tese do estabelecimento da agroecologia em escala como um motor de desenvolvimento das forças produtivas, contribuindo para viabilizar o abastecimento e a ampliação da capacidade de atuação estatal em áreas cruciais. São feitas, por fim, considerações sobre necessidades de estudos, problemas relativos às bases de dados disponíveis e a unicidade e o potencial do caso cubano.

2. INTRODUÇÃO GERAL

A coletivização agrária foi um tema relevante na construção de diferentes experiências socialistas, havendo contradições entre formas produtivas estatais, cooperativas e camponesas. Cuba teve uma profunda experiência de mudança agrária socialista no século XX e outra, também intensa, sob o socialismo no século XXI. Essas experiências utilizaram a agricultura como motor do desenvolvimento econômico e da produção de alimentos para o abastecimento interno. De acordo com Valdés Paz (2011), os processos agrários são uma parte fundamental da história e uma das bases da Revolução Cubana.

A partir do triunfo da Revolução de 1959, houve tensões na implantação das formas produtivas da agricultura, julgadas condizentes com o socialismo, e mais adequadas e necessárias a cada momento histórico. Dualidades e complementariedades foram geradas entre a produção familiar camponesa, a coletivização do campesinato e a produção estatal direta (Vasconcelos, 2016; Valdés Paz, 2010). A orientação das três primeiras décadas resultou na gestão estatal direta de 82% das terras nos anos 1980. O Período Especial da década de 1990 foi um tempo de grave escassez econômica, energética e alimentar, em decorrência da queda do bloco socialista europeu, no qual estavam concentradas 85% das relações comerciais de Cuba, e do recrudescimento do bloqueio imposto pelos Estados Unidos desde 1962. Reformas econômicas e agrárias foram iniciadas, ocorrendo o início da descentralização da posse da terra, que contou com uma pequena recampesinização.

Devido ao aumento do contingente de terras ociosas e à necessidade de elevar a produção interna e substituir as importações de alimentos, o Estado deu início em 2008 a uma massiva recampesinização, implementando uma política de distribuição de terras em usufruto. Esta reforma promoveu uma radical reconfiguração do espaço agrário cubano, duplicando-se a parcela de terras geridas por camponeses entre 2007 e 2017. Essa mudança foi parte de um processo posteriormente formalizado como a Atualização do Modelo Econômico e Social, que inclui descentralização, impulso ao setor não estatal, mecanismos de mercado e proposição da agroecologia em combinação com a agricultura convencional.

As características estruturais de subdesenvolvimento, advindas da história do país, as formas possíveis de inserção econômica internacional e o bloqueio dificultaram a diversificação econômica e a industrialização, alimentando continuamente uma

dependência da importação de insumos, tecnologia e alimentos (Botella Rodríguez, 2018; Vasconcelos, 2016). De maneira paralela e vinculada aos processos de organização fundiária, os modelos de produção adotados em diferentes períodos acabaram por gerar uma dualidade entre as matrizes tecnológicas convencional e agroecológica, estabelecendo-se diferentes arranjos com as distintas formas produtivas e as escalas. Concepções e ações acerca da matriz tecnológica da agricultura e efeitos do bloqueio econômico dificultaram o estabelecimento progressivo da agroecologia como base da produção nacional, disseminando-se o modelo da Revolução Verde, impulsionado pelas transações comerciais privilegiadas com o bloco socialista. Dentro deste contexto, merece destaque a particular história da pecuária leiteira à base de pasto na Ilha.

Desde 1959, o leite foi considerado uma prioridade, com maciço investimento no melhoramento genético, na alimentação e na infraestrutura, assim como na pesquisa e na extensão (R. Funes-Monzote, 2016). As ações se deram com a utilização, em grande medida, das pastagens e forrageiras de corte na alimentação dos rebanhos, o que foi feito dentro de moldes convencionais.

A produção convencional estatal de grande escala foi mantida. A partir do Período Especial, ela esteve em coexistência e contradição com o crescimento da agroecologia na produção vegetal camponesa. Na atividade leiteira, após a forte elevação dos volumes produzidos e de altos níveis de produtividade animal alcançados nas décadas de 1970 e 1980, houve uma drástica queda nos anos 1990, jamais retomando-se os patamares anteriores (R. Funes-Monzote, 2016). Nessa época, houve também uma tentativa de implementação da pecuária leiteira agroecológica nas granjas estatais, por meio do Pastoreio Racional Voisin (PRV), dando continuidade à influência dos trabalhos de Andre Voisin no país, onde o cientista esteve em suas últimas semanas de vida. Na última década, o leite do país foi produzido com uma participação muito expressiva de unidades camponesas, permanecendo grande a importância da produção estatal. A produção encontra-se muito abaixo da demanda, dependendo-se da importação de elevadas quantidades anuais de leite em pó (González & Alfonso, 2018). Juntamente com a reestruturação agrária, a substituição de importações de leite e carne é considerada uma estratégia de segurança nacional (Palma et al., 2015).

Estudos que avaliam as recentes transformações agrárias cubanas apontam uma insuficiência nos resultados produtivos, havendo necessidade de se avançar no aumento da produção interna, na redução das importações de alimentos e no suporte ao

campesinato. De acordo essas pesquisas, seriam necessários maiores mecanismos de descentralização e mercado. Os mecanismos de mercado foram parte das reformas implementadas em resposta às crises dos anos 1990 e nos anos 2000. Entretanto, estudos das ciências sociais revelam que a diferenciação econômica e social resultante das crises e das medidas de resposta gerou uma crescente estratificação e aumento da desigualdade de renda. Apesar da conexão entre os processos de recampesinização e de estratificação, os estudos agrários não tratam este último como um problema de sua alçada.

A presente investigação busca a compreensão de determinações e elementos de funcionamento de *fincas* e *vaquerías* no contexto atual, quanto à produção de leite, à reprodução social e à incorporação da agroecologia. Procedendo-se à caracterização e à diferenciação das formas produtivas sob aspectos produtivos, econômicos, sociais e organizativos, tenciona-se esclarecer necessidades, contrastes e possibilidades de coordenação entre unidades camponesas e estatais. A avaliação das interrelações entre a forma produtiva, a escala e a matriz tecnológica, e da conexão entre agroecologia e abastecimento, ajuda a apontar caminhos para a construção de uma estratégia produtiva, socioeconômica e tecnológica, com base na integração de *fincas* e *vaquerías* para o atendimento à demanda por leite, de maneira sustentável.

Por outro lado, busca-se elucidar os vínculos entre a recampesinização e a estratificação, através de um paralelo temporal entre as intervenções estatais na economia, as transformações agrárias e a produção agropecuária, de um lado, e a diferenciação social, a estratificação econômica e o crescimento da desigualdade, de outro. Tenta-se esclarecer uma incompletude da abordagem da estratificação em sua conexão com as mudanças agrárias. Sendo a recampesinização e a estratificação partes dos mesmos processos, é preciso encontrar formas de apoiar o campesinato e a produção de alimentos e, simultaneamente, reverter a desigualdade crescente.

Bloqueio econômico, Período Especial e pecuária bovina

O bloqueio comercial, econômico e financeiro a Cuba, imposto pelos Estados Unidos, foi iniciado em 1960 com a supressão da cota de açúcar e logo com o cancelamento de relações comerciais, das quais o país caribenho era fortemente dependente. Após o rompimento de todas as relações entre os dois países em janeiro de 1961, os Estados Unidos passaram a concentrar esforços para a adesão de outros países,

formalizando o bloqueio em 1962. Como consequência, houve a interrupção de suprimentos essenciais à agricultura e à indústria, situação que levou ao estreitamento das relações com a União Soviética e outros países do campo socialista (Civeira, 2009).

Comumente chamada de Período Especial, a década de 1990 em Cuba foi marcada por uma grave crise econômica e de suprimento de equipamentos, matérias-primas, energia e alimentos. As relações comerciais estavam concentradas em 85% no bloco socialista. O bloqueio, além de impedir as transações com quaisquer agentes econômicos com vínculos com os Estados Unidos, limitava em grande medida a possibilidade de relações com outros países capitalistas (Ferran Oliva, 2015). O fim do socialismo na Europa e a dissolução da União Soviética determinaram uma redução da capacidade de compra cubana, de 8,2 bilhões de pesos em 1989, para 2,7 bilhões de pesos em 1993, havendo perda de mercados e relações econômicas, grande desabastecimento de alimentos, tecnologias, insumos e peças de reposição, redução acentuada do suprimento de energia e do financiamento externo (Silva León, 2008).

O rompimento foi abrupto e total. Em consequência, a produção instalada ficou semiparalisada, projetos industriais foram interrompidos, reduzindo-se a qualidade de vida da população a níveis muito baixos. Aproveitando-se da situação, em 1992 aprovou-se nos Estados Unidos a Lei Torricelli, que estabelece sanções econômicas a países que mantêm relações comerciais com Cuba e proíbe subsidiárias de empresas estadunidenses localizadas fora de seu território de comercializar com o país caribenho. No ano de 1996, foi aprovada a Lei Helms-Burton, que estabeleceu um bloqueio econômico internacional total, impedindo investimentos externos e retirando todos os tipos de financiamento e fornecimento. Esta lei determina sanções diversas a empresas e empresários que mantenham relações econômicas com Cuba e firma um suposto direito de os EUA determinarem o sistema político a ser mantido na Ilha (Ferran Oliva, 2015; Silva León, 2008).

R. Funes-Monzote (2016) ressaltou que, em comparação a outros setores, a restrição de recursos foi mais severa na pecuária, onde a disponibilidade de combustível passou à metade do necessário, a fertilização e a irrigação cessaram, a suplementação alimentar caiu para níveis mínimos e a falta de peças de reposição e de outros suprimentos teve forte impacto. O rebanho bovino foi reduzido em milhares de cabeças entre 1990 e 1993 – a produção de leite caiu de 1,13 bilhão de litros para 622 milhões, e a de carne de 181.000 toneladas para 123.000. O gado de corte foi afetado, ainda, pela urgência de

retomar a tração animal, a qual foi de 163.000 para 400.000 cabeças entre 1990 e 1997. Entre 1989 e 2000, houve redução de um milhão de hectares de pastagens naturais, de dois terços nas pastagens cultivadas e o crescimento sem precedentes de espécies indesejadas (R. Funes-Monzote, 2016).

A pecuária retraiu-se em todos os seus ramos e ocorreu uma importante diminuição no consumo de proteína animal. A drástica redução afetou seriamente a segurança alimentar, havendo notável deterioração no nível de alimentação da população, deficiência calórica e perda de peso generalizada. Os efeitos desta situação sobre a nutrição e saúde dos habitantes revelou-se também pelo aparecimento de muitas doenças nutricionais, destacando-se uma neuropatia epidêmica que afetou a visão de dezenas de milhares de pessoas, causada pela deficiência de vitamina B e pela influência de elementos tóxico-nutricionais, decorrentes da brusca redução da disponibilidade de alimentos (González, 2013; F. R. Funes-Monzote, 2008).

Como consequência da crise, uma reforma econômica e fiscal foi iniciada. As medidas incluíram a abertura e estímulo ao investimento estrangeiro, descriminalização da posse de moeda estrangeira, amplo desenvolvimento do turismo, introdução do peso conversível (CUC, instaurando a circulação dupla de moeda)¹, autorização do recebimento de remessas do exterior, abertura de casas de câmbio, implantação de um rigoroso sistema tributário, reorganização dos sistemas bancário e empresarial, ativação do *cuentapropismo* (trabalho por conta própria), entrega de terras em usufruto aos trabalhadores das granjas estatais (originando assim as Unidades Básicas de Produção Cooperativa - UBPC), criação de mercados agropecuários e industriais de preços liberados (Silva León, 2008), definição da moeda das transações comerciais por livre acordo entre as partes (Noguera Fernández, 2004), implantação, em caráter experimental, de mercados com preços livres, mercados intermediários e vendas diretas (Fernandez et al., 2018).

¹ A moeda nacional era o Peso Cubano – CUP. Em 1994, teve início a circulação dupla de moeda, instituindo-se o Peso Cubano Conversível – CUC, livremente conversível a dólar e euro, com câmbio de 24 CUP por CUC, por 1,10 dólar. Os salários estatais eram pagos em CUP e o acesso da população ao CUC se dava, sobretudo, através das atividades ligadas ao turismo, das visitas de estrangeiros e das remessas de familiares que vivem no exterior. As diferenças nas possibilidades de acesso às moedas levaram a disparidades na renda e no poder de compra, ditadas pela situação específica em que as pessoas e grupos sociais se encontravam, no que diz respeito aos setores da economia e à situação familiar. Em janeiro de 2021 as moedas foram unificadas, com uma taxa única de câmbio de 24 CUP por dólar, como parte do processo de reordenamento monetário e cambial contido na chamada *Tarea Ordenamiento*.

No âmbito agrário, especificamente, foram realizadas mudanças na posse da terra e reorganização da produção, com introdução de mecanismos de mercado, parcerias com o capital estrangeiro e flexibilidade diferenciada na comercialização (López-Chávez, 2020). Diferentes tipos de mercados foram estabelecidos, muitas vezes de forma experimental, tais como mercados agrícolas e industriais com preços livres, mercados intermediários e de vendas diretas. Novos mercados camponeses subsidiados foram criados e, em 1994, foram reabertos os mercados camponeses de livre oferta e demanda que haviam sido fechados em 1986, nos quais, após o cumprimento de contratos com o Estado, os agricultores poderiam vender seus produtos diretamente aos consumidores a preços mais altos que os preços do Estado (Echevarría & Merlet, 2017; Enríquez, 2003; Fernandez et al., 2018; Noguera Fernández, 2004)

A liberalização foi amplamente revertida em 2005 por iniciativa de Fidel Castro, que destacou os efeitos fortemente negativos do mercado e o retorno de problemas já superados pelo socialismo, como a desigualdade, a corrupção e a criação de uma classe rica (Riera & Swinnen, 2016).

Produção e distribuição de alimentos

O Estado determina, em grande medida, a produção e a distribuição de produtos agropecuários. A configuração da participação da produção doméstica no abastecimento se dá pelos planos anuais de produção, a ser cumpridos por todas as formas produtivas existentes, incluindo a execução direta em unidades produtivas estatais. As empresas estatais têm funções e responsabilidades de garantir o cumprimento dos planos e detêm o controle e a distribuição de insumos, serviços de maquinaria e assessoramento técnico. Os planos anuais definem níveis mínimos de produtividade a ser alcançados. Os volumes de alimentos produzidos para atendimento a eles devem ser, obrigatoriamente, vendidos ao Estado. Em geral, a produção excedente aos planos deve, preferencialmente, ser igualmente vendida ao Estado, podendo também ser comercializada em pontos de venda das cooperativas, mercados livres, instalações turísticas e *carretilleros* (vendedores ambulantes).

A distribuição da parcela majoritária da produção é organizada pelo Estado, destinando-se aos mercados estatais, ao turismo, à exportação, à doação a públicos

específicos, ao consumo social² e ao sistema de racionamento. Em 1962, com vistas a garantir a igualdade e o acesso à alimentação básica, foi implantado um sistema estatal de racionamento, como meio de lidar com a abrupta subida da demanda, decorrente da redistribuição de renda, da escassez relativa de alguns alimentos e da especulação de preços, resultantes das transformações econômicas postas em curso pelo governo revolucionário e das ações de bloqueio (Vasconcelos, 2016; Silva León, 2008). O rol de alimentos e suas quantidades são determinados de acordo com o perfil demográfico das residências e condições específicas como enfermidades, gestação e presença de crianças. O controle da distribuição é feito por meio da *libreta* de abastecimento, utilizada por cada família para adquirir, em estabelecimentos específicos, parte dos alimentos básicos a preços fortemente subsidiados.

O sistema segue tendo importância como garantia de parte da alimentação básica, não mais fornecendo as cestas básicas das famílias. A aquisição dos alimentos necessários e que estão fora do controle da *libreta* é feita a preços muito mais altos, o que representa uma dificuldade para parte da população, frente aos baixos salários vigentes, sobretudo no setor estatal. Ocorreu uma progressiva redução do número e da quantidade de produtos e hoje atende-se a uma fração das necessidades familiares de ovos, óleo de cozinha, arroz, açúcar, feijão, pão, carne de frango, leite em pó e café. Fernandez et al. (2018) mencionam que, embora o sistema tenha, por longo tempo, coberto uma grande parte das necessidades alimentares das famílias, sua capacidade diminuiu substancialmente desde o Período Especial.

Atualização do Modelo Econômico Social e agricultura

Uma cronologia do processo de atualização do modelo socialista cubano apresentada por Peters (2012) aponta eventos a partir do ano de 2006, quando Raúl Castro assumiu, em caráter temporário, a Presidência do Conselho de Estado, dando lugar a ações de liberalização econômica e ajuste financeiro, como forma de alavancar a economia, reduzir a carga de obrigações estatais, aumentar a arrecadação e o autofinanciamento, passando o provimento de diversos serviços aos negócios privados.

² Correspondente à distribuição gratuita de alimentos a hospitais, centros infantis, estudantis e refeitórios de trabalhadores.

Algumas das primeiras medidas implementadas foram dirigidas à agricultura, havendo, ainda nesse ano, a liquidação das dívidas estatais com os agricultores e cooperativas (Peters, 2012), aumentos de preços para compras estatais de alguns produtos e o início do programa de agricultura suburbana, visando melhorar o acesso à alimentação nas áreas rurais (Botella Rodríguez, 2018; González & Alfonso, 2018). O processo de entrega de terras ociosas em usufruto se iniciou em 2007, sendo formalizado em lei no ano seguinte. Em 2008, logo após assumir a presidência de maneira definitiva, Raúl Castro definiu a melhoria da economia nacional como um dos eixos fundamentais da política governamental, sendo o trabalho por conta própria, juntamente com a agricultura, a exportação e o investimento externo os temas principais, trazendo grande impulso para o *cuentapropismo* (García Brigos, 2017), e implementando uma profunda reforma agrária através de uma massiva recampesinização.

Em 2011, iniciou-se formalmente um amplo processo de transformação, denominado Atualização do Modelo Econômico e Social (García Brigos, 2017). Segundo Triana Cordoví (2014), assim como a reforma econômica e fiscal iniciada na década de 1990, ele está associado a fatores externos, como o déficit da balança de pagamentos, as retenções bancárias de transferências para o exterior em decorrência do bloqueio e o alto valor da dívida.

As mudanças projetadas são profundas e passam pelo aumento de salários, removendo tetos e vinculando-os à produtividade do trabalho e a setores econômicos prioritários, e pela redução dos empregos no setor estatal, com paralelo aumento no setor não estatal. Fazem parte das medidas o corte de gastos governamentais, a formação de cooperativas fora da agricultura, o aperfeiçoamento econômico e a autossustentação das empresas estatais, a expansão do investimento estrangeiro e uma nova política tributária, com ampliação dos tipos de impostos, dentre outras ações. Os cortes incluem a gradual eliminação da *libreta* e de outros subsídios e benefícios universais (Peters, 2012).

As diretrizes constituem uma profunda reforma e tocam nas políticas agrárias, na segurança alimentar e nutricional e na soberania alimentar cubanas, merecendo destaque, entre objetivos de curto prazo, o controle da balança de pagamentos, a geração de investimentos externos e a substituição de importações; e, entre os de longo prazo, o desenvolvimento sustentável baseado na autossuficiência alimentar e energética, o uso eficiente do potencial humano, a competitividade das produções tradicionais e novas produções de bens e serviços de alto valor agregado (Botella Rodríguez, 2018). A política

agropecuária está abordada em 30 diretrizes, as quais contemplam um modelo que combina a agroecologia e a agricultura convencional, de acordo com as necessidades e contextos de viabilidade na economia planificada do país (Fernandez et al., 2018).

A agricultura foi o primeiro setor amplamente reformado. As metas incluem a implantação de um modelo consonante com o aumento dos produtores não estatais, com maior autonomia e descentralização, e a extensão dos mecanismos de livre mercado para a grande maioria dos produtos, limitando a circulação centralizada às linhas vinculadas aos saldos nacionais. Com enfoque regional para os demais produtos, o foco dos planos nacionais deve estar nos produtos de exportação e na substituição de importações, assegurando-se o pagamento de preços suficientemente altos aos agricultores e desenvolvendo-se serviços bancários e seguros (Peters, 2012).

Após a ampliação da entrega de terras ociosas em usufruto, outras ações relativas à questão agrária e à produção agropecuária foram iniciadas no período 2013-2014. As principais medidas incluíram a reestruturação e descentralização do Ministério da Agricultura - MINAG; a liberação experimental da venda de insumos e equipamentos a todos os tipos de entidades produtivas e a produtores individuais; o aumento dos preços para compras estatais; a constituição de mercados agropecuários com gestão cooperativa não agropecuária, em caráter experimental; a autorização de vendas de produtos dos camponeses diretamente às instalações turísticas; a diversificação de atores e espaços permitidos para a comercialização de produtos agropecuários, também em caráter experimental; e a ampliação das funções das cooperativas (González & Alfonso, 2018)

Negócios privados, mecanismos de mercado e estratificação

Os *cuentapropistas* são um agente em franca expansão, que vem alterando fortemente a dinâmica da economia cubana e participando de diversos ramos da economia. Sua atuação ocorre, em grande medida, através de pequenos negócios privados, sendo mais comuns os restaurantes, táxis, salões de beleza, cafeterias e mercearias, além do aluguel de quartos em residências. Segundo Fernandez et al. (2018), grande parte deste setor da economia consiste em hospedagens e restaurantes particulares, ambas inexoravelmente ligadas ao sistema agroalimentar, devido às suas necessidades de compra de alimentos.

Informações do Ministério do Trabalho e Seguridade Social – MTSS (Cubadebate, 2019) apontaram a existência de cerca de 600 mil *cuentapropistas*, sendo 32% jovens e 35% mulheres. Um percentual de 14% trabalha simultaneamente no setor estatal e 10% são aposentados. Os ramos mais representativos são o processamento e venda de alimentos (9%), transporte de carga e passageiros (8%), locação de residências, quartos e espaços (5%) e agentes de telecomunicações (5%). Essas informações oficiais indicam ainda que 25% dos *cuentapropistas* são trabalhadores contratados, essencialmente associados às duas primeiras atividades listadas. Entretanto, Fundora Nevot (2021) aponta que a condição de vendedor de força de trabalho predomina sobre o autoemprego de fato e a propriedade de negócios, sendo as diferenças entre contratantes e contratados reforçadas por possibilidades de acumulação aumentadas pela desregulamentação. O salário médio nas empresas estatais é inferior à renda dentro do *cuentapropismo*.

A introdução de mecanismos de mercado em contextos socialistas gera grandes mudanças, desencadeando processos de diferenciação econômica e social, como mostra o caso do Vietnã (Beresford, 2008; Friederichsen & Neef, 2010; Sikor, 2001). Em Cuba, a progressiva descentralização e ampliação dos mecanismos de mercado foi acompanhada por um aprofundamento do processo de estratificação e aumento das desigualdades, iniciado nos anos 1990 (Espina Prieto & Echevarría, 2020), tendo reemergido situações de pobreza, vulnerabilidade e marginalidade (Espina Prieto, 2008).

Fundora Nevot (2021) mostra que mudanças experimentadas entre 2008 e 2018 levaram à reprodução, reconfiguração e emergência de desigualdades no controle de recursos, relações de trabalho, renda, capital social e político, capital cultural, consumo e acesso a serviços, segundo estudos realizados acerca do período. A autora identificou que, em decorrência do desenvolvimento da propriedade privada e do usufruto da terra, desenvolveram-se desigualdades na apropriação, uso e controle de recursos e nas relações de trabalho, surgindo pequenos empresários no campesinato e ocorrendo uso ampliado do trabalho assalariado e relações monetaristas. López-Chávez (2020) levantou, para o mesmo período, estudos que revelaram desigualdades rurais relacionadas ao gênero, território, mobilidade social, moradia e juventude rural.

Recampesinização e produção de alimentos

A recampesinização é um processo duplo, com uma agricultura que se torna (novamente) mais camponesa - como ocorre na agroecologia - e com um aumento na quantidade de camponeses (van der Ploeg, 2018). Jansen et al. (2021) identificam falhas na literatura da recampesinização, tais como negligenciar, negar ou substituir a tendência à diferenciação social existente nas mudanças agrárias, e desconsiderar a exploração que ocorre entre aqueles que são, aparentemente, camponeses.

Nos últimos anos, muitos exemplos de recampesinização têm sido estudados em diferentes partes do mundo, como Costa Rica (Babin, 2020), Brasil (Pahnke, 2015), Nepal (Sunam & McCarthy, 2016), Índia (Khadse et al., 2018), Espanha (Calvário, 2017) e Itália (Carrosio, 2014), entre muitas outras. A recampesinização pode ocorrer de forma espontânea, ser orientada por movimentos sociais, ou guiada pelo Estado. Foram fruto da ação estatal os casos da Venezuela nos anos 2000, de proporções relativamente pequenas (Page, 2010); de Cuba em dois períodos - nos anos 1990 (Enríquez, 2003; Page, 2010) e a partir de 2008 (Botella-Rodríguez & González-Esteban, 2021; Valdés Paz, 2014); e do Zimbábue (Moyo, 2011).

Fernandez, Williams, et al (2018) afirmam que o impacto da política de recampesinização sobre a produção e a segurança alimentar não foi analisado de forma abrangente, e que existem diferentes obstáculos enfrentados pelos agricultores. Acompanhando a transferência de terras e de recursos, elevou-se (logicamente) a participação percentual do setor não estatal na produção e, apesar da crescente circulação de alimentos produzidos internamente, há muitos problemas e a escalada dos preços torna os produtos inacessíveis para muitos (Fernandez, Williams, et al., 2018). De 65% a 90% do salário dos cubanos são gastos com a alimentação (Vasconcelos, 2017; Anaya Cruz & García Álvarez, 2018), o que torna o aumento dos preços um sério problema. Análises oficiais apresentadas por Reinaldo et al. (2019) mostram que Cuba incorre em gastos anuais de mais de 2 bilhões de dólares na compra de alimentos, dos quais entre 600 e 800 milhões poderiam ser substituídos pela produção interna.

Nos últimos anos, uma série de estudos agrários (Echevarría & Merlet, 2017; Fernandez et al., 2018; González & Alfonso, 2018; Graddy-Lovelace, 2018; Mesa-Lago & González-Corzo, 2021; Thiemann & Spoor, 2019) têm acompanhado as mudanças em andamento. As avaliações convergem para o entendimento de que, apesar dos progressos

alcançados, os resultados ainda são insuficientes, indicando-se a necessidade de avançar no aumento da produtividade de alimentos e do trabalho e na redução das importações. São identificadas muitas restrições ao campesinato, as quais agiriam em desestímulo à produção, exigindo-se maior apoio econômico e maior autonomia. A maioria dos obstáculos apontados está na esfera do mercado. Em geral, não são abordados os graves problemas diretamente relacionados aos mecanismos de mercado que se propõe ampliar, e não se identifica o bloqueio como a principal causa de severas restrições materiais.

A agroecologia em Cuba

A partir da década de 1990, vias alternativas de produção foram forçosamente tentadas, marcadas pelo esforço da utilização de insumos produzidos internamente, pela busca da sustentabilidade e pela utilização da agroecologia. Por outro lado, novas formas produtivas e de acesso à terra foram criadas (F. R. Funes-Monzote et al., 2009; Palma et al., 2015).

Palma et al (2015), ao analisarem as transformações históricas da agricultura cubana, apontam como estágios de um “ciclo de renovação adaptativa” (p. 78):

- Do latifúndio ao crescimento, quando o sistema colonial deu lugar às grandes empresas e granjas estatais, e a pequenas unidades produtivas independentes, a partir de Revolução de 1959;
- A maturidade, com base no modelo de modernização da Revolução Verde e no uso de insumos externos;
- O colapso, derivado da crise econômica do Período Especial, que levou ao fim do sistema do estágio anterior, ressaltando a dependência de Cuba em relação ao mercado socialista;
- A renovação, com a liberação do potencial, a criatividade e a inovação, surgindo um importante movimento nacional em busca de sistemas sustentáveis;
- A produção mais limpa, com a aplicação de um modelo sustentável com base na agroecologia, que levou à formação do movimento de agricultura urbana e do movimento de agroecologia da Associação Nacional dos Pequenos Agricultores - ANAP.

Woodhouse (2010) postulou que “talvez a experiência mais abrangente de implementar uma alternativa à agricultura industrial convencional seja fornecida por Cuba durante o ‘período especial em tempos de paz’ nos anos 1990” (p. 445). Isso passou, segundo o autor, pelo recrutamento de força de trabalho para as unidades estatais de produção, por meio da oferta de melhores salários e condições de residência e da mobilização de voluntários temporários, e pela redução das escalas com vistas à manutenção da produção, em face da falta de combustível e de peças de reposição. A reorganização foi feita com a subdivisão de grandes unidades estatais em unidades administrativas menores, com a entrega de terras em usufruto a cooperativas de trabalhadores, surgindo as Unidades Básicas de Produção Cooperativa - UBPC e, ainda, arrendando-se terrenos, edifícios e equipamentos (Woodhouse, 2010). O autor coloca ainda que as produções de pequena escala foram intensificadas através de esforços junto aos camponeses e da viabilização do acesso a terras estatais não utilizadas, em áreas rurais e em quaisquer espaços disponíveis nas áreas urbanas. A experiência teria mostrado a viabilidade de uma alternativa à agricultura industrial, gerando cadeias orgânicas de suprimento de sementes, métodos de compostagem e controle de pragas, formas inovadoras de reciclagem de resíduos e o treinamento de centenas de milhares de bois para a tração.

Rodríguez e González (2018) destacam que estudos anteriores mostraram que, com o advento da crise, a queda imediata na produção foi mais pronunciada em grandes empresas agrícolas e pecuárias, havendo maior capacidade de recuperação por parte dos pequenos e médios agricultores. Atribuíram esse fato à maior probabilidade, entre estes, de gerenciar recursos naturais, à menor dependência, à conformação de sistemas geralmente diversificados e à manutenção das práticas agroecológicas, que possibilitaram maior resistência aos impactos do Período Especial e garantiram um crescimento da produção que pudesse amortecer a crise alimentar.

Esse contexto favoreceu o progresso e calcou-se no movimento agroecológico e no método Campesino a Campesino (MCAC), destacado como sendo a base do aumento da participação dos camponeses cubanos na produção nacional de alimentos e proporcionando ao campesinato um aumento significativo da produção relativa e absoluta de produtos agrícolas, sem insumos externos ou caros (Rosset et al., 2011). Mier y Terán Giménez Cacho et al. (2018) apontam que o movimento atingiu um terço das famílias camponesas do país entre 1997 e 2010, passando depois a incluir cerca da metade do

campesinato cubano, aproximadamente 200.000 famílias. O caso é chamado de revolução agroecológica (Altieri & Toledo, 2011) e, tendo-se utilizado de práticas de conservação do solo, rotação de culturas, adubação verde, compostagem, policulturas, agroflorestas, controle biológico, integração pecuária-agricultura e diversificação produtiva, ressaltado como uma maneira de levar-se a agroecologia à escala, (Mier y Terán Giménez Cacho et al., 2018)

Foi possível, em nível local, alcançar altos níveis de produção com baixas quantidades de energia e insumos externos, e conseguir retornos de investimento em pesquisas muito superiores aos daquelas com abordagens industriais e biotecnológicas e necessidades de grandes equipamentos, muito combustível e laboratórios sofisticados (Altieri & F. R. Funes-Monzote, 2012). Altieri et al. (2012) destacam o papel dos camponeses na produção de raízes e tubérculos, pequenos animais, arroz, frutas, mel, feijão, cacau, milho, tabaco, leite e carne.

A comparação entre sistemas mistos e especializados de produção de leite em Cuba encontrou resultados muito superiores para os primeiros, em termos de produção total de leite, produção de leite por área, produção total de energia e produção de proteínas (F. R. Funes-Monzote et al., 2009). Os autores argumentaram que as estratégias agroecológicas em unidades camponesas diversificadas poderiam gerar maiores contribuições à produtividade da terra, à autossuficiência alimentar e à renda familiar, além de melhorias ao meio ambiente. Como referência para estratégias de diversificação em unidades especializadas, apontaram que a implantação de sistemas integrados agricultura-pecuária em *fincas* camponesas levou, em cerca de dois anos, a um aumento de três vezes na produção de leite por unidade de área de forragem, de sete vezes na eficiência energética, à triplicação da produção de energia e à duplicação da produção de proteínas.

Rodríguez e González (2018) ressaltam que, embora os métodos da agroecologia e a diversificação vistas nas unidades camponesas resultem em maiores produções de alimentos por área que em explorações comerciais e industriais, e embora estas famílias produzam a grande maioria dos alimentos do país, persiste o interesse em insumos externos e pacotes tecnológicos caros, que supostamente garantiriam o aumento da produção de alimentos e a correspondente diminuição de importações. Assim, mantém-se a dependência e a ineficiência energética, com altos danos ambientais (Altieri & F. R. Funes-Monzote, 2012). Estes últimos autores apontam que muitos agricultores cubanos,

ao não estarem dotados de bases metodológicas para a transição agroecológica, realizam substituições de insumos como resultado da necessidade, mas preferem usar agroquímicos sintéticos quando estão disponíveis, mesmo reconhecendo seus efeitos negativos sobre a saúde e a economia.

Altieri & F. R. Funes-Monzote (2012) apontam o paradoxo de que, mesmo em períodos de crescimento econômico, sejam privilegiadas a importação de alimentos ou a agricultura convencional, e não o estímulo à produção local camponesa. São mantidos, assim, dois modelos extremos de produção de alimentos, e não se aproveita a experiência agroecológica acumulada em iniciativas de milhares de pequenas e médias unidades como um valioso ponto de partida para políticas nacionais que poderiam levar a agroecologia à escala, o que se apoiaria na ampla proporção de cientistas na população, na disponibilidade de terras e na expressividade do movimento agroecológico. Segundo os autores, o movimento agroecológico busca insistentemente que os formuladores de políticas, de mentalidade ligada à agricultura convencional, considerem a adoção da agroecologia como uma estratégia de produção que pode contribuir para a soberania alimentar da nação, mantendo sua autonomia política (Altieri & F. R. Funes-Monzote, 2012).

Para Fernandez et al. (2018), “a transição de Cuba à agroecologia é talvez tão amplamente conhecida como incompreendida” (p. 1), tendo o país, em grande medida, se afastado do modelo industrial de produção de alimentos a partir da crise do Período Especial. Seu sistema agroalimentar, contudo, é um mosaico de grandes e pequenas unidades de produção, com diferentes níveis de uso de agroquímicos e outros insumos, representando diferentes estágios de transição agroecológica. Segundo os autores, esta dicotomia está presente na política, estando pesquisadores, professores, técnicos e agricultores divididos em suas perspectivas sobre os diferentes sistemas.

Thiemann e Spoor (2019) chamam a atenção para o fato de que a chamada revolução agroecológica cubana, frequentemente citada e destacada como caso exemplar de ação para a soberania alimentar e de política favorável às pequenas unidades produtivas, ocorreu em menos de um quinto das terras, as quais estavam em posse de camponeses em regime de trabalho familiar, permanecendo o restante em unidades estatais e coletivas. Apontam que a falta de ferramentas básicas e intermediárias leva à baixa produtividade do trabalho, mesmo quando técnicas agroecológicas são utilizadas. Postulam que os avanços obtidos, apesar de merecerem a ênfase que se lhes dá, não

constituíram ainda uma forma viável de alimentar a população, o que somente poderia ser alcançado pela elevação da produtividade do trabalho em todas as partes da cadeia de produção de alimentos, ou por outra mudança demográfica substancial na vida, trabalho e autoabastecimento rurais (Thiemann & Spoor, 2019).

Woodhouse (2010) pondera que os resultados da revolução orgânica vista na experiência cubana não são tão claros quanto parecem, devendo-se levar em conta que os acordos com a Venezuela a partir de 1999 teriam posto fim ao Período Especial, provendo uma nova fonte de petróleo em termos comerciais favoráveis, o que foi acompanhado pelo crescimento das receitas advindas do turismo e da exportação de serviços de saúde e educação para a Venezuela e outras partes da América Latina. O autor identificou um sucesso duradouro da agricultura urbana no provisionamento de vegetais frescos, mediante uma eficaz mobilização política liderada pelo Estado, pontuando que, por outro lado, há muito menos evidências de que se tenha assegurado adequadamente a produção de cereais e legumes pelas modificações produtivas implementadas. Palma et al (2015) apontaram que a revolução agroecológica trouxe avanços, mas que sua continuação requer mudanças nas políticas agrícolas e econômicas que determinam a produção de alimentos, no que se refere ao que, como, onde e para quem são produzidos, demandando um fortalecimento do tripé viabilidade econômica-sustentabilidade ambiental-responsabilidade social.

Em algumas análises da realidade cubana, aparentemente, são vistas dicotomias ou contradições entre os conhecimentos tradicional e científico, entre agroecologia e desenvolvimento científico-tecnológico, entre escala e agroecologia. Contudo, a agroecologia pode ser entendida como um método e um processo de produção agropecuária que resgata os saberes destruídos ou escondidos pela modernização capitalista da agricultura e os incorpora aos progressos científicos e tecnológicos das últimas décadas, a viabilizar a produção de alimentos limpos, em qualquer escala, com menores custos e maiores produtividades (Pinheiro Machado & Pinheiro Machado Filho, 2014, p. 35-42).

No contexto do destacado desenvolvimento da agroecologia em Cuba, é importante ressaltar que a grande maioria das experiências desenvolvidas, podendo-se citar entre elas aquelas destacadas pelos autores acima referidos, dizem respeito à produção vegetal. Entretanto, paralelamente a esse contexto mais bem conhecido, a

pecuária agroecológica tem uma importante história no país, tendo havido tentativas de racionalização da produção marcadas pela pecuária à base de pasto.

O leite em Cuba

O leite é uma prioridade em Cuba desde 1959, marcando o início de ações com vistas à rápida conversão de uma bovinocultura de corte extensiva à produção intensiva de leite e produtos lácteos, com intenso melhoramento genético e hibridação para a elevação da produção de leite e concomitante produção de carne (R. Funes-Monzote, 2016). O autor considera esta ação como uma das transformações mais significativas da agricultura promovidas após a Revolução, tendo passado a ser uma das prioridades de Fidel Castro no início da década de 1960.

A convicção do líder da Revolução na viabilidade da produção à base de pasto o levou, em 1964, a convidar Andre Voisin a Cuba (Milera Rodríguez, 2008). Essa situação influenciou a conformação das *vaquerías* estatais. Contudo, seguiu-se o paradigma da Revolução Verde, havendo amplo uso de fertilizantes sintéticos, irrigação, maquinaria pesada (R. Funes-Monzote, 2016), herbicidas, pesticidas e concentrados (Pérez, 1999).

O direcionamento produtivo operado pelo Estado cubano sob essa influência foi novamente impulsionado nos anos 1990, com a crise do Período Especial. A alta direção determinou então a implantação de sistemas de Pastoreio Racional Voisin (PRV), com vistas à produção de leite, em granjas estatais de todo o país, contando a com a atuação direta de Luiz Carlos Pinheiro Machado. O PRV, sistema proposto por Voisin nos anos 1950 e desenvolvido por Pinheiro Machado no Brasil na década de 1970, foi recentemente definido como “um método racional de manejo do complexo solo-planta-animal através do pastoreio direto e rotação bem planejada das pastagens” (Pinheiro Machado Filho et al., 2021, p. 3).

Até 1989, o modelo convencional gerou importantes resultados, tendo-se alcançado altos níveis de produtividade animal (R. Funes-Monzote, 2016) e um consumo anual de 150 litros de leite *per capita* (Ponce, 2009). Entre 1990 e 1993, a produção sofreu uma dramática queda de cerca de 45%, continuando a cair até o ano de 2005. Entre 2006 e 2009, passou por um crescimento, mas sem nunca, sequer minimamente, aproximar-se dos patamares do final da década de 1980 (FAO, 2017). Com um consumo anual da ordem de 1,1 bilhão de litros, a produção oscilou entre 500 e 600 milhões de litros no período

2014-2018. O volume total produzido no país está em queda desde então, alcançando somente 374,2 milhões de litros no ano de 2021 (ONEI, 2017; 2022). A demanda potencial é de 2 bilhões de litros, aproximadamente (FAO, 2017).

A pecuária é considerada uma prioridade por sua contribuição vital em leite e carne para o consumo da população e para a substituição de importações (Ramos et al., 2018). O comércio de leite é regulado pelo Estado e mais de 80% da produção primária é vendida por meio de contratos estatais; a cesta básica, o consumo social, as cadeias de lojas e o turismo são os destinos principais dos produtos lácteos (Martínez-Vasallo et al., 2017).

Referências

- Altieri, M. A., & Funes-Monzote, F. R. (2012). The paradox of Cuban agriculture. *Monthly Review* 63 (8):23–33. https://doi.org/10.14452/MR-063-08-2012-01_3
- Altieri, M. A., Funes-Monzote, F. R., & Petersen, P. (2012). Agroecologically efficient agricultural systems for smallholder farmers: Contributions to food sovereignty. *Agronomy for Sustainable Development*, 32(1), 1–13. <https://doi.org/10.1007/s13593-011-0065-6>
- Altieri, M. A., & Toledo, V. M. (2011). The agroecological revolution in Latin America: Rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *Journal of Peasant Studies*, 38(3), 587–612. <https://doi.org/10.1080/03066150.2011.582947>
- Anaya Cruz, B. & García Álvarez. A. (2018). El sector agropecuario en la actualización del modelo económico cubano: desempeño reciente. In: Leyva Remón, A., Echevarría León, D. & Villegas Chádez, R. (Eds.), *Cuba rural: transformaciones agrarias, dinámicas sociales e innovación local* (pp. 9-33). Editorial Ciencias Sociales.
- Babin, N. (2020). Class differentiation, deagrarianization, and repeasantization following the coffee crisis in Agua Buena, Costa Rica. *Journal of Agrarian Change*, 20(1), 113–136. <https://doi.org/10.1111/joac.12339>
- Beresford, M. (2008). Doi Moi in review: The challenges of building market socialism in Vietnam. *Journal of Contemporary Asia*, 38(2), 221–243. <https://doi.org/10.1080/00472330701822314>
- Boffill Vega, S., & Reyes, R. M. (2011). Estrategia municipal para la producción local de alimentos en Yaguajay, Cuba. *Economía y Desarrollo*, 146(1–2), 162–173.
- Botella-Rodríguez, E., & González-Esteban, Á. L. (2021). Past and present land reform in Cuba (1959-2020): From peasant collectivisation to re-peasantisation and beyond. *Rural History*, 1–16. <https://doi.org/10.1017/S0956793321000108>
- Botella Rodríguez, E. (2018). Políticas agrarias, Seguridad Alimentaria y Nutricional y Soberanía Alimentaria: luces y sombras del caso cubano (1990-2015). *Mundo Agrario*, 19(42), e096. <https://doi.org/10.24215/15155994e096>
- Calvário, R. (2017). Food sovereignty and new peasantries : on re-peasantization and

- counter-hegemonic contestations in the Basque territory. *The Journal of Peasant Studies*, 0(0), 1–19. <https://doi.org/10.1080/03066150.2016.1259219>
- Carrosio, G. (2014). Energy production from biogas in the Italian countryside: Modernization vs. repeasantization. *Biomass and Bioenergy*, 70, 141–148. <https://doi.org/10.1016/j.biombioe.2014.09.002>
- Cubadebate. (2019, June 20). *Casi 600 mil trabajadores por cuenta propia en Cuba*. <http://www.cubadebate.cu/noticias/2019/06/20/casi-600-mil-trabajadores-por-cuenta-propia-en-cuba/#.XmeHvEp7nIU>.
- Echevarría, D., & Merlet, M. (2017). Les évolutions de la politique agricole de Cuba dans le cadre de l'actualisation du modèle économique et social. *Cahiers Des Amériques Latines*, 84, 69–87. <https://doi.org/10.4000/cal.4528>
- Enríquez, L. J. (2003). Economic reform and repeasantization in post-1990 Cuba. *Latin American Research Review*, 38(1), 202–218. <https://doi.org/10.1353/lar.2003.0005>
- Espina Prieto, M. (2008). Viejas y nuevas desigualdades en Cuba. Ambivalencias y perspectivas de la reestratificación social. *Nueva Sociedad*, 216, 133–149.
- Espina Prieto, M., & Echevarría, D. (2020). El cuadro socioestructural emergente de la 'actualización' en Cuba: retos a la equidad social. *International Journal of Cuban Studies*, 12(1), 29–52. <https://doi.org/10.13169/intejcubastud.12.1.0029>
- FAO. (2017). *Estudio sobre la competitividad de la producción lechera cubana*.
- Fernandez, M., Williams, J., Figueroa, G., Graddy-Lovelace, G., MacHado, M., Vazquez, L., Perez, N., Casimiro, L., Romero, G., & Funes-Aguilar, F. (2018). New opportunities, new challenges: Harnessing Cuba's advances in agroecology and sustainable agriculture in the context of changing relations with the United States. *Elementa*, 6. <https://doi.org/10.1525/elementa.337>
- Ferran Oliva, J. M. (2015). *Cuba año 2025*. Casa de las Américas.
- Flores, J., Herrera-Toscano, J., & Flores, S. (2014). Cambios en la productividad y sus determinantes en explotaciones lecheras de Cuba. *ITEA Informacion Tecnica Economica Agraria*, 110(2), 187–207. <https://doi.org/10.12706/itea.2014.012>
- Friederichsen, R., & Neef, A. (2010). Variations of late socialist development: Integration and marginalization in the northern uplands of Vietnam and Laos.

- European Journal of Development Research*, 22(4), 564–581.
<https://doi.org/10.1057/ejdr.2010.23>
- Fundora Nevot, G. E. F. (2021). La estructura socioclasista cubana entre 2008 y 2018 .
 Diferentes aproximaciones a un contexto sui generis. *Estudios Del Desarrollo Social: Cuba y América Latina*, 9(1), 272–29.
- Funes-Monzote, F. R. (2008). *Farming like we're here to stay : the mixed farming alternative for Cuba*.
- Funes-Monzote, F. R., Monzote, M., Lantinga, E. A., Ter Braak, C. J. F., Sanchez, J. E., & Van Keulen, H. (2009). Agro-ecological indicators (AEIs) for dairy and mixed farming systems classification: Identifying alternatives for the cuban livestock sector. *Journal of Sustainable Agriculture*, 33(4), 435–460.
<https://doi.org/10.1080/10440040902835118>
- Funes-Monzote, R. (2016). The rise and fall of dairy cows in socialist Cuba. *Global Environment: A Journal of History and Natural and Social Sciences*, 9, 342–375.
- García Brigos, J. P. (2017). *Construcción socialista y actualización del modelo económico*. Editorial de Ciencias Sociales.
- González, A. N. (2014). Un nuevo modelo cubano de gestión agrícola. *Temas*, 77, 84–91.
- González, A. N. (2013). *El modelo agrícola y los lineamientos de la política económica y social en Cuba*. Editorial Ciencias Sociales.
- González, A. N., & Alfonso, G. F. (2018). Recent transformations in Cuban agricultural policy and impacts on markets and production. *Elementa*, 6(3), 1–13.
<https://doi.org/10.1525/elementa.323>
- Graddy-Lovelace, G. (2018). United States–Cuba Agricultural Relations and Agrarian Questions. *Journal of Agrarian Change*, 18(1), 43–66.
<https://doi.org/10.1111/joac.12190>
- Jansen, K., Vicol, M., & Nikol, L. (2021). Autonomy and repeasantization: Conceptual, analytical, and methodological problems. *Journal of Agrarian Change*, February, 1–17. <https://doi.org/10.1111/joac.12468>
- Khadse, A., Rosset, P. M., Morales, H., & Ferguson, B. G. (2018). Taking agroecology

- to scale: the Zero Budget Natural Farming peasant movement in Karnataka, India. *Journal of Peasant Studies*, 45(1), 192–219.
<https://doi.org/10.1080/03066150.2016.1276450>
- López-Chávez, V. H. (2020). La dimensión rural de las desigualdades : Estado actual de las investigaciones en el período 2008-2018. *Estudios Del Desarrollo Social: Cuba y América Latina*, 8(Especial), 215–237.
- López Civeira, F. (2009). *Cuba seis décadas de historia entre 1899-1959*. Editorial Félix Varela.
- Martínez-Vasallo, A., Ribot-Enríquez, A., Villoch-Cambas, A., Montes de Oca, N., Remón-Díaz, D., & Ponce-Ceballo, P. (2017). Calidad e inocuidad de la leche cruda en las condiciones actuales de Cuba. *Revista de Salud Animal*, 39(1), 51–61.
- Mesa-Lago, C., & González-Corzo, M. A. (2021). Agrarian reform and usufruct farming in socialist Cuba. *Journal of Economic Policy Reform*, 24(2), 119–133.
<https://doi.org/10.1080/17487870.2019.1683010>
- Mier y Terán Giménez Cacho, M., Giraldo, O. F., Aldasoro, M., Morales, H., Ferguson, B. G., Rosset, P., Khadse, A., & Campos, C. (2018). Bringing agroecology to scale: key drivers and emblematic cases. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 42(6), 637–665. <https://doi.org/10.1080/21683565.2018.1443313>
- Milera Rodríguez, M. de la C. (Ed.). (2008). *André Voisin: Experiencia y aplicación de su obra en Cuba*. SOCUP, ACPA, EEPF Indio Hatuey.
- Milera Rodríguez, M. de la C., Blanco, F., Senra, A., del Pozo Rodríguez, P. P., Valdés, G., & Rodríguez, I. Reflexiones acerca de la aplicación del Pastoreo Racional Voisin. In: Milera Rodríguez, M. de la C. (Ed.). (2008). *André Voisin: Experiencia y aplicación de su obra en Cuba* (pp. 591-603). SOCUP, ACPA, EEPF Indio Hatuey.
- Moyo, S. (2011). Three decades of agrarian reform in Zimbabwe. *Journal of Peasant Studies*, 38(3), 493–531. <https://doi.org/10.1080/03066150.2011.583642>
- Noguera Fernández, A. (2004). Estructura social e igualdad en la Cuba actual: los efectos de la reforma de los noventa sobre la estructura de clases cubana. *European Review of Latin American and Caribbean Studies | Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y Del Caribe*, 0(76), 45–59. <https://doi.org/10.18352/erlacs.9684>

- ONEI. (2017). *Panorama uso de la tierra 2017*. <http://www.onei.gob.cu/>
- ONEI. (2020). *Sector agropecuario. Indicadores seleccionados. Enero - Diciembre de 2019*. <http://www.onei.gob.cu/>
- ONEI. (2022). *Anuario Estadístico de Cuba 2021*. <http://www.onei.gob.cu/>
- ONEI. (2021). *Informe Nacional Voluntario Cuba 2021 sobre la Agenda 2030*. <http://www.onei.gob.cu/>
- Page, T. L. (2010). Can the state create campesinos? A comparative analysis of the Venezuelan and Cuban repeasantization programmes. *Journal of Agrarian Change*, 10(2), 251–272. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2009.00244.x>
- Pahnke, A. (2015). Institutionalizing economies of opposition: explaining and evaluating the success of the MST's cooperatives and agroecological repeasantization. *Journal of Peasant Studies*, 42(6), 1087–1107. <https://doi.org/10.1080/03066150.2014.991720>
- Palma, I. P., Toral, J. N., Parra Vázquez, M. R., Fuentes, N. F., & Hernández, F. G. (2015). Historical changes in the process of agricultural development in Cuba. *Journal of Cleaner Production*, 96, 77–84. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.11.078>
- Pérez, R. (1999). La ganadería cubana en transición. *World Animal Review*, 92.
- Peters, P. (2012). A viewer's guide to Cuba's economic reform. In *Lexington Institute, Washington DC*. <http://www.lexingtoninstitute.org>
- Pinheiro Machado, L. C. (2010). *Pastoreio Racional Voisin: tecnologia agroecológica para o terceiro milênio*. Expressão Popular.
- Pinheiro Machado, L. C. & Pinheiro Machado Filho, L. C. (2014). *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. Expressão Popular.
- Pinheiro Machado Filho, L. C., Seó, H. L. S., Daros, R. R., Enriquez-Hidalgo, D., Wendling, A. V., & Pinheiro Machado, L. C. (2021). Voisin rational grazing as a sustainable alternative for livestock production. *Animals*, 11(12). <https://doi.org/10.3390/ani11123494>
- Ponce, P. (2009). Un enfoque crítico de la lechería internacional y cubana. *Revista de*

Salud Animal, 31(2), 77–85.

- Ramos, Y., Segura, A., Álvarez, L. M., Ramírez, F., & Acevedo, J. (2018). Evaluación de los riesgos económicos y los costos de la calidad en la actividad ganadera de la CCSF Victoria de Girón, Matanzas, Cuba. *Pastos y Forrajes*, 38(1), 80–84.
- Reinaldo, O. F., Ferrer, L.I., & Tamayo, E. C. (2019, May 17). *Cuba en Datos: Agricultura, sector estratégico que precisa despuntar*.
http://www.cubadebate.cu/especiales/2019/05/17/cuba-en-datos-agricultura-sector-estrategico-que-precisa-despuntar/#.Xg-Pc_x7nIU.
- Riera, O., & Swinnen, J. (2016). Cuba's agricultural transition and food security in a global perspective. *Applied Economic Perspectives and Policy*, 38(3), 413–448.
<https://doi.org/10.1093/aep/ppw018>
- Rodríguez, L. C., & González, J. A. C. (2018). How to make prosperous and sustainable family farming in Cuba a reality. *Elementa*, 6.
<https://doi.org/10.1525/elementa.324.s1>
- Rosset, P. M., Sosa, B. M., Jaime, A. M. R., & Lozano, D. R. Á. (2011). The Campesino-to-Campesino agroecology movement of ANAP in Cuba: Social process methodology in the construction of sustainable peasant agriculture and food sovereignty. *Journal of Peasant Studies*, 38(1), 161–191.
<https://doi.org/10.1080/03066150.2010.538584>
- Sikor, T. (2001). Agrarian differentiation in post-socialist societies: Evidence from three upland villages in North-Western Vietnam. *Development and Change*, 32(5), 923–949. <https://doi.org/10.1111/1467-7660.00232>
- Silva León, A. (2008). *Breve historia de la Revolución Cubana 1959 – 2000*. Editorial Félix Varela.
- Sunam, R. K., & McCarthy, J. F. (2016). Reconsidering the links between poverty, international labour migration, and agrarian change: critical insights from Nepal. *Journal of Peasant Studies*, 43(1), 39–63.
<https://doi.org/10.1080/03066150.2015.1041520>
- Thiemann, L., & Spoor, M. (2019). Beyond the “special period”: land reform, supermarkets and the prospects for peasant-driven food sovereignty in post-socialist Cuba (2008–2017). *Canadian Journal of Development Studies*, 40(4),

546–563. <https://doi.org/10.1080/02255189.2019.1632174>

- Triana Cordoví, J. (2014). Cuba: un balance de la transformación. *Economía y Desarrollo*, 151(1), 12–29.
- Valdés Paz, J. (2010). *Los procesos de organización agraria en Cuba. 1959-2006*. Fundación Antonio Núñez Jiménez de la Naturaleza y el Hombre.
- Valdés Paz, J. (2011). Revolução Agrária Cubana : conquistas e desafios. *Estudos Avançados*, 25(72), 73–87.
- Valdés Paz, J. (2014). El campesinado en la revolución agraria cubana: 1959-2013. In F. Hidalgo F., F. Houtart, & P. Lizárraga A. (Eds.), *Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos* (1.^a ed., pp. 229–251). IAEN.
- van der Ploeg, J.D. (2018b). *The New Peasantries: Rural Development in Times of Globalization* (2nd ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315114712>
- Vasconcelos, J. S. (2016). *História Agrária da Revolução Cubana: Dilemas do socialismo na periferia* (1st ed.). Alameda.
- Vasconcelos J. S. (2017). Qual o lugar das cooperativas no socialismo cubano? In F. L. B. Santos, J. S. Vasconcelos, & F. R. Dessoti (Eds.) *Cuba no século XXI: dilemas da revolução* (1st ed.). (pp. 108-119). Elefante.
- Woodhouse, P. (2010). Beyond industrial agriculture? Some questions about farm size, productivity and sustainability. *Journal of Agrarian Change*, 10(3), 437–453. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2010.00278.x>

3. CAMPESINATO E ESTADO NA PRODUÇÃO DE LEITE EM CUBA: FORMAS PRODUTIVAS, MATRIZ TECNOLÓGICA E ABASTECIMENTO NA CONSTRUÇÃO SOCIALISTA

RESUMO

Após a Revolução Cubana, estabeleceram-se no país dualidades entre as formas produtivas da agricultura julgadas adequadas a cada momento histórico. Uma segunda dualidade foi gerada pelas matrizes tecnológicas e sua relação com distintas formas produtivas. O abastecimento de leite é uma prioridade desde 1959, tendo sido dispendidos intensos esforços para sua produção em grandes granjas estatais e, mesmo com o intento da pecuária à base de pasto, o paradigma da Revolução Verde se sobrepôs. Na escassez do Período Especial, tiveram lugar a revolução agroecológica baseada nas práticas agrícolas camponesas e uma tentativa de disseminação da pecuária leiteira agroecológica nas granjas estatais. A participação do setor não estatal na produção se elevou a partir da década de 1990 e uma massiva recampesinização foi iniciada em 2008 em áreas ociosas sem, contudo, alcançar os resultados produtivos almejados. Neste estudo, são buscados determinantes e elementos de funcionamento de *fincas* camponesas e *vaquerías* estatais quanto à produção de leite, à reprodução social e à agroecologia, procedendo-se à sua caracterização e diferenciação sob aspectos produtivos, econômicos, sociais e organizativos. A avaliação das interrelações entre a forma produtiva, a escala e a matriz tecnológica ajuda a apontar uma estratégia produtiva, socioeconômica e tecnológica para o abastecimento sustentável de leite.

Palavras-chave: agroecologia, Pastoreio Racional Voisin, escala, recampesinização, forças produtivas.

Introdução

Em Cuba, a partir do triunfo da Revolução de 1959, houve tensões no estabelecimento, na agricultura, das formas produtivas julgadas condizentes com o socialismo, mais adequadas e necessárias a cada momento histórico. Esses processos geraram dualidades e complementariedades entre a produção familiar camponesa, a coletivização do campesinato e a produção estatal direta (Vasconcelos, 2016; Valdés Paz,

2010). A coletivização agrária foi um tema relevante na construção e desenvolvimento das experiências socialistas ao longo da história.

De maneira paralela e vinculada, os modelos de produção agropecuária adotados em diferentes períodos acabaram por gerar uma segunda dualidade, concernente à matriz tecnológica, havendo diferentes arranjos entre a agricultura convencional, a agroecologia, a escala e as distintas formas produtivas. As concepções norteadoras, a implementação de ações acerca da matriz tecnológica da agricultura e os efeitos do bloqueio econômico dificultaram o estabelecimento progressivo da agroecologia como base da produção nacional, disseminando-se o modelo da Revolução Verde de forma conectada às transações comerciais facilitadas com o bloco socialista. Dentro deste contexto, merece destaque a particular história da pecuária leiteira à base de pasto no país.

Desde 1959, o leite foi considerado um alimento essencial, sua produção e distribuição uma prioridade nacional, dispendendo-se grandes esforços para a elevação da produção interna e garantia do abastecimento (R. Funes-Monzote, 2016). As ações se deram com a utilização, em grande medida, das pastagens e forrageiras de corte na alimentação dos rebanhos; contudo, dentro de moldes convencionais. A atividade leiteira foi mantida por meio da produção estatal de grande escala. Tendo-se elevado grandemente os volumes totais e alcançado altos níveis de produtividade animal nas décadas de 1970 e 1980, o leite sofreu uma queda drástica nos anos 1990, da qual não mais se recuperou. Nessa época, houve uma tentativa de implementação da pecuária agroecológica para a produção de leite nas granjas estatais, por meio do Pastoreio Racional Voisin (PRV).

A proporção do leite produzida no setor não estatal é crescente desde 1990. Em 2008, o Estado deu início a uma massiva recampesinização através da distribuição de terras em usufruto, como forma de reverter o aumento do contingente de terras ociosas, elevar a produção interna e substituir as importações de alimentos. Atualmente, é elevada a participação das unidades camponesas da produção de leite nacional. Entretanto, permanece expressiva a importância da produção estatal. O leite produzido em 2019 originou-se, aproximadamente, 15% das *vaquerías* estatais e 62,2% das *fincas* camponesas, sendo o restante produzido em formas cooperativas (ONEI, 2020). A produção encontra-se muito abaixo da demanda, sendo importadas grandes quantidades de leite em pó (González & Alfonso, 2018). Juntamente com a reestruturação agrária, a

substituição de importações de leite e carne é considerada como estratégia de segurança nacional (Palma et al., 2015).

Dada sua especificidade socioprodutiva e econômica, os agroecossistemas leiteiros devem ser estudados sob uma perspectiva multidimensional e quali-quantitativa. Apesar de comumente apontada como necessária, a pesquisa com esse caráter, em geral não é atendida, limitando-se à abordagem de aspectos unidimensionais e/ou orientando-se por perspectivas quantitativas ou qualitativas, exclusivamente. Este estudo busca a compreensão de determinações e elementos de funcionamento de *fincas* e *vaquerías* no contexto atual, quanto à produção de leite, à reprodução social e à incorporação da agroecologia, utilizando-se de um grande volume de informações e de diversos tipos de variáveis, em análises quali-quantitativas.

Fugindo de habituais avaliações dicotômicas que fazem uma estrita correlação entre a agroecologia e a pequena produção, e/ou colocam em necessária oposição grandes unidades estatais e pequenas unidades camponesas, procede-se à caracterização e diferenciação das formas produtivas sob aspectos produtivos, econômicos, sociais e organizativos, tencionando-se esclarecer necessidades, contrastes e possibilidades de coordenação entre *fincas* e *vaquerías*. A avaliação das interrelações entre a forma produtiva, a escala e a matriz tecnológica, e da conexão entre agroecologia e abastecimento, ajuda e apontar caminhos para uma estratégia produtiva, socioeconômica e tecnológica, calcada na qualificação do funcionamento das unidades estatais e camponesas, promovendo sua integração para o atendimento sustentável à demanda por leite.

Metodologia

Durante sete meses de vivência como pesquisador de doutorado e residente temporário em Cuba (novembro de 2018 a junho de 2019), coletou-se informações em três províncias ocidentais (La Habana, Mayabeque e Matanzas). A seleção de unidades produtivas realizada pode ser classificada como uma amostragem por conveniência. Esse tipo de amostragem não probabilística é realizado com base na acessibilidade às observações e informações. No presente estudo, em uma situação de dificuldade de comunicação e deslocamento, levou-se em consideração as distâncias e tempos de

viagem, as possibilidades de alojamento e transporte, os custos, a disponibilidade de dados e a viabilidade da comunicação.

Encontra-se na bibliografia a referência à utilização da amostragem por conveniência, tanto para estudos exploratórios ou qualitativos (Gil, 2008), quanto para estudos analíticos (Dohoo et al., 2003). A principal desvantagem apontada, de natureza estatística, é a carência de representatividade e de generalização clara (Bornstein et al., 2013; Jager et al., 2017). Não sendo o presente trabalho um estudo estatístico, acreditamos que essa fragilidade é fortemente minimizada pela perspectiva qualiquantitativa da investigação, a qual tem um desenho que garante possibilidades de triangulação de métodos e informações e que privilegia a interpretação qualitativa.

A amostra principal, sobre a qual o foco da pesquisa é colocado, é composta por 21 *fincas* e 12 *vaquerías* estatais. Com os objetivos de ampliar o conhecimento acerca da bovinocultura e da agroecologia cubanas, conhecer a gama de formas produtivas existentes e obter informações que pudessem enriquecer as análises, uma amostra complementar foi composta por quatro Cooperativas de Produção Agropecuária - CPA; quatro *vaquerías* de Unidades Básicas de Produção Cooperativa - UBPC; duas *fincas* de referência em agroecologia; e a *vaquería* da Estação Experimental de Pastos e Forragens - EEPF Indio Hatuey, além de algumas unidades de recria de fêmeas, cria e seleção de touros pertencentes a granjas visitadas.

A Tabela 1 traz os tipos e números de unidades visitadas em cada província.

Tabela 1: Amostra principal e amostra complementar

Forma Produtiva	Província			Total
	La Habana	Mayabeque	Matanzas	
<i>fincas</i> (CCS)	7	7	7	21
<i>vaquería</i> (UEB)	4	4	4	12
Total amostra principal	11	11	11	33
CPA	-	4	-	4
<i>vaquería</i> (UBPC)	4	-	-	4
<i>fincas agroecológica</i> (CCS)	1	-	1	2
<i>vaquería</i> EEPF Indio Hatuey	-	-	1	1
Total amostra complementar	5	4	2	11
Total Geral	16	15	13	44

Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, observação, conversas e reuniões formais e informais para levantamento de informações quantitativas e qualitativas,

contemplando camponeses responsáveis pelas *fincas* visitadas; administradores das *vaquerías* visitadas e responsáveis pela sistematização de informações produtivas e econômicas da granja. Foram também entrevistados especialistas ou testemunhas privilegiadas (Quivy & Campenhoudt, 1995): dois pesquisadores de renome, especializados na investigação dos processos agrários históricos e contemporâneos do país; dois assessores técnicos atuantes nas últimas décadas em ações de organização e qualificação da pecuária em Cuba; um profissional atuante na organização e direção da agricultura cubana há 50 anos, inclusive como Ministro da Agricultura; e um profissional que atuou por 30 anos na Associação Nacional dos Pequenos Agricultores - ANAP. Professores brasileiros que acompanharam a experiência com o Pastoreio Racional Voisin - PRV na década de 1990 foram entrevistados. Conversas e reuniões informais foram feitas também com professores, estudantes de pós-graduação, pesquisadores e outros trabalhadores de quatro centros de ensino e pesquisa, granjas estatais, cooperativas e famílias camponesas. As informações foram levantadas junto a, aproximadamente, 80 pessoas.

A análise estatística passou pela estatística multivariada, construindo-se previamente uma matriz de similaridade baseada no índice de Gower, a qual permite lidar com conjuntos de dados que abarcam os diversos tipos matemáticos. Utilizou-se então uma ordenação simples, a Análise de Coordenadas Principais (PCoA). Para verificar a existência de diferença estatística significativa entre as formas produtivas com base nas múltiplas variáveis utilizadas, foi realizada uma análise de variância multivariada por meio da Análise de Redundância baseada em distâncias (Borcard et al., 2018). Com base nos objetivos da pesquisa, foram definidas variáveis para a realização de estatísticas descritivas. A existência de diferenças estatísticas entre variáveis de *fincas* e *vaquerías* foi verificada procedendo-se a testes de Mann-Whitney (Sheskin, 2020) e regressões logísticas com ajuste Firth (Puhr et al., 2017).

A análise qualitativa serviu-se do uso de categorias analíticas e de categorias empíricas e operacionais, sendo estas últimas criadas com base no trabalho de classificação por leitura horizontal, leitura transversal, agrupamento e redução de informações (Minayo, 2014). A operacionalização se deu por meio da ordenação, da classificação e da análise final do material (Minayo, 2014), seguindo-se etapas de seleção, simplificação e sistematização contínuas; organização e análise sistemática de

semelhanças, diferenças e inter-relacionamento; e revisão e verificação exaustivas de informações e conclusões (Gil, 2008).

Formas Produtivas

O trabalho de Vasconcelos (2016) mostra que, com as Reformas Agrárias de 1959 e 1963, passando-se por processos sequenciais de transformação, consolidaram-se as granjas estatais de grande escala como forma de se buscar objetivos de desenvolvimento das forças produtivas, igualitarismo e controle da produção de alimentos. Este caminho foi orientado de acordo com o entendimento da grande escala como forma superior de produção. Aos camponeses coube a produção de alimentos para abastecimento interno. Houve uma busca mais ou menos constante pela coletivização do campesinato, como forma de viabilizar a intensificação e tecnificação da agricultura, alcançando as economias de escala e a otimização do uso de recursos e infraestrutura, em uma organização produtiva condizente com princípios e objetivos socialistas.

Ondas de coletivização camponesa voluntária (com a formação das Sociedades Agropecuárias), de incorporação do campesinato aos planos estatais de produção e de transferência de terras do campesinato ao Estado ocorreram durante a década de 1960. Entretanto, em algumas ocasiões, o estabelecido princípio da voluntariedade foi violado. Tudo isso ocorreu em meio a agressões internas e externas contra as transformações revolucionárias (Vasconcelos, 2016). Com objetivo de facilitar o acesso a créditos e serviços, nesta mesma década foram constituídos fundos e alguns meios de produção como patrimônio comum. A formação de Cooperativas de Créditos e Serviços - CCS, que reúnem unidades camponesas familiares, teve grande impulso (Valdés Paz, 2010). Após a segunda Reforma Agrária em 1963, o setor estatal controlava 66% das terras e, em 1970, já abarcava 85% delas. Um novo período de estímulo à coletivização voluntária iniciou-se em 1975, sendo criadas, até meados dos anos 1980, as Cooperativas de Produção Agropecuária - CPA (Valdés Paz, 2010, 2011).

Desde o início da Revolução, Cuba vem sofrendo um crescente bloqueio econômico por parte dos Estados Unidos e de seus aliados. Como resultado, logo estreitou laços de cooperação econômica com o então bloco socialista (União Soviética e leste europeu), no qual concentrava seu comércio exterior. No início dos anos 1990, entretanto, com a queda do bloco socialista, todo o comércio foi unilateralmente interrompido e Cuba

ficou virtualmente sem as matérias-primas que utilizava para manter sua agricultura em níveis razoavelmente produtivos. Entre outras consequências, essa mudança levou a mudanças na estrutura agrária, na tentativa de superar as limitações da nova situação.

Hoje, os sujeitos ligados à atividade leiteira – assim como aos demais ramos da agricultura - estão agrupados em quatro formas produtivas, caracterizadas a seguir de acordo com a FAO (2017), Valdés Paz (2010) e observações de campo:

- Unidades Empresariais de Base (UEB): são as granjas estatais, onde o Estado detém a propriedade das terras, meios de produção e ativos, e os trabalhadores são empregados estatais. Aquelas dedicadas à atividade leiteira são divididas em unidades de produção denominadas *vaquerías* e, muitas vezes, contam também com unidades de criação de animais para corte, os centros de engorda.
- Cooperativas de Crédito e Serviços (CCS): organizações associativas camponesas nas quais as terras se mantêm como propriedade (no caso daqueles atendidos pela Primeira Lei de Reforma Agrária, de 1959) ou posse (quando recebidas em usufruto) individual e o trabalho é organizado em regime familiar. São de propriedade da família os equipamentos e meios, sendo obrigatoriamente prioritário o cumprimento dos planos de produção. Este tipo de organização primária permite o uso comum de estruturas, serviços e outros meios, o acesso ao crédito bancário e à comercialização grupal e facilita a aquisição de tecnologias, o assessoramento técnico e os serviços à população. Nas CCS estão congregadas as chamadas *fincas* camponesas.
- Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA): formas coletivas de propriedade social nas quais, nas décadas de 1970 e 1980, os camponeses fundadores coletivizaram voluntariamente a propriedade da terra e de outros meios de produção, recebendo pagamento e apoio estrutural do Estado. Passaram, assim, de proprietários a trabalhadores coletivos, unindo terras e ativos para formar uma empresa cooperativa socialista, com patrimônio comum, organização coletiva e remuneração dada conforme o trabalho aportado.
- Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC): cooperativas criadas pelo Estado no Período Especial, como resposta à impossibilidade de manutenção das

escalas das granjas estatais, tendo como cooperados os trabalhadores que, até então, eram empregados nas granjas. As terras foram entregues em usufruto e os meios de produção vendidos pelo Estado. Em 2012, foi aprovado o Regulamento Geral da UBPC, que garante a livre gestão e administração de recursos como proprietários e usufruto das terras por tempo indeterminado, como unidades de produção não estatais.

Há, ainda, camponeses dispersos não vinculados a qualquer organização cooperativa, totalizando mais de 30 mil (Reinaldo et al., 2019). A Tabela 2 ilustra os percentuais de gestão, por forma produtiva, em diferentes anos.

Tabela 2: Área agrícola por formas produtivas (%). Cuba, 1988-2017, anos selecionados.

Formas produtivas	1988	2007	2016	2017
Estatal	82	36	31	31,5
Não estatal				
CCS e agricultores não cooperativados	10	18	36	37,5
UBPC	0	37	24	23,1
CPA	8	9	9	7,9
Total não estatal	18	64	69	68,5
Total Geral	100	100	100	100

Fontes: Fernandez et al. (2018); ONEI (2022).

Atualização do modelo, recampesinização e estratificação

O processo de atualização do modelo socialista cubano foi iniciado em 2006, quando Raúl Castro assumiu, em caráter temporário, a Presidência dos Conselhos de Estado e de Ministros (Peters, 2012), dando lugar a ações de liberalização econômica e ajuste financeiro como forma de alavancar a economia, reduzir a carga de obrigações estatais e aumentar a arrecadação e o autofinanciamento, passando o provimento de serviços a negócios privados. Teve início formal em 2011 um amplo processo de transformação, denominado de Atualização do Modelo Econômico e Social (García Brigos, 2017).

As diretrizes constituem uma profunda reforma e tocam nas políticas agrárias, na segurança alimentar e nutricional e na soberania alimentar cubanas (Botella Rodríguez, 2018). A política agropecuária está abordada em 30 diretrizes, às quais contemplam um modelo que combinaria a agroecologia e a agricultura convencional, de acordo com as

necessidades e contextos de viabilidade na economia planificada do país (Fernandez et al., 2018).

Algumas das primeiras medidas implementadas foram dirigidas à agricultura, sendo ela o primeiro setor amplamente reformado. Um processo de entrega de terras em usufruto se iniciou em 2007, sendo formalizado em lei no ano seguinte. Em 2007, havia cerca de 2,3 milhões de hectares de terras consideradas ociosas, o que corresponde a mais de 30% da superfície agrícola nacional (González, 2014). Como resultado dessa situação, frente às imperiosas necessidades aumentar a produção interna e substituir a importação de alimentos, deu-se início a uma série de transformações, sendo a mais importante a massiva recampesinização conduzida pelo Estado, que levou a uma profunda reconfiguração das estruturas agrária e agropecuária no país (Fernandez et al., 2018; González, 2014; González & Alfonso, 2018). As outras medidas principais foram tomadas no período 2013-2014, incluindo a descentralização da gestão e reestruturação do Ministério da Agricultura, a liberação experimental da venda de insumos e equipamentos e a diversificação experimental de atores e espaços de comercialização (González & Alfonso, 2018).

Até 2020, mais de 2,5 milhões de hectares haviam sido entregues, sendo 90% destinados a mais de 275.000 pessoas físicas (ONEI, 2021). A porcentagem da superfície agrícola administrada pelos camponeses aumentou de 18% em 2007, para 37,5% em 2017 (Fernandez et al., 2018; ONEI, 2022). Como mostra a Tabela 2, a posse detida por formas produtivas não estatais é de 68,5% (ONEI, 2022), sendo 23,1% das UBPC e 7,9% das CPA. Mesmo estando com menos de um terço das terras sob sua gestão direta, o Estado mantém a propriedade de 79,3% das terras da agricultura (ONEI, 2017a). Contudo, não foi interrompida na entrada de terras em estado de ociosidade, o que, somado às desistências ocorridas entre usufrutuários, fez com que, no ano de 2017, houvesse 917,3 mil hectares de terras ociosas (ONEI, 2017a), 14,56% da superfície agrícola total.

Entre 2008 e 2017, houve uma taxa anual de crescimento de 2,9% na produção de leite (Rodríguez Guerrero, 2018), sendo superior a 80% a participação do setor não estatal (Fernandez et al., 2018). Em 2015, os camponeses detinham 66,3% das vacas leiteiras e produziram 66,2% do leite (González & Alfonso, 2018). Em 2016, 65% do leite e 42% da carne foram produzidos por unidades familiares (Thiemann & Spoor, 2019). Em 2019, as *fincas* produziram 62,2% do leite, 89% da carne de pequenos ruminantes, 60,5% da carne de aves, 34,8% da carne bovina e 31,6% da carne suína (ONEI, 2020).

O processo de descentralização e ampliação dos mecanismos de mercado foi acompanhado pelo aprofundamento da estratificação socioeconômica iniciada nos anos 1990, havendo aumento das desigualdades (Espina Prieto & Echevarría, 2020). Fundora Nevot (2021) identificou desigualdades na apropriação, no uso e controle de recursos e nas relações de trabalho, as quais derivaram do desenvolvimento da propriedade privada e do usufruto da terra, com surgimento de pequenos empresários no interior campesinato, uso ampliado do trabalho assalariado e relações monetaristas. González e Alfonso (2018) identificaram dificuldades na criação de cooperativas. Essa situação contrasta com o apoio estatal aos negócios privados.

A agroecologia e a escala

Após o fim da União Soviética, 85% dos laços comerciais de Cuba foram imediatamente rompidos. Os antigos países socialistas aderiram ao bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos que, aproveitando o momento, o intensificou. O Período Especial dos anos 1990 foi marcado por uma grave crise econômica e de abastecimento, caracterizada pela grave escassez de alimentos, tecnologia, insumos e peças de reposição, e por uma forte redução no fornecimento de energia e financiamento externo (Silva León, 2008; Ferran Oliva, 2015). A qualidade de vida foi reduzida a níveis muito baixos, houve deficiência de calorias, perda de peso generalizada e doenças nutricionais (González, 2013).

Vias alternativas de produção foram tentadas, marcadas pelo esforço da utilização de insumos produzidos internamente, pela busca da sustentabilidade e pela utilização da agroecologia. Por outro lado, novas formas produtivas e de acesso à terra foram criadas. Palma et al (2015), ao analisarem as transformações históricas da agricultura cubana, apontam um estágio de maturidade baseado no modelo de modernização da Revolução Verde e do uso de insumos externos, finalizado pelo colapso derivado da crise econômica do Período Especial, ressaltando a dependência de Cuba em relação ao mercado socialista. Segundo os autores, os estágios seguintes foram marcados pela produção mais limpa, com a formação do movimento de agricultura urbana e do movimento de agroecologia da ANAP.

Woodhouse (2010) postulou que “talvez a experiência mais abrangente de implementar uma alternativa à agricultura industrial convencional seja fornecida por

Cuba durante o ‘período especial em tempos de paz’ nos anos 1990” (p. 445). Esse contexto favoreceu o progresso e calçou-se no movimento agroecológico e no método Campesino a Campesino (MCAC) (Rosset et al., 2011), destacado como base do aumento da participação dos camponeses cubanos na produção nacional de alimentos. Mier y Terán Giménez Cacho et al. (2018) apontam que o movimento atingiu um terço das famílias camponesas do país entre 1997 e 2010, passando depois a incluir cerca da metade do campesinato cubano, aproximadamente 200.000 famílias. O caso é chamado de revolução agroecológica (Altieri & Toledo, 2011) e ressaltado como uma maneira de levar-se a agroecologia à escala (Mier y Terán Giménez Cacho et al., 2018).

O acesso à terra, o sistema pedagógico, os programas acadêmicos, o processo horizontal de aprendizado e produção de conhecimento, um sólido setor de cooperação para organização social e políticas públicas que começam a valorizar a agroecologia seriam os principais fatores existentes em Cuba para levá-la à escala nacional (Fernandez et al., 2018). Na opinião de Juan Valdés Paz³ (2019), o aparelho estatal único no mundo e o imenso sistema organizativo da agricultura do país, se convertidos a um novo modelo de produção, produziriam uma revolução mundial.

Rodríguez e González (2018) ressaltam que, ainda assim, persiste o interesse em insumos externos e pacotes tecnológicos caros, que supostamente garantiriam o aumento da produção de alimentos e a correspondente diminuição de importações. Altieri e F. R. Funes-Monzote (2012) apontam que muitos agricultores não possuem bases metodológicas transitar à agroecologia, substituindo insumos por necessidade e dando preferência aos agroquímicos sintéticos, mesmo reconhecendo seus malefícios sanitários e econômicos. Apontam também o paradoxo do continuado privilégio à importação de alimentos à agricultura convencional, em detrimento do estímulo à produção local camponesa. São mantidos dois modelos extremos de produção de alimentos e não se aproveita a experiência agroecológica acumulada de iniciativas em milhares de pequenas e médias unidades como um valioso ponto de partida para políticas nacionais que poderiam levar a agroecologia à escala (Altieri & F. R. Funes-Monzote, 2012).

³ Destacado sociólogo, politólogo, historiador e filósofo cubano. Estudou processos políticos, econômicos e sociais de seu país, tendo abordado a sociologia rural, as relações internacionais, a América Latina e diversos aspectos da Revolução Cubana, e realizado estudos agrários de referência. Foi professor da Universidade de Havana (UH), do Instituto Superior de Relações Internacionais Raúl Roa García (ISRI), atuou no Centro de Estudos da América (CEA) e no Instituto de História de Cuba (IHC). Recebeu em 2014 o Prêmio Nacional de Ciências Sociais e Humanísticas pela obra de sua vida. Entrevistado em junho de 2019. Falecido em outubro de 2021.

De acordo com Fernandez et al. (2018), esta dicotomia está presente entre pesquisadores, professores, técnicos e agricultores, divididos em suas perspectivas sobre qual a viabilidade dos distintos sistemas agroalimentares. Para Valdés Paz (2019), existe uma luta não declarada entre um modelo tradicional campesino, impulsionado pelo aumento da agricultura de base familiar, e outro do Ministério da Agricultura (MINAG). Postulou que a falta de definição do modelo agrotecnológico por parte do Estado afeta a produção e alimenta o “intensivismo”, ocasionando um problema ecológico-produtivo.

Thiemann e Spoor (2019) ressaltam que a chamada revolução agroecológica cubana ocorreu somente entre camponeses em regime de trabalho familiar, que ocupavam menos de um quinto das terras à época. Segundo os autores, os avanços são notáveis, mas não constituíram ainda uma forma viável de abastecimento. Para Woodhouse (2010), os resultados da "revolução orgânica" não são tão claros quanto parecem. O autor identificou um sucesso duradouro na provisão de vegetais frescos; pontuou, entretanto, que há poucas evidências de que a produção de cereais e legumes tenha sido adequadamente assegurada.

A agroecologia pode ser entendida como um método e um processo de produção agropecuária que resgata os saberes destruídos ou escondidos pela modernização capitalista da agricultura, os incorpora aos progressos científicos e tecnológicos das últimas décadas e viabiliza a produção de alimentos limpos, em qualquer escala, com menores custos e maiores produtividades (Pinheiro Machado & Pinheiro Machado Filho, 2014, p. 35-42). Contudo, como se vê a seguir, algumas análises da realidade cubana, aparentemente, encaram de maneira dicotômica os conhecimentos tradicional e científico, a agroecologia e desenvolvimento científico-tecnológico, a agroecologia e a grande escala.

Leyva Remón (2017) ressalta que, mesmos com avanços advindos da política agroecológica, “se mantém o desafio de avançar em direção a um modelo de desenvolvimento agropecuário baseado no predomínio de sistemas agroecológicos sustentáveis em coexistência com os benefícios dos avanços científicos e tecnológicos” (pg. 86). Herrera Sorzano e González Sousa (2017) indicam a existência de uma organização territorial na qual à agricultura urbana ecológica, que abastece parte importante dos produtos frescos nas cidades, e à agricultura suburbana, que opera para o autoabastecimento municipal sustentável, soma-se a produção de grande escala dos polos produtivos, nos quais a mecanização, fertilização química e irrigação sustentam atividades destinadas à industrialização e à exportação. González e Alfonso (2018)

postulam que o modelo atualmente promovido pelo governo “se beneficiará do uso combinado do conhecimento tradicional dos agricultores (...) e do desenvolvimento científico e técnico do país” (p. 3).

No mesmo sentido, Fernandez et al. (2018) acreditam que a transformação na gestão da maior parte das terras, saindo de grandes unidades estatais para unidades camponesas organizadas em CCS, ofereceria “condições ideais para o desenvolvimento contínuo da agricultura sustentável baseada na agroecologia” (p. 5). Os limitantes da capacidade das *fincas* agroecológicas em garantir a alimentação da população estariam menos relacionados à produtividade, e mais a obstáculos econômicos do sistema alimentar. Dentre estes, listam a falta de créditos e investimento para pequenas melhorias na infraestrutura, de mercados para insumos básicos e escoamento, de estrutura de processamento e armazenamento; a existência de um sistema tributário que favorece a importação, de um complicado quadro de autorizações para produzir e comercializar, e de uma economia precária e distorcida pela circulação dupla de moeda (Fernandez et al., 2018).

Pecuária leiteira agroecológica e PRV

A comparação entre sistemas camponeses agricultura-pecuária e sistemas estatais especializados de produção de leite em Cuba encontrou resultados muito superiores para os primeiros, em termos de produção total de leite, produção de leite por área, produção total de energia e produção de proteínas (F. R. Funes-Monzote et al., 2009). É importante ressaltar que, nos estudos sobre a importante experiência agroecológica cubana, não há nenhuma referência específica à produção de leite como componente do impulso observado na agroecologia nacional. Há poucas menções à pecuária, em geral e, nestas, o componente animal dos agroecossistemas é visto como importante na integração com as lavouras, beneficiamento do solo e tração, mas não como potencial fonte agroecológica de alimentos em escala para a população.

Paralelamente à conhecida trajetória da chamada revolução agroecológica cubana, a pecuária agroecológica tem uma história importante e marcante no país. Devido à convicção de Fidel Castro na viabilidade e necessidade da produção à base de pasto e ao

seu grande interesse pela obra de Andre Voisin⁴, em 1964 o governante convidou o cientista ao país. Voisin permaneceu suas últimas semanas de vida em Cuba, proferindo conferências e auxiliando na formação técnica (Milera Rodríguez, 2008), vindo a falecer em dezembro desse ano. Sob esta influência, as *vaquerías* leiteiras implantadas nos anos seguintes tiveram suas pastagens divididas em parcelas, com vistas à racionalização do pastoreio. Foram implantadas 4.000 *vaquerías*, sendo mais da metade desenhadas como *vaquerías típicas* para 120 ou 288 vacas (Pérez, 1999).

A utilização dos pastos passou a ser feita com base em um grande uso de fertilizantes sintéticos, irrigação e maquinaria pesada, havendo um programa composto por intenso melhoramento genético, infraestruturação técnica e uma nova base de cultivo intensivo de pastagens, forrageiras de corte e subprodutos da cana (R. Funes-Monzote, 2016), além de amplo uso de herbicidas, pesticidas e concentrados (Pérez, 1999). Os conceitos e aplicação dos princípios enunciados por Voisin ficaram presos em um desenvolvimento pecuário dentro dos marcos tecnológicos da Revolução Verde (Milera Rodríguez et al., 2008). Havia alta dependência de insumos externos às unidades de produção e ao país, tendo seu acesso facilitado pelas relações comerciais favoráveis com a União Soviética e outros países do campo socialista.

O direcionamento produtivo operado pelo Estado cubano sob a influência de Voisin recebeu novo impulso na década de 1990. Com a crise do Período Especial e a drástica redução de fertilizantes, combustível, medicamentos, concentrados e suplementos alimentares (R. Funes-Monzote, 2016), a alta direção do país determinou a implantação de sistemas de PRV nas granjas estatais em todo o território nacional. Em 1990, foi firmado um convênio entre o Ministério da Agricultura e a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com atuação direta de Luiz Carlos Pinheiro Machado⁵.

O PRV foi definido como “um método racional de manejo do complexo solo-planta-animal através do pastoreio direto e rotação bem planejada das pastagens” (Pinheiro Machado Filho et al., 2021, p. 3), descrito primeiramente por Voisin, que

⁴ Físico-químico francês que dedicou grande parte de sua vida à pesquisa e ao estabelecimento de bases para o manejo racional do pastoreio. Recebe uma homenagem anual no Cemitério de Colón, em Havana, onde foi sepultado em dezembro de 1964. A Voisin foi conferido o grau de Doutor *honoris causa* pela Universidade de Havana (UH), havendo na Universidade Agrária de Havana (UNAH) uma cátedra honorífica que leva o seu nome.

⁵ Agrônomo brasileiro, professor da UFSC, idealizador e implementador da tecnologia agroecológica do Pastoreio Racional Voisin - PRV, termo por ele cunhado. Deixou seu livro Pastoreio Racional Voisin (Pinheiro Machado, 2010) como seu principal legado (Pinheiro Machado Filho et al., 2021). Falecido em julho de 2020.

enunciou os quatro princípios do pastoreio racional, com avanços posteriormente introduzidos por Pinheiro Machado (2010). O PRV tem efeitos positivos sobre a receita líquida e a resiliência financeira, mediante redução de custos de alimentação e insumos externos, e sobre a produtividade animal (esta apontada como possível lacuna crítica de conhecimento sobre o sistema); reduz externalidades ambientais negativas; e eleva os níveis de bem-estar animal (Pinheiro Machado Filho et al., 2021). São medidas necessárias a divisão de área, sendo as cercas eletrificadas o tipo mais recomendado, e a disponibilidade de água em todas as parcelas (Pinheiro Machado, 2010).

De acordo com Milera Rodríguez et al. (2008), Pinheiro Machado colocou muita ênfase na necessidade de usar altas cargas instantâneas, que levariam ao crescimento de espécies de pasto de maior qualidade pela grande deposição de dejetos e o pisoteio. Dado o baixo valor dos pastos naturais em Cuba, isso exigia, na visão desses autores, a suplementação dos animais, algo impossível naquele momento. Apontam a ocorrência tanto de casos de redução da disponibilidade de pasto decorrente das altas cargas utilizadas quanto de resultados positivos na produção e recuperação das pastagens.

Como limitações do processo, os autores listaram, entre outras: a rigidez das orientações sobre a carga animal e os números de parcelas, sem considerar-se as diferentes condições edafoclimáticas e a heterogeneidade do potencial produtivo das diferentes áreas do país; a eliminação de alternativas onde não fosse possível atender às orientações e o encarecimento de investimentos por falta de aproveitamento da infraestrutura já existente; a capacitação e o treinamento deficientes dos técnicos e dos encarregados, inviabilizando a correta observação e aplicação de fundamentos imprescindíveis ao manejo correto e à proteção do solo; a inexistência de áreas de produção de forrageiras de corte dentro das *vaquerías* e a impossibilidade de trazê-las de fora por falta de combustível, deixando os sistemas, massivamente implantados em todo o país, em balanço alimentar negativo e levando ao sobrepastoreio na estação seca; as interrupções do fornecimento de energia elétrica, frequentes no Período Especial, que impediram o manejo com as cercas eletrificadas, o que foi agravado pela falta de conhecimento sobre elas; as pressões organizativas geradas pelo processo de disseminação massiva, feita por diretrizes administrativas, sem contextualização, participação e consulta aos trabalhadores; a falta pagamento por resultados e em correspondência com os preços do leite (Milera Rodríguez et al., 2008).

Carlos Pérez León⁶ (2019), um dos responsáveis diretos pela ação de disseminação do PRV como Ministro da Agricultura, argumenta que, desde à época da atuação direta de Voisin em Cuba e da implantação das *vaquerías*, os técnicos e instituições nunca internalizaram adequadamente os princípios propostos pelo cientista. Apontou que não havia os números de parcelas e a água necessários, tampouco o manejo correto, ocorrendo muitos erros. Segundo ele, o Instituto de Ciência Animal - ICA não se alinhou à proposta e manteve uma posição de “enfrentamento tecnológico”, freando o trabalho, ao passo que havia no Ministério da Agricultura um grupo que atuava fortemente pela iniciativa, na época em que era ministro.

Falando de um assessor técnico e um pesquisador contemporâneos à experiência do PRV, ouvidas durante a permanência no país, trouxeram críticas ao sistema, sobretudo a uma degradação de pastagens que seria advinda do pisoteio de altas cargas, em épocas de muita chuva, e à área das parcelas, vista como demasiadamente pequena. Outro assessor técnico entrevistado ponderou que, apesar da proclamada intenção de se realizar uma pecuária à base de pasto, não houve atenção e manejo adequados, inclusive por parte dos institutos estatais com essa função. A carga de trabalho inerente ao correto manejo de pastagens, frente às facilidades da aquisição de concentrados do bloco socialista, e o emprego do modelo convencional relegaram os pastos à falta de cuidado e procederam a danos aos solos.

Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho⁷ (2022) aponta que toda a agricultura que conheceu no país, no início da década de 1990, seguia o modelo convencional, bem estabelecido entre pesquisadores, dirigentes do Ministério da Agricultura, extensionistas e trabalhadores rurais. A produção convencional havia sido executada com sucesso e a estrutura das *vaquerías* era muito superior à existente no Brasil. Relata que, na época, manifestações concretas de compreensão do PRV ou da agroecologia eram raras. Uma grande dificuldade enfrentada, segundo ele, foi manter a infraestrutura do PRV, com arames e outros acessórios das cercas eletrificadas, bem como da hidráulica.

⁶ Atua em funções de organização e direção da agricultura cubana há cerca de 50 anos. Foi Ministro da Agricultura entre 1988 e 1993, além de ocupar cargos de Primeiro Vice-Ministro da Agricultura, Vice-Ministro de Pecuária, de Agricultura Não-Canavieira, de Cultivos Vários, diretor do Instituto de Ciência Animal (ICA) e Delegado Provincial de Agricultura, entre outros. Entrevistado em junho de 2019.

⁷ Professor brasileiro da UFSC, atuante na implementação de sistemas de PRV desde 1980, juntamente com Luiz Carlos Pinheiro Machado. Um dos professores que participaram da iniciativa de disseminação do PRV em Cuba. Entrevistado em diferentes ocasiões entre julho de 2018 e agosto de 2022.

Pinheiro Machado Filho pondera que, mesmo tendo sido proposta uma implantação gradual e voluntária dos sistemas de PRV, a forma vertical, massiva e sem maior preparação dos técnicos e outros trabalhadores foi justificada pela “situação de guerra”, então vivida pelo país, e pela necessidade de garantir o fornecimento de leite à população, compromisso assumido pela Revolução. Ressalta que a maior barreira ao êxito da ação foi posta pela formação técnica convencional, predominante à época entre pesquisadores e técnicos. A isso, alia o fato de não se levar adiante a proposta de um novo sistema de pagamento na pecuária leiteira, com maior salário básico, bonificação por metas atingidas, além da transformação dos galpões em residências e do emprego de números adequados de trabalhadores. Em sua opinião, o estímulo material à produtividade era necessário e teria contribuído, inclusive, para minimizar os problemas de energia, mediante um maior interesse dos trabalhadores em aprender a lidar com as cercas elétricas.

Mario Luiz Vincenzi⁸ (2022) relatou que a pecuária estava marcada pela influência do *zero grazig*⁹. As vacas estavam preponderantemente estabuladas e o manejo das pastagens era incorreto. Segundo ele, houve entusiasmo pelo PRV, e não se tratava de levar uma proposta teórica, mas um exemplo que serviria às necessidades do país e lhe traria grandes benefícios. Destacou que a existência de casos de altos índices produtivos com o uso de técnicas convencionais dificultava a disseminação do PRV. Ressaltou que, para além da implantação, a condução do sistema é determinante, dependendo o seu sucesso de convicção, dedicação e correta observação de um conjunto de elementos.

Segundo Pérez León (2019), o movimento pela utilização do sistema cresceu “como uma bola de neve”, até que foram definidos outros critérios de atuação, o que coincidiu com o afastamento pessoal de Fidel Castro da condução do tema, devido ao agravamento da crise. Após desacordos e divergências quanto à continuidade do trabalho, Pinheiro Machado encerrou o período de, aproximadamente, sete anos de atuação direta no país.

Pinheiro Machado Filho (2022) apontou que, nas *vaquerías* onde a execução se deu conforme as orientações, o manejo fez com que, em menos de um ano, pastos de

⁸ Professor brasileiro da UFSC, atuante na implementação de sistemas de PRV desde 1973, tendo trabalhado em parcerias com Pinheiro Machado e Pinheiro Machado Filho. Um dos professores que participaram da iniciativa de disseminação do PRV em Cuba. Entrevistado em agosto de 2022.

⁹ Manejo em que o gado é mantido permanentemente estabulado, sendo alimentado com forragem cortada e tendo pouco ou nenhum contato direto com a pastagem.

maior valor nutricional, que haviam desaparecido, retornassem espontaneamente. Ressaltou os excepcionais dados de uma *vaquería* localizada em região hoje pertencente à província de Mayabeque, o *Valle de Picadura*. Nesta unidade, “no auge do Período Especial”, foram produzidos mais de 20.000kg de leite/ha/ano em 1991 e 1992, sem qualquer utilização de ração, com excelente gado da raça cubana Siboney e vacas somente a pasto. Mário Vincenzi (2022) destacou este exemplo, no qual os resultados produtivos foram fruto da dedicação dos trabalhadores diretamente envolvidos, que inclusive aprimoraram métodos de controle do pastoreio. Pérez León (2019) também citou estes “fabulosos resultados”, assim como experiências exitosas nas províncias de Bayamo e Camaguey. Desafortunadamente, não se procedeu ao registro, sistematização ou publicação dos êxitos e dificuldades das experiências desenvolvidas em *vaquerías* comerciais.

Milera e Alonso (2014) apontaram que pesquisas relacionadas à produção de leite à base de pasto em Cuba se iniciaram ainda na década de 1970, algumas décadas depois evoluindo para a agroecologia como orientadora da produção de pastos e forragens para a atividade leiteira. Fernandez et al. (2018) falam sobre a existência de experiências locais bem-sucedidas na implementação de sistemas silvipastoris e na criação de raças mais resistentes, destacando as pesquisas realizadas pela Estação Experimental de Pastos e Forragens - EEPF Indio Hatuey e pelo Instituto de Ciência Animal - ICA. A EEPF Indio Hatuey é um centro investigativo de referência nacional e internacional em produção sustentável, com destaque para os sistemas silvipastoris. Nos últimos anos, muitas ações da instituição direcionaram-se ao apoio aos camponeses, por meio de projetos e estratégias de inovação e desenvolvimento local baseadas na agroecologia como orientadora da extensão rural (Tortoló et al., 2018).

A produção de leite em Cuba

A atividade leiteira é considerada uma prioridade desde 1959, tendo-se procedido, durante os anos 1960 à conversão da bovinocultura extensiva de corte existente no país em uma produção intensiva de leite e produtos lácteos, com intenso melhoramento genético, técnico e infraestrutural, com pesados investimentos (R. Funes-Monzote, 2016). A pecuária é um setor prioritário, dada a sua contribuição vital em leite e carne para o consumo da população e para a substituição de importações (Ramos et al., 2018).

O leite é um alimento de alta sensibilidade para a população cubana (Flores et al., 2014), crucial e de alta prioridade pelo Estado, que determina a distribuição. É doado ou altamente subsidiado a grupos em condições sociais específicas: crianças de 0 a 6 anos, crianças de 7 a 13 anos, saúde pública e centros infantis, gestantes e maiores de 65 anos, além da inclusão em dietas médicas e na merenda escolar (Boffill Vega & Reyes, 2011). Os produtos lácteos têm, como destinos principais, a cesta básica, o consumo social¹⁰, as cadeias de lojas e o turismo, tendo seu comércio regulado pelo Estado, com mais de 80% da produção primária total vendidos por meio de contratos entre os produtores e as entidades estatais (Martínez-Vasallo et al., 2017). É um dos poucos produtos que têm regulação de preços ao produtor, sendo formalmente comercializado somente com a participação do Estado (Flores et al., 2014).

O desenvolvimento do setor leiteiro de Cuba não pode ser separado da especificidade de seu sistema político específico, ou do bloqueio pelos Estados Unidos, que já dura seis décadas (Ponce, 2009). A produção de leite no país foi severamente afetada pelo Período Especial e pelas restrições impostas também depois dele. Entre 1990 e 1993, o rebanho bovino diminuiu em milhares de cabeças. A produção interna de leite, que vinha em ascenso desde 1959, passou de 1,13 bilhão para 622 milhões de litros anuais, em parte devido à redução do número de vacas, mas sobretudo pela queda de 50% na produção animal média; a produção de carne caiu de 181.000 para 123.000 toneladas (R. Funes-Monzote, 2016).

Entre 1989 e 2000, houve redução de um milhão de hectares de pastagens naturais, de dois terços nas pastagens cultivadas e as terras destinadas à bovinocultura foram tomadas, em um ritmo sem precedentes, por espécies indesejadas, sobretudo o marabu (R. Funes-Monzote, 2016). O marabu (*Dichrostachys cinerea*, nativa do continente africano) e a aroma (*Acacia farnesiana*, nativa da América Central, América do Sul e sul da América do Norte), espécies espinhosas, de crescimento rápido e lenhosas, de difícil controle manual e um dispendioso controle mecânico (F. R. Funes-Monzote, 2008), chegaram a cobrir, em 1994, 1 milhão de hectares, área correspondente a 47% da superfície de pastagens (Pérez, 1999). A vulnerabilidade posta pela alta dependência de insumos e máquinas oriundos das relações comerciais com países do campo socialista era elevada, o que levou a uma desestruturação total do modelo de produção levado a cabo

¹⁰ Referente à distribuição gratuita de alimentos a hospitais, centros infantis, estudantis e refeitórios de trabalhadores.

até então e a um colapso do sistema pecuário (Fernandez et al., 2018; R. Funes-Monzote, 2016; Miranda et al., 2012; Palma et al., 2015; Pérez, 1999).

Aqui é necessário considerar alguns importantes aspectos da *ganadería revolucionária*, de seus meios e fins. Dados os novos objetivos nacionais postos pela Revolução, foi feita uma tentativa diversificação agrícola e industrialização de forma acelerada, levada a cabo até 1963 (Vasconcelos, 2016), após o que se promoveu um arranjo no qual, ao lado da cana de açúcar como principal fonte de divisas, a pecuária foi tornada prioridade com vistas ao suprimento de proteína animal para consumo interno, buscando-se uma complementação entre os dois setores (R. Funes-Monzote, 2016). Prioridade entre prioridades, destacou-se a atividade leiteira, vista como capaz de alimentar uma maior quantidade de pessoas, quando comparada à bovinocultura de carne, em um quadro de baixíssimo ou nulo consumo de leite pela maior parte dos trabalhadores rurais (R. Funes-Monzote, 2016). Teve lugar uma canalização de esforços e investimentos que elevou fortemente a produção de leite, suínos, frangos, ovos e pescado e que, de acordo com Valdés Paz (2011), garantiu, nos anos 1970 e 1980, uma grande parte das necessidades básicas de proteína da população

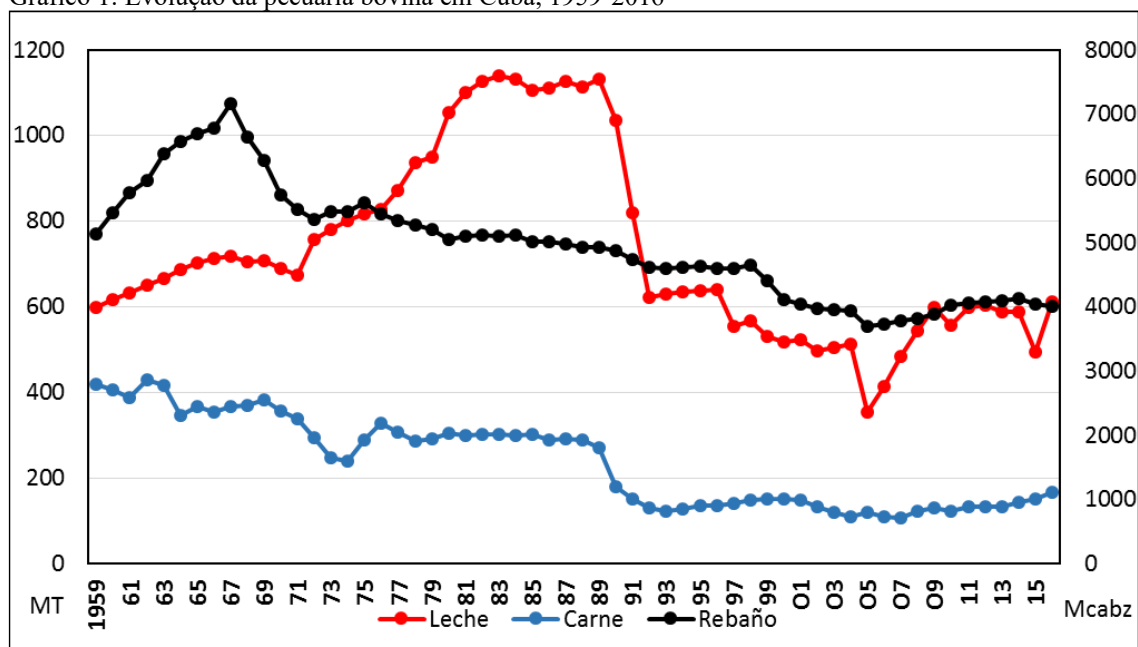
Contrastando com a mobilização massiva para as lavouras de cana, a transformação da pecuária bovina, considerada por R. Funes-Monzote (2016) uma das mudanças mais significativas da agricultura após a Revolução, operou grandes projetos de obras e comunidades. Pérez (1999) descreveu que foram instaladas 4.000 vaquerías leiteiras, com ordenhadeiras mecânicas, construindo-se estradas, trasladando-se matéria orgânica para a recuperação de solos, formando-se áreas de pastagem e de forrageiras de corte, preparando-se silagens e fenos e construindo-se cercas. Redes de energia elétrica e redes hidráulicas foram implantadas e, em alguns casos, vilarejos inteiros foram construídos para as famílias de trabalhadores.

Não é pertinente que se olvide os êxitos desse processo, revelados pelos resultados produtivos e, sobretudo, no que se refere ao consumo de leite pela população. A pecuária bovina estatal representava, em 1989, 80% do total nacional e estava organizada em 106 empresas especializadas, sendo 36 leiteiras, 10 de carne, 22 de cria e 38 mistas (Pérez, 1999). O modelo convencional havia gerado resultados importantes até então, tendo-se alcançado um consumo anual de 150 litros de leite *per capita* (Ponce, 2009).

O Gráfico 1 (FAO, 2017) mostra a evolução da produção de leite, carne e do rebanho bovino cubano, entre 1959 e 2016, evidenciando a constante elevação até 1989

e a drástica queda entre 1990 e 1993, com continuidade da redução até 2005. A partir daí, passou a reerguer-se, mas sem se aproximar, sequer minimamente, dos patamares do final da década de 1980. O Gráfico 2 ilustra a produção total de leite no país e suas parcelas estatal e não estatal, entre 1959 e 2021.

Gráfico 1: Evolução da pecuária bovina em Cuba, 1959-2016

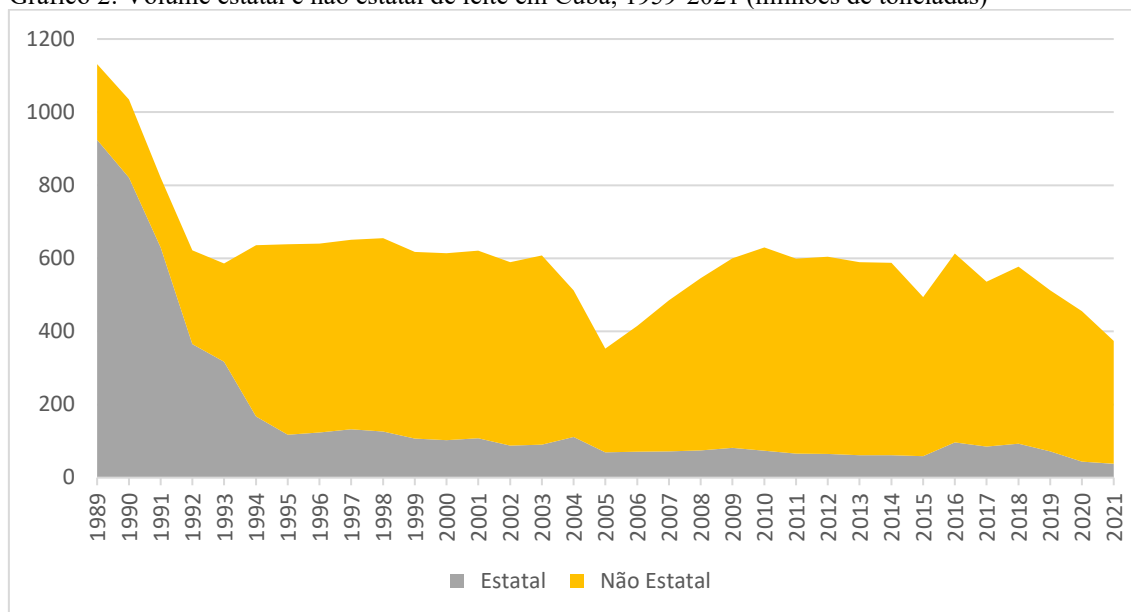


Fonte: Extraído de FAO (2017)

Em 2007, segundo um sistema de pagamento por qualidade, iniciou-se um processo de elevação dos preços pagos aos produtores, que subiram, naquele ano, de CUP¹¹ 1,00 para CUP 2,40 por litro. Em 2015, o preço máximo pago pelo litro de leite subiu novamente, a CUP 5,00 (Martínez-Vasallo et al., 2017). Em abril de 2021, esse preço passou a 9,00 por litro de leite (Falcón et al., 2021).

¹¹ Peso Cubano

Gráfico 2: Volume estatal e não estatal de leite em Cuba, 1959-2021 (milhões de toneladas)



Fonte: ONEI (2022)

Em 2018, o total de leite produzido foi de 483,8 milhões de litros, após o que se iniciou uma acentuada e contínua queda, encerrando o ano de 2021 com somente 336,1 milhões de litros. Em termos proporcionais, a redução foi maior no setor estatal, tendo a participação do setor não estatal, que havia decrescido de 89,59% em 2014 para 83,86% em 2018, se elevado a cerca de 90% nos anos de 2020 e 2021. O comportamento distinto entre esses setores quanto à queda dos volumes produzidos pode ser também constatado pelos dados de rendimento anual por vaca em ordenha (ONEI, 2017b, 2022).

Esse rendimento foi cerca de 15% maior no setor estatal nos anos de 2014 e 2015, diferença que saltou para quase 42% em 2016, daí podendo-se atribuir ao setor estatal a elevação do volume total ocorrida neste ano. Porém, em 2017 e 2018, as unidades estatais tiveram um rendimento médio somente 8% superior àquele do setor não estatal. Em 2019, a situação se inverteu e o setor não estatal teve um rendimento por vaca 7,73% maior que o setor estatal. Em 2020 e 2021, essa diferença mais que triplicou, ficando o rendimento do setor estatal cerca de 25-30% menor do que o observado no setor estatal.

R. Funes-Monzote (2016) observou que, mais de 20 anos após o início da crise, a produção de leite ainda se encontrava a menos da metade do volume de seus melhores anos e a produção animal média era de cerca de 4 litros/vaca/dia. Segundo a ONEI (2022), o rendimento geral médio por vaca em ordenha foi de 1.624 kg em 2017 (5,32 kg/vaca/dia), e de 1.703 kg (5,59 kg/vaca/dia) em 2018. A título de comparação, a produção média por vaca (kg/vaca/dia) no ano de 2017 foi de 5,61 no Brasil (1.710 kg),

8,66 no Uruguai (2.641 kg), 9,28 na Argentina (2.828 kg) e 15,32 no México (4.674 kg) (Embrapa, 2020). Em Cuba, a média caiu continuamente, chegando a 4,01 kg/vaca/dia em 2021 (ONEI, 2022)¹².

De acordo com José Pérez La Paz¹³ (2019), a oscilação e as quedas da produção a partir de 2014 são devidas, fundamentalmente, ao bloqueio econômico, limitando o acesso a insumos mínimos para o cercamento das pastagens e o bombeamento da água, entre outros. A isso, La Paz acrescentou a flutuação e êxodo da força de trabalho tecnicamente qualificada; as secas prolongadas, a deficiência no suprimento de subprodutos da cana e outras fontes alternativas para mitigar as flutuações sazonais de alimento e o grande déficit de áreas de forrageiras de corte nas unidades produtivas; as cargas animais elevadas, sem correspondência com a baixa produtividade de pastagens predominantemente naturais, tendo havido redução de pastagens melhoradas de 30% para 5% entre 2015 e 2019; o pequeno número de parcelas nas pastagens, impossibilitando o cumprimento das leis de Voisin; e a baixa capacidade produtiva dos solos dedicados à pecuária, sendo os demais utilizados para culturas agrícolas.

Com um consumo anual da ordem de 1,1 bilhão de litros, a produção interna é de apenas 500 milhões de litros (45,45% do consumo), aproximadamente, sendo importados por ano cerca de 600 milhões de litros, como leite em pó. A demanda potencial, levando-se em conta a recomendação de consumo da OMS e o turismo intenso, é de cerca de 2 bilhões de litros (FAO, 2017). A importação de produtos lácteos, sobretudo leite em pó, representa um grande volume dos gastos do Estado, chegando à cifra de US\$ 200 milhões anuais (González & Alfonso, 2018).

A FAO Cuba ressaltou que os índices obtidos pela produção de leite estão muito distantes dos níveis internacionalmente aceitáveis, com produtividades por área muito baixas, da ordem de 250 litros por hectare (FAO, 2017). As causas principais apontadas são: impossibilidade de garantir uma logística mínima; dispersão dos rebanhos, infraestrutura insuficiente e problemas organizacionais; sobrecarga animal, sendo este um dos fatores que mais afetariam negativamente a produtividade; e a carência de uma base alimentar adequada. Para Martínez-Vasallo et al. (2017), são problemas a profunda descapitalização do setor, a carência de alimento no período pouco chuvoso, a grande

¹² As médias de produção diária são cálculos realizados pelo autor, dividindo-se a produtividade anual por vaca em lactação, apresentada pelas fontes de dados, por 305 dias de lactação.

¹³ Engenheiro pecuário, assessor técnico atuante há mais de 40 anos em ações de organização e qualificação da pecuária em Cuba. Entrevistado em março de 2019.

dispersão dos produtores, a baixa produtividade e eficiência, as condições ruins de transporte e estradas, as longas distâncias até a indústria, os preços regulados pelo Estado e a aplicação deficiente do sistema de pagamento por qualidade.

Em análise de resultados de 40 anos de pesquisa, Milera e Alonso (2014) registraram, como melhores resultados, produtividades de leite entre 8,5 e 11,6 kg/vaca/dia, em diferentes sistemas de alimentação com baixa suplementação. Os autores propuseram um conjunto de princípios para a produção de alimento e energia a partir de gramíneas melhoradas em pastoreio, associadas a árvores forrageiras, energéticas e madeiráveis. Em recente revisão sobre um período de 25 anos de pesquisas da EEPF Indio Hatuey envolvendo os sistemas silvipastoris, ressaltou-se seu grande potencial para a realidade cubana e de contribuição à segurança alimentar, com resultados satisfatórios para a produção de leite (Sánchez-Santana et al., 2018). Foram descritas produções de 7 a 10 kg/animal/dia, com cargas entre 1,1 y 1,7 UGM/ha, obtendo-se entre 2.800 e 6.000 kg de leite/ha/ano em pastagens melhoradas e solos de fertilidade mediana, sem suplementação alimentar ou aplicação de fertilizantes sintéticos. Em sistemas intensivos com associação múltipla de gramíneas, leguminosas herbáceas e arbóreas em alta densidade (15.000 plantas/ha), foram mantidas produções ao redor de 10 kg/animal/dia, com cargas de até 2,5 UGM/ha, chegando-se a 3.000 a 6.000 kg de leite/ha/ano.

Um recente estudo sobre unidades de produção de leite das diferentes formas produtivas apontou para as CCS a maior eficiência produtiva e econômica, seguida pelas UEB, as UBPC e as CPA (FAO, 2017). A produtividade animal diária, a produção anual por área e o rendimento diário por vaca ordenhada nas estações chuvosa e seca estão entre as variáveis que mais influenciaram as diferenças, segundo o estudo. De acordo com González e Alfonso (2018), a CCS seria a forma produtiva mais eficiente e que tende a um melhor funcionamento.

A produção de leite é ressaltada como a principal linha na estratégia de desenvolvimento pecuário nos últimos 50 anos, sendo o crescimento da atividade uma premissa para a recuperação da pecuária do país, a contribuir para a transformação da agricultura nacional (FAO, 2017). Juntamente com a reestruturação agrária, a substituição das importações de leite e carne por sua produção interna é considerada pelo governo como estratégica de segurança nacional (Palma et al., 2015), sendo a substituição das importações de leite em pó um objetivo primário da atual política agrícola (FAO, 2017).

Resultados e discussão

O Quadro 1 mostra as 51 variáveis utilizadas na estatística multivariada. É oportuno e importante salientar que a alocação das variáveis entre as dimensões propostas tem caráter esquemático. Na realidade, essas dimensões estão sobrepostas, ou existem zonas de interseção entre elas, além de serem mutuamente condicionantes.

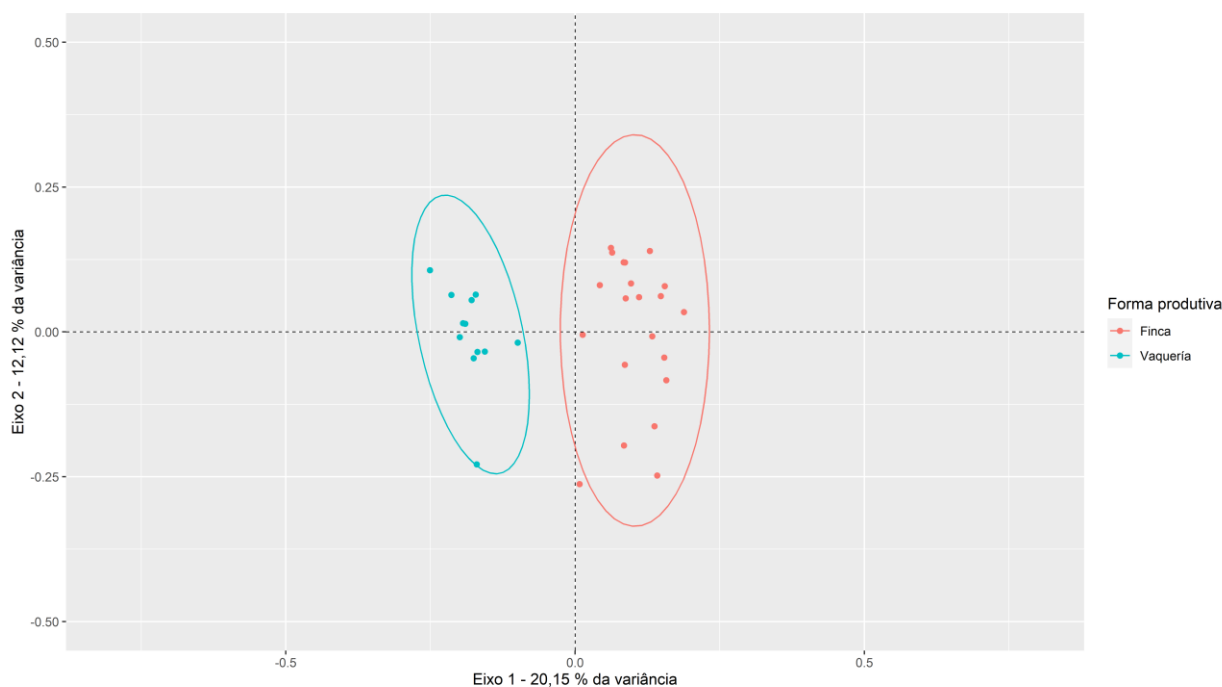
Quadro 1: Variáveis utilizadas na estatística multivariada, por dimensão.

Dimensão	Variável
Produtiva	Número total de vacas Número de elementos da base alimentar Número de elementos de suplementação alimentar Número de tipos de pasto Número de espécies de árvores Número de finalidades de espécies arbóreas Número de piquetes Número de piquetes com água Produção média diária por vaca Número de edifícios Número de máquinas Número total de trabalhadores diretos Número de insumos internos Número de insumos externos Volume de leite coletado em 2018 Produção por área de pastagem e forragem Carga animal Área total Área de pastagem Área total de forragem Animais fechados à noite Uso de postes vivos Nível de piquetes com sombra Desnate e repasse Banco de proteínas Tipos de fontes de água Reservatório de água Destino dos resíduos Nível de infestação de espécies indesejáveis Viabilidade de uma pecuária sem insumos externos e químicos
Econômica	Salário médio em 2018 Porcentagem de ingressos de leite Porcentagem de ingressos de carne bovina Porcentagem de ingressos de culturas Porcentagem de outros ingressos Total de ingressos Ingressos de origem animal, por área total de pastos e forragens Ingressos total por área total
Social	Número total de produtos de autoconsumo Idade Número total de membros da família Número de membros da família trabalhando internamente Número de membros da família que têm algum trabalho externo

Social	Autoconsumo diário de leite Existência de outras fontes de renda Sucessão geracional Atenção da sociedade Atenção do estado Continuidade da atividade leiteira Perspectiva de transformação positiva nas condições de vida Opinião sobre suas condições de vida
--------	--

O Gráfico 3 mostra a ordenação das unidades por PCoA:

Gráfico 3: Resultado da PCoA das unidades de produção de leite visitadas, com base no conjunto de variáveis definido.



O uso do modelo de *broken stick* (Borcard et al., 2018) indicou que somente os dois primeiros eixos são objeto de interesse, com base na variação por eles explicada. Nestes eixos estão contidos 32,27% da variação total, sendo 20,15% para o eixo 1, e 12,12% para o eixo 2. Este percentual de explicação é considerado, nesta investigação, satisfatório, dados o elevado número e a multiplicidade de tipos matemáticos das variáveis utilizadas e sua obtenção em condições de campo, não havendo informações experimentalmente geradas, sob condições controladas.

No gráfico, onde as observações estão identificadas segundo a forma produtiva, pode-se ver a existência de uma marcada separação entre *fincas* e *vaquerías* em dois grupos na ordenação. Além disso, as *fincas* apresentam uma maior dispersão do que as

vaquerías. A separação indica a existência de diferenças entre as formas produtivas, com base no conjunto de variáveis utilizado. A menor dispersão das *vaquerías* mostra que elas têm, entre si, uma dissimilaridade menor. A maior dissimilaridade entre as *fincas* é ilustrada pela maior dispersão existente nas unidades desta forma produtiva. A análise de variância multivariada feita por meio de uma Análise de Redundância baseada em distâncias (Borcard et al., 2018) indicou a existência de diferença estatística significativa entre as formas produtivas, levando-se em conta as múltiplas variáveis-resposta utilizadas, em um nível de significância $p < 0,001$.

A menor dissimilaridade entre as *vaquerías* pode ser explicada pelo fato de serem elas unidades pertencentes às granjas e instrumentos da produção estatal direta, tendo um caráter padronizado por determinações mais rígidas do Ministério da Agricultura - MINAG, em nível nacional, e da direção da granja, em nível local. Em razão disso, tendem a apresentar menor variabilidade. Por outro lado, o caráter camponês das *fincas* e sua administração familiar originam uma gama mais ampla de formas de funcionamento, tendendo a uma maior variabilidade de características e situações, o que resulta em maior dissimilaridade entre elas.

As tabelas 4 e 5 trazem a estatística descritiva e os resultados dos testes de hipótese de diferenças entre as formas produtivas para 13 variáveis de interesse. O Quadro 2 mostra as categorias operacionais mais frequentes e/ou importantes utilizadas na análise qualitativa, compostas por informações levantadas por meio de entrevistas e observação.

Tabela 4: Estatística descritiva e resultados de testes de hipótese para variáveis categóricas definidas:

	Não	Sim	Diferença estatística*
Ingresso de outras fontes			
<i>Finca</i>	29%	71%	s
<i>Vaquería</i>	67%	33%	
Sucessão geracional			
<i>Finca</i>	48%	52%	s
<i>Vaquería</i>	83%	17%	
	Boas	Regulares	Diferença estatística*
Condições de vida			
<i>Finca</i>	48%	52%	ns
<i>Vaquería</i>	25%	17%	

* Resultados significativos (s) e não significativos (ns) em regressões logísticas com uso do ajuste Firth, com um nível de significância $p < 0,05$.

Tabela 5: Estatística descritiva e resultados de testes de hipótese para variáveis numéricas definidas:

	Mín.	1º Quartil	Mediana	Média	3º Quartil	Máx.	Diferença estatística*
Área (ha)							
<i>Vaquería</i>	41,2	58,4	69,6	68,5	79,5	96,9	s
<i>Finca</i>	4,5	12,0	26,8	33,8	53,7	96,8	
Vacas							
<i>Vaquería</i>	45	66,2	88	83,8	100,5	121	s
<i>Finca</i>	3	9,0	17	22,9	40,0	56	
Litros/vaca/dia							
<i>Vaquería</i>	3,4	4,2	5,3	5,3	5,9	8,8	s
<i>Finca</i>	0,0	2,7	3,3	3,5	5,0	7,5	
Litros/ha de pasto e forragem							
<i>Vaquería</i>	653,5	1.071,2	1.677,9	1.626,5	2.224,7	2.553,1	s
<i>Finca</i>	0,0	264,4	385,8	760,2	897,5	3.350,4	
Trabalhador direto/ha							
<i>Vaquería</i>	0,04	0,05	0,07	0,08	0,08	0,19	s
<i>Finca</i>	0,04	0,09	0,14	0,15	0,21	0,37	
Produtos de autoconsumo							
<i>Vaquería</i>	4	4	5,5	5,7	7,2	8	s
<i>Finca</i>	4	7	9,0	8,9	11,0	14	
Ingresso/ha de pasto e forragem (CUP)							
<i>Vaquería</i>	4.868,1	6.631,9	7.994,3	8.004,4	10.094,4	10.745,0	s
<i>Finca</i>	812,3	1.560,1	2.635,4	4.710,8	3.676,0	28.951,4	
Ingresso total/ha (CUP)							
<i>Vaquería</i>	4.776,1	6.205,7	7.943,1	7.798,4	9.609,1	1.0523,3	s
<i>Finca</i>	788,1	1.670,2	3.253,9	6.176,6	6.556,1	2.2868,8	
Faturamento/trabalhador direto (CUP)							
<i>Vaquería</i>	2.836,4	8.404,2	8.548,6	9.609,3	11.941,6	15.519,5	s
<i>Finca</i>	587,3	876,2	2.456,8	3.720,4	5.695,4	14.825,8	
Renda por trabalhador direto (CUP)							
<i>Vaquería</i>	812,8	1.200,7	1.407,1	1.486,0	1.714,2	2.435,7	ns
<i>Finca</i>	-392,5	455,6	1.575,1	2.718,6	3.929,9	12.190,0	

* Resultados significativos (s) e não significativos (ns) no teste de Mann-Whitney com nível de significância $p < 0,05$.

Quadro 2: Categorias operacionais de maior frequência e/ou importância utilizadas na análise qualitativa

Categorias
Restrição alimentar do rebanho
Priorização da criação para corte
Escassez de recursos
Mercado paralelo
“Travas”
Queixas em relação à renda
Penosidade do trabalho
Carência de força de trabalho
Restrições, exigências e autonomia
Suporte à produção
Centralização e distribuição de recursos
Infraestrutura produtiva (edificações, máquinas e equipamentos)
Infraestrutura e condições de habitação
Elementos da agroecologia e da pecuária agroecológica - diversidade produtiva e alimentar, insumos internos e externos, sistemas silvipastoris, parcelamento das pastagens, fornecimento de água, manejo dos animais, condicionantes de fertilidade/produktividade
Observações sobre a viabilidade da pecuária agroecológica
Visão sobre as formas produtivas e seus contrastes
Impressões sobre a situação de entrevista
Impressões sobre funcionamento e relações do trabalho

Dinâmicas produtivas, econômicas, sociais e organizativas

A observação das variáveis produtivas e econômicas mostra a existência de uma grande variação no conjunto das *fincas*, enquanto as *vaquerías* mostram uniformidade. Além disso, o conjunto das *vaquerías* tem, em geral, valores mais elevados, o que pode ser observado nos quartis – número de vacas, produtividade por área, ingresso total por hectare, ingresso da pecuária bovina por área ocupada, faturamento por trabalhador. Contudo, é imprescindível atentar para o fato de que, para algumas destas variáveis, os valores máximos são encontrados entre as *fincas*.

As *vaquerías*, como conjunto, tinham áreas maiores, com uma mediana de 69,6 ha, o que, logicamente, condiciona outras variáveis. A área das *fincas*, com mediana de 26,8 ha, era muito variável, indo de 4,5 ha a 96,8 ha. O número total mediano de vacas foi muito superior nas *vaquerías* (88) do que nas *fincas* (17). As *vaquerías* apresentaram maior produtividade animal, medida como a média diária de produção por vaca no momento do levantamento (época pouco chuvosa), com uma mediana de 5,3 litros/vaca/dia, sendo ela de 3,3 litros/vaca/dia nas *fincas*.

A produtividade de leite por área, medida como a produção total de 2018 dividida pela área destinada aos pastos e forragens, foi muito mais elevada entre as *vaquerías* (mediana de 1.677,9 litros/ha) do que entre as *fincas* (385,8 litros/ha como mediana). É importante pontuar que alguns dos altos valores de ambas as variáveis, incluídos os seus

valores máximos, foram encontrados entre as *fincas*. As unidades camponesas, em conjunto, mostraram uma produtividade por área muito baixa e concentraram os 14 valores mais baixos encontrados. A carga animal mediana era de 1,4 UGM/ha nas *vaquerías* e de 1,6 UGM/ha nas unidades camponesas.

Os números de produtividade animal e por área encontrados são, em geral, baixos em ambas as formas produtivas. A produtividade é, na presente investigação, uma variável da máxima importância. Representa, pela ótica da produção, o potencial de geração de renda para os trabalhadores diretos da produção de leite – camponeses e empregados das *vaquerías* - e de aproveitamento do solo. Pela ótica do consumo, é meio de fornecimento de leite à população, com destaque para os grupos prioritariamente atendidos pelo governo.

O fato de encontrar-se produtividades tão baixas entre as *fincas* é danoso por ambas as óticas. A produtividade relativamente mais elevada das *vaquerías*, como grupo, é positiva, visto que estas formas produtivas são responsáveis por considerável contribuição ao abastecimento. Por outro lado, algumas *fincas* tiveram produtividades semelhantes ou superiores àquelas das *vaquerías*, o que pode ser um indicativo de que, munidas de condições necessárias, as unidades camponesas poderiam funcionar, simultaneamente, como importantes fonte de renda e como fornecedoras de leite à população. Em 2017, as *fincas* detinham, aproximadamente, 70% das vacas do país (FAO, 2017) e, em 2019, os camponeses foram responsáveis por 62,2% do leite produzido (ONEI, 2020).

Por outro lado, a produção estatal direta tem importante participação na atividade leiteira. O leite produzido em 2019 originou-se, aproximadamente, 15% das *vaquerías* estatais (ONEI, 2020). As produtividades alcançadas pelas *vaquerías* e seus maiores rebanhos têm uma frágil sustentação. Um percentual de 83,3% dos administradores entrevistados relatou a restrição alimentar como uma das principais dificuldades, sendo frequentes os casos em que a forragem estava sendo trazida de fora da unidade produtiva, e em quantidade insuficiente. Existia também séria restrição hídrica. Em geral, não havia fontes de água nas pastagens, sendo o fornecimento limitado aos momentos de estabulação, com pequena oferta e dependendo-se de caminhões-pipa em mais da metade dos casos. Ao mesmo tempo, em alguns casos, programava-se a cessão de áreas para a entrega em usufruto a camponeses.

A margem de autonomia dos administradores para a tomada de decisões é estreita, sendo as definições acerca da alocação de animais, da destinação de forragens e água para as distintas *vaquerías* feitas pela granja. As granjas têm a responsabilidade de garantir o funcionamento de todas as unidades sob o seu comando, procedendo à distribuição dos recursos disponíveis. Nenhum dos camponeses entrevistados relatou a falta de alimentos para o gado como uma dificuldade enfrentada. O fornecimento de água era relativamente melhor que o das *vaquerías*, com muitos casos de existência de fontes nas pastagens, mas insuficiente, devido à inadequação destas fontes, em termos de tipo e quantidade.

Em 2018, as *vaquerías* tiveram ingressos por área muito superiores aos das *fincas*, o que foi medido de duas maneiras. Com forma de visualizar os ganhos referentes à bovinocultura, levantou-se a entrada monetária referente a vendas de leite e de animais, por área de pastos e forragens. Aqui, a diferença entre as duas formas produtivas foi maior, com mediana de CUP 7.994,30/ha nas *vaquerías* e CUP 2.635,40/ha nas *fincas*. Para a avaliação comparativa da rentabilidade do uso do solo, foi levantada a entrada monetária total por área total, variável na qual as *vaquerías* tiveram CUP 7.943,10/ha como mediana, sendo ela de CUP 3.263,90/ha entre as *fincas*.

Ressalta-se que as *vaquerías* são unidades especializadas, onde a única atividade geradora de ingresso é a criação de bovinos, enquanto as *fincas* são estabelecimentos diversificados, nos quais, em geral, ocorre a venda de produtos variados. Os valores máximos para ambas as variáveis econômicas foram encontrados entre as *fincas* (CUP 28.951,40/ha de pastos e forragens e CUP 22.868,80/ha total), destacando-se o ingresso total por área total, com os quatro maiores valores encontrados em unidades camponesas.

A mediana de trabalhadores por área ocupados nas *vaquerías* (0,07 trabalhador/ha) era a metade daquela das *fincas* (0,14 trabalhador/ha). Com menos trabalhadores por área e maiores ingressos, o faturamento mediano por trabalhador em 2018 foi muito mais alto nas unidades estatais (CUP 9.609,30/trabalhador) do que nas camponesas (CUP 3.720,40/trabalhador). O valor máximo de faturamento por trabalhador observado entre as *fincas* (CUP 14.825,80/trabalhador) esteve próximo àquele das *vaquerías* (CUP 15.519,50/trabalhador).

A renda¹⁴ dos trabalhadores diretamente envolvidos na produção de leite foi medida, no caso das unidades estatais, como o salário médio recebido no ano de 2018 e, nas unidades camponesas, calculada a partir da média dos ingressos subtraídos dos custos com insumos e serviços, força de trabalho contratada permanente, depreciação e manutenção¹⁵. Não foi encontrada diferença estatística significativa entre as formas produtivas, com mediana de CUP 1.407,10 nas *vaquerías* e CUP 1.575,10 nas *fincas*; porém, esta variável teve comportamento fortemente distinto entre os grupos. As unidades camponesas mostraram grande variação e desproporção de renda média. Entre as *vaquerías*, que tiveram valores mais homogêneos, não houve valores tão baixos, ou tão altos, quanto os encontrados em *fincas*.

Considerável parcela das unidades camponesas auferiu rendas relativamente baixas, inclusive havendo dois valores negativos. O 1º quartil (CUP 455,60) estava muito abaixo daquele das *vaquerías* (CUP 1.200,70). Ainda assim, a mediana foi ligeiramente maior, e o 3º quartil muito mais elevado nas *fincas* (CUP 1.575,10 e CUP 3.929,90, respectivamente, contra CUP 1.407,10 e CUP 1.714,20 nas *vaquerías*). As unidades camponesas tiveram ainda um valor máximo de cinco vezes aquele encontrado entre as estatais. As nove maiores rendas encontradas, assim como as oito menores, corresponderam às *fincas*.

Ao mirar-se a produtividade como fator condicionante do potencial de geração de renda, a questão faturamento *versus* renda é fundamental. Entre as *fincas*, há o problema de que considerável parcela de unidades tem baixas rendas por trabalhador direto. Ainda assim, entre as unidades camponesas havia grande proporção de faixas intermediárias de valor e estavam alocados os mais altos valores de renda. As *vaquerías* tinham maiores

¹⁴ As condições específicas das formas produtivas e os cálculos realizados fazem necessárias observações sobre os valores de renda expostos. Nas *vaquerías*, os salários pagos no ano de 2018 foram levantados junto à administração das granjas, detentoras da contabilidade de suas *vaquerías*. Isso faz com que os números globais sejam exatamente correspondentes à massa de salários pagos. A partir desta, foi calculado o salário médio recebido pelos trabalhadores de cada *vaquería*, o que mascara o fato de que os administradores – trabalhadores diretos responsáveis pela produção da unidade – recebem salários maiores que aqueles dos demais trabalhadores (operários da produção e seguranças). No caso das *fincas*, os valores foram calculados a partir das vendas e gastos com insumos e serviços registrados pelas cooperativas a que estavam vinculadas; da estimativa de gastos com força de trabalho contratada permanente; e da estimativa de custos de depreciação e manutenção. Existe uma margem de erro que decorre, além das estimativas realizadas, da subestimação dos valores tanto das vendas quanto dos gastos, visto ter sido observado e relatado que uma parcela variável e, por vezes, expressiva das vendas é realizada fora dos canais controlados pelo Estado, seja de maneira permitida, seja no mercado paralelo, no qual são feitas também diversas compras de insumos. A contratação de trabalhadores eventuais não foi contabilizada. Por fim, calculou-se a renda líquida média por trabalhador familiar direto.

¹⁵ Cálculos feitos pelo método do Valor Agregado (Mazoyer & Roudart, 2010), adaptado à falta de algumas informações.

ingressos monetários, mas como seus trabalhadores são empregados estatais, os ingressos são de propriedade do Estado, que lhes paga os salários. Esses salários são, em geral, formados por um componente fixo e outro correspondente à produtividade e a outros índices zootécnicos alcançados pela *vaquería*. Os salários médios encontrados nas *vaquerías* da amostra, bastante uniformes, estavam acima da média nacional das empresas estatais e mistas da agricultura, pecuária, silvicultura em 2018, que foi de CUP 921,00 (ONEI, 2022).

A renda das fincas teve variação e disparidade expressivas, sendo elevada a magnitude das rendas acima da mediana. Essa situação mostra, por um lado, o destacado potencial de geração de renda dessa forma produtiva e, por outro, a existência de uma estratificação econômica, observada também em disparidades de consumo, estrutura produtiva e habitacional, e na ocorrência de assalariamento permanente. As maiores correspondiam às *fincas* com áreas maiores e, acima de tudo, maior disponibilidade de força de trabalho, estando aí concentradas aquelas com mais trabalhadores assalariados. Outro aspecto relevante é a importância da criação de corte associada à atividade leiteira nas unidades camponesas, e mesmo a superação desta por aquela como fonte de renda monetária, estando 23,81% dos camponeses entrevistados priorizando o corte, ou convertendo sua bovinocultura a esta finalidade. Nas granjas, a criação de animais para corte era realizada em unidades distintas das *vaquerías* leiteiras (os centros de engorda) ou em outras granjas.

Nas *fincas*, reportou-se a existência de outras fontes de renda além das atividades agropecuárias com uma frequência quatro vezes maior daquela observada nas *vaquerías*, destacando-se os trabalhos externos e aposentadorias. As outras fontes de renda apontadas pelos administradores das *vaquerías* foram, especialmente, salários recebidos por outros membros da família.

As queixas feitas por 38,1% dos camponeses entrevistados com relação à renda auferida não diziam respeito aos valores em si, mas ao contraste entre eles e os altos preços dos insumos. Por outro lado, 33,3% dos administradores queixaram-se dos baixos valores dos salários recebidos. Nas unidades estatais, ocorreram referências à penosidade do trabalho em 33,3% dos casos, sendo de 9,5% este percentual entre os camponeses. Como apontado acima, as *fincas* ocupavam o dobro de trabalhadores por área das *vaquerías*. A carência de força de trabalho frente às necessidades foi apontada por 9,5%

dos camponeses, enquanto 58,3% dos administradores destacaram esta como uma das principais dificuldades enfrentadas.

Em algumas unidades estatais, relatou-se que a oferta de empregos alternativos, possibilitando rendas maiores e um trabalho menos árduo, funciona como desestímulo e concorrência com a agricultura estatal, amplamente percebida como uma fonte de baixos salários. Esta questão é tão mais forte quanto maior a proximidade da capital do país, onde a variedade de tipos de emprego e o intenso fluxo turístico condiciona uma gama de possibilidades de trabalho, muitas delas com ganhos em CUC¹⁶. O ganho de divisas determina rendas de patamares desproporcionalmente elevados.

O conjunto formado pela produtividade, os ingressos e a força de trabalho tem significados distintos e simultâneos, com diferentes nuances ao olhar-se as formas produtivas. A produtividade de leite, os ingressos e trabalhadores por área, o faturamento por trabalhador e a renda dos trabalhadores envolvidos apresentam dinâmicas e efeitos distintos, vinculados à forma produtiva. Nas *vaquerías* - que mostraram uma maior eficiência produtiva e econômica - enquanto instrumento da produção estatal direta, para além da vinculação com os salários recebidos, essas variáveis traduzem a capacidade de operação da granja, cujos resultados se refletem, tanto no potencial do Estado para a contribuição direta ao abastecimento de leite, quanto na arrecadação e capacidade de autofinanciamento estatal. Desta forma, significam um retorno à sociedade e ao Estado, mais que aos trabalhadores diretamente envolvidos.

Nas *fincas*, que, como grupo, tiveram menor eficiência produtiva e econômica, o comportamento desse conjunto de variáveis está relacionado a uma maior capacidade de geração de empregos e a um maior potencial de geração de renda para os envolvidos. Seu retorno à sociedade e o Estado se dá, então, além da contribuição ao abastecimento, pela geração de postos de trabalho e, mais recentemente, através do pagamento do imposto sobre ingressos pessoais.

O estabelecimento camponês é uma unidade familiar de produção e consumo (Pérez & Sevilla Guzmán, 1976) e a economia camponesa, uma combinação distintiva de trabalho familiar, controle de meios de produção próprios, autoconsumo e ocupação multidimensional, onde está presente o treinamento ocupacional familiar (Shanin, 1982).

¹⁶ Peso Cubano Conversível, livremente conversível a dólar e euro, com câmbio de 24 CUP por CUC, por 1,10 dólar.

As *fincas* visitadas tiveram mediana marcadamente maior de produtos que se prestavam ao autoconsumo das famílias. A maior variedade das *fincas* incluía uma expressiva criação de pequenos animais e um frequente interesse em expandi-la, em termos de números de cabeças e de espécies criadas. No caso das *vaquerías*, uma questão deve ser necessariamente colocada: o autoconsumo não resulta meramente de inclinação ou disposição. Por justificativas relativas ao espaço, ao trabalho e à sanidade dos rebanhos bovinos, as granjas proíbem a livre produção para autoconsumo nas *vaquerías*, restringindo-a à criação fechada de limitado número de pequenos animais e, em alguns casos, a destinação de uma pequena área ao cultivo. A intensa carga de trabalho observada, certamente, é também obstáculo ao desenvolvimento de outras atividades.

O consumo de leite tinha também características díspares entre as formas produtivas. Nas *fincas*, onde o Estado autorizava a destinação de até 15% do volume previsto no plano de produção para o autoconsumo, partes variáveis dos volumes produzidos eram destinadas ao consumo familiar e, por vezes, também aos trabalhadores contratados. Nas *vaquerías*, as granjas autorizam, mediante desconto em salário, o consumo diário de um litro por trabalhador, situação que não caracteriza autoconsumo.

Mesmo não tendo havido diferença estatisticamente significativa, nas *fincas* puderam ser observados maiores números de membros da família com trabalho interno à unidade de produção. Caberia o questionamento de quais são as características do trabalho atribuído aos envolvidos, no que concerne, por exemplo, à renda e ao tempo ocupado.

A existência de sucessão geracional não chegava à metade do conjunto de unidades visitadas. Contudo, nas *fincas* ela era de 52,4%, proporção maior que o triplo daquela observada para as *vaquerías*, de 16,7%. Em nenhuma das unidades visitadas, os entrevistados consideraram ruins as condições de vida de suas famílias. Mas a proporção de opiniões positivas foi também maior entre as *fincas*¹⁷, com 47,6% dos camponeses as considerando boas. Nas *vaquerías*, somente 25% dos administradores as consideravam boas as suas condições de vida, e 75% disseram que eram regulares. As informações levantadas mostram, em geral, baixa sucessão geracional e baixa percepção positiva das condições de vida da família, destacadamente para as *vaquerías*. O longo período de

¹⁷ Diante do grande contraste, o fato de não ter sido encontrada diferença estatisticamente significativa é, provavelmente, devido à pequena magnitude da amostra, conclusão que se reforça pelo resultado próximo ao limite de significância ($p=0,07$).

restrições materiais pelo qual passa a população de Cuba tem, certamente, influência sobre essa situação.

O status de empregado estatal na agricultura, os salários vigentes e as dinâmicas de trabalho próprias das *vaquerías* não favorecem a permanência de familiares. Mais autonomia – posta pela gestão familiar do estabelecimento - melhores possibilidades de produção, autoconsumo, ocupação e renda são fatores que, certamente, contribuem à satisfação e, conseqüentemente, agem positivamente sobre os processos de sucessão geracional e incorporação de força de trabalho familiar. F. R. Funes-Monzote et al. (2012) associaram o melhor desempenho de unidades camponesas, comparadas à produção especializada estatal de leite, à autonomia de decisão. Segundo a FAO (2017), a autonomia gerencial é uma aspiração dos trabalhadores das diferentes formas produtivas dedicadas à atividade leiteira.

Percepções sobre ocupação, dificuldades e apoio

Em geral, comparativamente aos camponeses, os quais demonstraram, nas entrevistas, satisfação e confiança, os administradores mostraram-se menos entusiasmados e estimulados. Normalmente acompanhadas por alguém vinculado à administração a granja, as entrevistas foram mais curtas e menos ricas. Falava-se muito menos e diversas respostas eram, visivelmente, constrangidas. Muitos administradores tinham aspecto cansado e estressado. Tendo a ocupação de empregados, vivendo sob mando permanente, havia um ambiente de constante pressão e cobrança por resultados. Menções à autonomia restrita e à insuficiência de tempo frente a um trabalho desgastante e pouco atrativo revelaram insatisfação com a própria ocupação e a sensação de não se enxergar retorno pessoal pelos esforços empreendidos.

Em contraste com as unidades estatais, especialmente, mas também com outras formas produtivas, os camponeses entrevistados viam sua condição como fonte de autonomia, benefício e mérito pelo próprio trabalho (52,4%), sendo vistos dessa maneira também por 16,7% dos entrevistados das *vaquerías*. Melhores resultados, maior eficiência e maior renda no campesinato foram elementos apontados em 52,4% das *fincas*, visão compartilhada por 33,3% dos administradores de *vaquerías*. A disposição e o cuidado para com o trabalho, a pertença e um “sentimento de dono” que os leva a se importar-se com a produção e a sentir seus prejuízos foram fatores diferenciadores

apontados também por 52,4% dos camponeses entrevistados. Uma condição de menores recursos em relação a outras formas produtivas era percebida por 47,7% deles. Em diversas *fincas*, as CPA e as UBPC eram vistas como entidades dirigidas pelo Estado, funcionando, na prática, como unidades estatais de produção. Essa era a percepção de 19,1% dos entrevistados sobre as CPA, e de 28,6% sobre as UBPC.

Dentre os camponeses, 28,6% fizeram referência ao quadro de restrições e exigências a que estavam submetidos, o que incluía o impedimento à livre comercialização dos bovinos, a proibição do autoconsumo da carne bovina e a tributação sobre os ingressos, então recentemente implantada. A venda de bovinos somente podia ser feita ao Estado ou com sua restrita autorização. Como consequência, estavam limitados, sob certos aspectos, a geração de renda e o autoconsumo, além de enfrentar-se problemas de manejo decorrentes da permanência indesejável de machos, da sobrecarga animal e/ou insuficiência de alimentos para o rebanho. Uma parcela de 16,7% dos administradores via a falta de autonomia para a seleção do rebanho como um problema, acarretando prejuízos ao suprimento alimentar e ao melhoramento genético, com conseqüente queda de produtividade. O descarte e a circulação de animais entre as *vaquerías* é uma atribuição da direção da granja.

Na visão de 23,8% dos camponeses entrevistados, a contribuição produtiva demandada pelo Estado ao campesinato, e por este dada, e as exigências a que estão submetidos os camponeses contrastam com o suporte estatal oferecido. A ausência de apoio e assessoramento técnico foi indicada por 38,1% como uma dificuldade. Foi possível observar que o assessoramento técnico, os créditos e a capacitação eram muito deficientes, não havendo integralidade ou continuidade. O melhoramento dos rebanhos é dificultado aos camponeses, que têm restrito acesso ao valioso material genético bovino desenvolvido pelo país. As entrevistas e a observação mostraram essa deficiência de suporte às unidades camponesas, maiormente formadas, no caso da amostra desta pesquisa, por usufrutuários. Das *fincas* visitadas, 80,96% tinham alguma área acessada através da política de entrega de terras em usufruto: em 66,67% delas, toda a extensão estava sob esta condição e, em outros 14,29%, parte da terra havia sido concedida sob usufruto, estando o restante dela sob a forma de propriedade. As demais *fincas* eram propriedade oriunda da Primeira lei de Reforma Agrária.

A distribuição de terras sem o necessário apoio é uma questão que pode ter causas múltiplas, destacando-se a escassez de recursos decorrente do bloqueio econômico e a

priorização de outras formas produtivas para a destinação dos recursos disponíveis. Em geral, os especialistas entrevistados tinham acordo na necessidade de flexibilizar procedimentos e fornecer maior suporte produtivo aos camponeses. De acordo com a FAO (2017), a pecuária bovina é uma das atividades agropecuárias com maior quantidade de regulações, especialmente no que se refere ao manejo do rebanho por seus detentores, uma situação que, segundo o estudo, limitaria significativamente o desempenho dos produtores, que aspiram a uma maior autonomia de gestão. A centralização e o direcionamento de recursos a outras formas produtivas, a distribuição e o acesso desiguais, configurando uma atenção diferenciada, foi uma dificuldade apontada por 42,9% dos camponeses entrevistados. A situação é vista, muitas vezes, como impedimento do acesso do campesinato aos recursos essenciais à produção.

Um problema indicado por 38,1% dos camponeses entrevistados concerne a um conjunto de problemas (por vezes denominado *bloqueo interno*) qualificados como “travas” e entendidos como grave impedimento ao desenvolvimento, não somente do campesinato, mas da agricultura e do país. Segundo eles, trata-se de burocratismo, privilégios no acesso a recursos e desvios. Em alguns casos, ressaltou-se a diferença entre a alta direção do país e da agricultura, vista como detentora de retidão de propósitos, e um “estrato médio” do aparelho estatal e de direção, visto como pouco interessado na fluidez dos processos e lócus de condutas condenáveis.

Recursos

As visitas a áreas rurais do país permitiram observar os efeitos do longo período de bloqueio, marcadamente do Período Especial. A maior parte das edificações, máquinas e equipamentos são anteriores a esta época e têm, portanto, um mínimo de 30 anos de uso. Encontram-se muito deteriorados, danificadas ou sem funcionamento, sendo inviáveis a reposição de peças e a devida manutenção. Muitas vezes, maquinários e equipamentos estavam parcialmente reconstruídos, ou mesmo inovados e construídos a partir de partes usadas ou descartadas, constituindo-se em tipos de invenções¹⁸.

A infraestrutura das *vaquerías* visitadas era composta pelas naves (como são chamados os galpões destinados ao manejo alimentar e ao abrigo dos rebanhos), salas de

¹⁸ O *invento*, como chamam os cubanos às inovações e invenções desenvolvidas a partir do Período Especial, estão muito presentes no cotidiano.

ordenha, esterqueiras, armazéns, bretes de contenção e bezerreiros, além de bretes para banhos de aspersão contra ectoparasitas, estando estes últimos, invariavelmente, sem funcionamento. Entre as máquinas e equipamentos disponíveis, além das ordenhadeiras mecânicas e tanques de resfriamento de leite, havia trituradores de forragem e 33,3% das unidades contavam com poços artesianos. As granjas contavam com maquinaria que incluía caminhões, tratores e implementos, para atendimento às demandas de todas as suas *vaquerías*.

Nas *fincas*, a situação era muito variável, mostrando a existência de grandes diferenças infraestruturais entre os camponeses. As estruturas disponíveis, em geral, tinham pequeno porte, muitas vezes eram rusticamente construídas e incluíam currais e salas de ordenha simples - estando muitas vezes resumidas estas, além de armazéns e chiqueiros. Os trituradores de forragem estavam presentes em 80% dos casos, sendo 47,6% o percentual onde somente havia o triturador, ou nem ele; 19% possuíam ordenhadeiras mecânicas e 23,8% contavam com tratores. Em 28,6% das *fincas* havia bombeamento de água movido a catavento, em 14,3% havia poços artesianos e em 19% havia equipamentos de irrigação. Eram raras as estruturas ou máquinas de uso comum, as ações cooperadas e os serviços prestados pelas CCS.

As entrevistas e a observação mostraram ser escassos os mais diversos tipos de insumos e materiais necessários à pecuária, entre eles concentrados, sal mineral, medicamentos, arames, eletrificadores de cerca, utensílios e ferramentas, situação agravada pela já citada insuficiência de alimentos forrageiros. A escassez de recursos foi designada como uma das principais dificuldades em 85,7% das *fincas* e em 100% das *vaquerías*. Referiu-se à baixa qualidade de alguns insumos disponíveis em 19,1% e 8,3% das *fincas* e *vaquerías*, respectivamente. Pôde-se constatar a escassez nos canais formais de distribuição e comercialização e a ocorrência de um mercado paralelo¹⁹ de medicamentos veterinários e concentrados, entre outros insumos. Referências ao mercado paralelo foram feitas por 38,1% dos camponeses entrevistados.

¹⁹ A existência do mercado paralelo é uma realidade expressiva em Cuba, situação que se iniciou durante o Período Especial. Naquela época, a economia paralela chegou inclusive a superar a formal (Noguera Fernández, 2004). Seriam fatores de estímulo a política de preços fixos pagos pelo Estado pelos produtos (González & Alfonso, 2018; Mesa-Lago & González-Corzo, 2021), as falhas do processo de coleta e pagamento estatais, o interesse em maiores preços (Fernandez et al., 2018), as dificuldade de acesso a insumos e as restritas alternativas de comercialização.

No período de estadia no país – novembro de 2018 a junho de 2019, havia referências constantes ao “novo Período Especial” que se estava atravessando. O bloqueio foi agravado durante o ano de 2019, por meio de novos dispositivos que causaram maiores restrições de insumos e suprimentos, o que foi especialmente sentido na pecuária (*nada para la ganadería*, como se ouvia dizer). Devido às sanções impostas aos navios que levavam petróleo da Venezuela, em maio de 2019 foi iniciado o racionamento de transportes, energia e água.

Agroecologia

Nas visitas às unidades produtivas, buscou-se por elementos e práticas agroecológicos, com um olhar geral sobre os processos produtivos e sua organização, mas focando-se especialmente aqueles ligados à pecuária agroecológica e ao manejo racional postulado pelo PRV.

Certas dinâmicas a que estão submetidas as unidades de produção, determinadas tanto pelas condições materiais gerais quanto pelo funcionamento específico das diferentes das formas produtivas, trazem prejuízos à produtividade e à fertilidade de seus agroecossistemas. Às restrições gerais de alimentação, nutrição e hidratação, somava-se a escassa disponibilidade de tração mecânica em ambas as formas produtivas, a dificultar diversas operações de manejo. Nas *vaquerías*, na maior parte das vezes, havia juntas de bois.

Os detentores de bovinos - unidades camponesas, estatais ou cooperativas - são legalmente responsáveis pela segurança dos rebanhos, podendo ser responsabilizados pela subtração de animais. Como consequência, a regra é que os rebanhos passem as noites nas naves e currais. Esta medida tem forte impacto negativo sobre a fertilidade, ao impedir o consumo de pasto durante a noite, período no qual ocorreriam muitas horas de pastoreio e o padrão de carboidratos solúveis das pastagens é mais adequado à boa nutrição do gado, e inviabilizar o depósito, nas áreas de pastagem, de grande parte da bosta e da urina, essenciais à fertilidade.

As *vaquerías* produziam leite, exclusivamente, sendo os machos e os animais de descarte conduzidos aos centros de engorda da própria granja, ou vendidos. Havia pequenos animais e alguns vegetais para autoconsumo, em quantidade e variedade muito pequenas, por razões já apontadas. Se realizava duas ordenhas diárias,

independentemente da produtividade animal individual ou do rebanho. A alimentação dos bovinos estava baseada em pasto e forragem cortada (*king grass*²⁰ e árvores proteicas²¹), sendo relatada a suplementação com concentrados, subprodutos da indústria da cana (melaço, bagaço, vinhaça) e, ocasionalmente, ureia e restos culturais, sendo estes últimos trazidos de fora da granja.

O parcelamento das áreas de pastagem para a rotação e o aproveitamento racional, com uso de cercas elétricas, era uma realidade constante nas *vaquerías* visitadas, havendo uma mediana de 58 parcelas. Muitas unidades encontravam-se em estado de grande redução em seu número efetivo de parcelas, em consequência da danificação das cercas e eletrificadores e da impossibilidade de sua manutenção ou substituição. Era amplamente disseminado o uso de postes vivos²². O fornecimento da suplementação forrageira e, na maior parte das vezes, também de água, era realizado nas naveas. Sendo elas os locais onde os animais também pernoitavam, os rebanhos eram, em geral, estabulados duas vezes ao dia. Aos já citados prejuízos decorrentes da estabulação noturna, essa situação ocasiona elevação do gasto energético dos rebanhos com deslocamento.

O único insumo interno utilizado era o adubo orgânico oriundo das esterqueiras, destinado às áreas de produção de forragem para corte e, em alguns casos, às pastagens. Consideradas as restrições de quantidade e as interrupções de suprimento, os insumos externos (concentrado, sementes, sal mineral, medicamentos veterinários, herbicidas e fertilizantes sintéticos) eram amplamente utilizados, com uma mediana de nove tipos de insumos externos por *vaquería* visitada.

Nas *fincas*, além da atividade leiteira, eram produzidos *cultivos vários* (como são chamadas as lavouras em Cuba), diferentes verduras, legumes e frutas; criados bovinos para corte e pequenos animais em grandes quantidades e diferentes espécies - ovinos, suínos, aves de espécies variadas e coelhos. A ordenha era realizada uma vez ao dia. A alimentação do rebanho era mais ampla, sendo sua base variavelmente composta, além de pastos e forrageiras cortadas (geralmente *king grass*, ocasionalmente árvores

²⁰ Variedade de capim-elefante (*Pennisetum purpureum*).

²¹ Assim chamadas as leguminosas arbóreas moringa (*Moringa oleífera*), amoreira (*Morus alba*) e tithonia (*Tithonia diversifolia*), as quais, por iniciativa de Fidel Castro, tiveram sua utilização amplamente difundida para a alimentação animal nas granjas estatais.

²² Leguminosas arbóreas de reprodução rápida e simples, amplamente utilizadas em Cuba para a confecção de cercas e concomitante disponibilização de alimento para os animais, como *piñón cubano* ou *piñón florido* (*Gliricidia sepium*), *piñón botija* (*Jatropha curcas*), *guácima* (*Guazuma ulmifolia*), *algarrobo* (*Prosopis* spp.) e *leucaena* (*Leucaena leucocephala*).

proteicas), por restos culturais da *finca* e milho pé. Na suplementação, relatou-se o uso de melaço, bagaço de cana, restos culturais, milho, mandioca e palmiche (o fruto da palmeira real).

O parcelamento das áreas de pastagem não era uma prática corrente dentre as *fincas*, havendo uma mediana de apenas seis parcelas, em grande contraste com o encontrado nas *vaquerías*. Naquelas atendidas por projetos e capacitação pela EEPF Indio Hatuey, era comum o uso de sistemas silvipastoris; em algumas destas, havia maior consciência da necessidade de divisão das áreas de pastagem, contando com números ligeiramente superiores de parcelas em relação às demais. As cercas eram convencionais, sendo também amplamente disseminado o uso de postes vivos. Com áreas menores e diferenças no manejo em relação às *vaquerías*, era menor o deslocamento diário dos animais e, com algumas exceções, os rebanhos ficavam fechados somente durante a noite.

Os insumos internos incluíam o adubo orgânico destinado às lavouras, às forrageiras de corte e, eventualmente, aos pastos; os restos culturais e as sementes, estas amplamente presentes. Em *fincas* atendidas pela EEPF Indio Hatuey, eram também utilizados os microrganismos eficientes para diversos fins, o iogurte de mandioca para a alimentação de suínos, além de inseticidas fabricados à base de plantas. Os insumos externos eram utilizados com mediana de seis por *finca*. Sempre fazendo-se ressalva quanto à pequena disponibilidade, destacaram-se, na criação animal, o sal mineral e os medicamentos; e nos cultivos, os fertilizantes sintéticos e os herbicidas.

A descrição mostra que as *fincas* apresentaram maior diversidade produtiva e alimentar, com produção diversificada de alimentos para os animais, para o autoconsumo, maior aproveitamento de recursos e insumos internos e menor uso de insumos externos, configurando-se diferentes caminhos para uso da terra. Naquelas mais diversificadas, obtinha-se rendas mais elevadas, a criação de animais para corte era financeiramente mais importante que o leite, as áreas eram maiores e havia maior disponibilidade de força de trabalho, dada pela maior ocorrência de assalariados permanentes.

Entretanto, a comparação entre formas produtivas não pode ser feita de maneira desvinculada de suas especificidades, no que diz respeito a suas características próprias e, em especial, a suas finalidades. As *vaquerías* são instrumento da produção estatal direta, especializadas para a produção de leite, sendo as *fincas* unidades camponesas de produção e consumo, com reprodução social e economia características.

Mesmo estando as forragens entre os componentes básicos da alimentação dos rebanhos bovinos de ambas as formas produtivas, há marcantes diferenças. Nas *fincas*, com base e suplementação alimentares consideravelmente mais amplas, os concentrados são pouco utilizados e é muito insuficiente o parcelamento das pastagens. A alimentação dos rebanhos não é listada entre as principais dificuldades enfrentadas. É importante questionar o quanto o menor uso de concentrados e outros insumos externos se deve à concepção da produção, à racionalidade econômica ou simplesmente à impossibilidade de adquiri-los.

Nas *vaquerías*, é visível a herança de elementos do manejo racional, advinda da particular história de Voisin e do PRV no país. Ela pode ser ela observada, sobretudo, no uso generalizado do parcelamento das pastagens, da cerca elétrica e em conhecimentos detidos por trabalhadores estatais. Contudo, além da utilização regular de fertilizantes sintéticos, foi possível perceber, entre diversos administradores e outros trabalhadores das granjas, uma corriqueira crença nos concentrados como a essencial fonte de uma produção de leite satisfatória. O aproveitamento do pasto era também visto como importante. Com uma maior rigidez de funcionamento, seguindo definições padronizadas e formados nos moldes produtivos das granjas, por sua vez dirigidas pelas empresas, os administradores lidavam com maiores rebanhos e grande demanda hídrica, sendo a insuficiência alimentar apontada como uma das principais dificuldades.

Perguntados sobre a viabilidade de uma pecuária à base de pasto, sem dependência de insumos externos às unidades de produção, 76,2% (16) dos camponeses entrevistados responderam ser viável. Três deles, responsáveis por *fincas* entre as mais diversificadas e de maiores rendas, ponderaram que o uso combinado de agrotóxicos é necessário em alguma medida, sempre o mínimo possível; seis frisaram a necessidade de recursos e de estrutura para o sucesso, o que é dificultado pela situação do país. Entre os administradores das *vaquerías*, 58,3% (7) disseram ser viável, embora demonstrando menor convicção em suas respostas.

A carência geral afeta diferentemente as formas produtivas, de acordo com o seu perfil, no que concerne à extensão e ao tipo de produção. Apesar da maior infraestrutura das unidades estatais de elas serem priorizadas na distribuição de recursos, devido às maiores escalas e aos moldes mais rígidos em termos de organização, alimentação, insumos utilizados e diversidade produtiva, e à dependência de insumos externos, as unidades estatais, aparentemente, sofrem mais acentuadamente as restrições. Além disso,

estritamente dependentes da granja para aquisição de insumos, os trabalhadores das *vaquerías* são diretamente penalizados pelos efeitos da carência sobre a produção. Os camponeses, com unidades menos extensas e maior flexibilidade de funcionamento e força de trabalho, logram diferentes alternativas frente às restrições, incluindo o mercado paralelo e os insumos internos.

Algumas questões fundamentais

De um lado, é importante proporcionar reprodução social qualificada, com geração de renda, autoconsumo e bem-estar aos trabalhadores ligados à produção de leite, o que terá reflexos positivos também sobre a produção. Esta é uma necessidade que se destaca no caso das *vaquerías* e que passa pela satisfação do trabalhador com a própria condição. É algo que diz respeito à renda, inclusive, sendo importante elevar os salários na medida do possível, mas que vai além disso e concerne à autonomia e ao benefício pelo resultado do próprio trabalho. De outro, é necessário garantir o abastecimento de leite, o que se relaciona tanto com a sua produção, quanto ao acesso ao produto pelos consumidores. Em um contexto de restrições, a ação estatal colocam-se tensões entre as formas de se garantir a produção do alimento e aquelas de se garantir as receitas que permitirão outras formas de suporte à população.

O abastecimento passa pelo aumento da produção de leite, demandando a necessária elevação da produtividade da terra e dos animais, assim como da força de trabalho. A baixa produtividade da força de trabalho é um problema desde os primeiros anos da Revolução (Vasconcelos, 2016). Os valores de produtividade de leite encontrados nesta investigação e na literatura são baixos. Tendo sido encontrados resultados superiores de produção e faturamento nas *vaquerías*, os achados da presente pesquisa não corroboram a literatura que aponta uma maior eficiência geral das *fincas* camponesas (González & Alfonso, 2018), sua maior eficiência produtiva e econômica na atividade leiteira (FAO, 2017) e uma maior produtividade de leite em seus sistemas mistos agricultura-pecuária (F. R. Funes-Monzote, Monzote, M.; F. R. Funes-Monzote, Bello, R., et al., 2012).

É indispensável pontuar que, em termos de dados primários, aqui trata-se de uma amostra relativamente reduzida, além de disposta em apenas três províncias, todas localizadas na região ocidental do país. Evidentemente, diferenças intrarregionais e,

sobretudo, inter-regionais exigem cautela na extrapolação de interpretações e inferências. Por outro lado, as informações levantadas tanto na literatura quanto junto aos especialistas entrevistados convergem, em grande medida, com a caracterização de *fincas* e *vaquerías* encontrada no presente estudo, ainda que com diferenças importantes, como a apontada no parágrafo anterior. Dessa maneira, acreditamos que as interpretações e análises aqui propostas possam prestar importante contribuição à questão da produção e abastecimento de leite em Cuba.

Em um contexto de carência geral posto pelo bloqueio econômico, caso haja uma maior destinação aos camponeses, recursos já restritos nas unidades estatais o serão ainda mais. É preciso considerar que não é racional fracionar recursos, especialmente em uma situação de escassez, o que justificaria a priorização das formas produtivas cooperativas e estatal. Simultaneamente, a elevação da contribuição ao abastecimento, demandada ao campesinato, não poderá ser suportada sem a devida base material. Existe um conflito constante entre a necessidade de incentivos e investimentos produtivos e as necessidades emergenciais do país postas pelo bloqueio, relativas ao suprimento de alimentos, combustível e energia.

A investigação mostrou, no que é corroborada por outros trabalhos (Altieri & F. R. Funes-Monzote, 2012; Fernandez et al., 2018; Rodríguez e González, 2018), a existência conjunta de elementos da agricultura convencional e da agroecologia, observada nas visitas às unidades de produção de leite e em entrevistas com pesquisadores e assessores técnicos. É conflitiva a coexistência das distintas matrizes tecnológicas, contrastando o tratamento dado à produção pelas entidades estatais com as experiências agroecológicas cubanas, de referência internacional.

Tratando-se da busca de alternativas para o abastecimento de leite e carne, é perceptível um isolamento entre instituições não estatais e estatais, que buscam a produção sustentável (dentre as estatais destaca-se a EEPF Indio Hatuey), de um lado, e as entidades produtivas diretamente vinculadas ao MINAG, de outro, faltando assessoramento técnico com vistas à agroecologia. Aparentemente, grande parte das instituições acadêmicas e de pesquisa estão também presas ao modelo convencional.

Na pecuária, observa-se uma prisão ao modelo industrial. Nas unidades estatais, em que pese a herança no manejo racional, havia uma permanente perseguição ao acesso a concentrados, ou a algo que valha como substituto a eles. Nas camponesas, onde essa

herança não existia, ocorria o aproveitamento de recursos internos e a diversificação da alimentação animal.

É importante indagar sobre as possibilidades concretas de combinação entre a agroecologia e a agricultura convencional e que se considerar a questão energética. A permanência no país mostrou uma alta dependência da importação de derivados do petróleo e de insumos externos para a atividade leiteira e para a pecuária em geral, uma importante fragilidade em face de um agravamento ainda maior do bloqueio. Porém, é necessário indagar-se também sobre o quanto é possível reverter esta dinâmica de dependência, justamente por estar ela imersa na realidade de um bloqueio econômico, comercial e financeiro que impossibilita, em grande medida, a produção interna de insumos, equipamentos e máquinas necessários, dada a estrutura industrial deteriorada e a falta de peças de reposição.

Há aqui uma questão relativa à sobrevivência da população e à persistência do socialismo cubano, posta pela urgência do abastecimento alimentar no contexto do bloqueio. É urgente a rápida produção de alimentos, não sendo possível prescindir-se abruptamente da agricultura convencional, ou da importação de alimentos, e calcar-se apenas na agroecologia. A possibilidade de produzir agroecologicamente em grande escala, viabilizando a renúncia ao modelo convencional, deve ser devidamente planejada e gradualmente preparada e construída. Indubitavelmente, as preocupações emergenciais são prementes, colocando-se uma permanente tensão. E é precisamente por esta razão que a agroecologia é urgente, devendo ser priorizada, invertendo-se a lógica de privilégio à importação de alimentos e à agricultura convencional, apontada por Altieri e F. R. Funes-Monzote (2012). A larga experiência cubana nas práticas agroecológicas e na sustentabilidade, que já leva décadas, precisa avançar, progressivamente e sem mais delonga, para suplantar a ideologia e prática do modelo convencional, através de uma contínua transição à agroecologia.

Dada a realidade do país, a produção de leite a pasto é, mais que uma alternativa viável, uma necessidade. Apesar das experiências e do acúmulo em práticas e pesquisas envolvendo os sistemas silvipastoris e o manejo racional de pastos para a atividade leiteira, baixos níveis produtivos são encontrados. Esta situação indica que é preciso intensificar a produção e alcançar melhorias tecnológicas, ao que se pode chegar através do Pastoreio Racional Voisin, viabilizando a implantação e o desenvolvimento de sistemas de PRV de fato, difundindo e consolidando seu uso em diferentes formas

produtivas. Este é o caminho para a otimização dos recursos, a redução de custos e a elevação da produtividade de leite em Cuba.

É fundamental saber em que medida, hoje, o sistema é realmente aplicado, tanto em termos de abrangência, quanto de adequação aos princípios e métodos. Precisa ser retomado o trabalho para estudar e massificar o PRV, promovendo-se no país uma reconciliação com a tecnologia. Levar as *vaquerías* à qualificação do uso de seus princípios e técnicas e proceder à sua implantação em *fincas* leiteiras irá elevar a capacidade de geração de renda em ambas as formas produtivas. Simultaneamente, é importante promover um aumento da diversidade e da autonomia das unidades estatais, possibilitando ampliação do autoconsumo e da participação nas decisões quanto ao manejo do rebanho e da unidade, e também fornecer estímulos econômicos, propiciando, por meio dessas mudanças, maior satisfação aos trabalhadores envolvidos.

Há que se proceder ao melhoramento genético dos rebanhos das *fincas*, muito dificultado aos camponeses pelas impossibilidades de acesso à qualificada base genética leiteira desenvolvida pelo país – cujo maior expoente é a raça Siboney, alocada nas granjas estatais. E, ecoando Leyva Remón (2017), é preciso qualificar o acesso e adequar os créditos existentes à realidade e às disparidades socioeconômicas existentes no seio do campesinato e entre novos usufrutuários, assim como às diferenças das terras, em termos de fertilidade e de infestação pelo marabu.

Para o sucesso e a sustentação de uma ação com essas dimensões, é imprescindível a integração entre academia, centros de investigação e entidades dedicadas à agroecologia e a estrutura do MINAG para a formação, capacitação e atuação de técnicos e dirigentes de acordo com a concepção proposta, implantando-se unidades demonstrativas e atuando diretamente junto a diferentes formas produtivas para implementar as mudanças necessárias. Simultânea e logicamente, são indispensáveis o assessoramento técnico contínuo e a capacitação continuada de agricultores.

Certamente, à massificação do PRV o bloqueio oferece grandes dificuldades, tendo sido recorrentemente relatada a falta de itens básicos à manutenção, como arames e eletrificadores de cerca. Não foi encontrada em nenhuma das *vaquerías* uma rede hidráulica em funcionamento para dessedentação nas parcelas da pastagem. Por outro lado, sendo o manejo racional agroecológico aquele com menor demanda de insumos externos, conectada a um aumento da produção, é a melhor forma de lidar com a pecuária em um contexto de restrições.

Conclusões

O caso cubano mostra que a contradição existente nos países socialistas entre formas produtivas camponesas, cooperativas e estatais não é e não pode ser estática. O transcorrer da história levou a novos contextos, nos quais o Estado precisou e precisa encontrar novos meios de ação. A lógica interna de funcionamento das *fincas* e *vaquerías* leiteiras, ora em análise, tem determinações advindas da organização específica do setor do leite e da produção de alimentos em Cuba, em geral. Estas encontram-se imersas no contexto da acentuada reestruturação agrária e das transformações do modelo, realizadas no intento de manter a economia socialista, conformando relações de produção e buscando um desenvolvimento das forças produtivas necessário a uma geração de riqueza que possa suportar relações socialistas, de igualdade na abundância, e soberania. A inserção internacional, obstaculizada pelo bloqueio econômico de 60 anos, determina enormes dificuldades adicionais à construção de uma estratégia de desenvolvimento, trazendo à tona a necessidade de estabelecer saídas possíveis em uma situação de ação imperialista firme, direta e prolongada. Estas determinações afetam a atividade leiteira, assim como a comparabilidade entre as formas produtivas.

Após tão longo período de bloqueio e com seu agravamento em anos recentes, Cuba vive uma situação de crise econômica, energética e tecnológica. Com baixo desenvolvimento das forças produtivas, e tendo reduzida a sua capacidade de suporte aos processos de produção, o Estado deu lugar a uma descentralização parcial de uma economia centralmente planejada de forma rígida, como forma de alavancá-la. Relações de produção socialistas são permeadas por crescente participação de mecanismos de mercado, havendo assalariamento, acumulação privada e estratificação econômica. É preciso atuar para regular e impedir que a determinação pelo mercado se sobreponha. As *fincas* e *vaquerías* produtoras de leite estão inseridas nesse contexto, tendo seu funcionamento por ele determinado, a condicionar sua viabilidade técnica, econômica e social.

Uma questão central é a configuração das relações entre agroecologia, escala e abastecimento, e entre este conjunto e a propriedade estatal. É preciso afirmar que não existe contradição necessária entre a agroecologia e a escala; pelo contrário, a agroecologia em escala é imprescindível à sustentabilidade do abastecimento alimentar, como argumentaram Pinheiro Machado & Pinheiro Machado Filho (2014). Tampouco existe contradição entre a agroecologia e a propriedade estatal, garantia da utilização dos

meios de produção em benefício coletivo. Há em Cuba um problema geral de baixa produtividade do leite (em especial nas *fincas*, no caso da amostra estudada), que deve ser resolvido com a agroecologia em escala nas diferentes formas produtivas.

As deficiências não devem ser meramente atribuídas ao sistema socialista, e a indispensável crítica aos problemas na gestão estatal da agricultura não deve ser confundida com a necessidade de privatização da propriedade da terra. Tampouco se pode ignorar as economias de escala. Cabe-se questionar, em cada momento histórico, quais os tipos de gestão e as formas produtivas possíveis e necessárias, dada a realidade material e subjetiva.

O caminho tomado por Cuba para a produção de leite, e para a produção de alimentos em geral, é a manutenção de unidades estatais, concomitantemente à expansão da produção camponesa, caminho que parece acertado, dadas as condições do país. Para tanto, as granjas precisam ser fortalecidas e estruturadas e os camponeses necessitam de uma rede de suporte para que se firmem como fornecedores. Essas necessidades exigem a construção de maneiras de transpor obstáculos materiais, estabelecendo, diante do bloqueio, relações comerciais que possam viabilizar a estrutura necessária, e obstáculos de concepção, avançando contra a dubiedade em relação à agroecologia. Trata-se de, sob a condução estatal, propiciar a cada forma produtiva elementos da outra - “agroecologizar” a *vaquería*, em sentido amplo, e “profissionalizar” a *finca* quanto ao manejo racional agroecológico de pastagens.

Esta ação poderá promover uma contribuição ao desenvolvimento das forças produtivas, advinda da agroecologia, tanto através da intensificação por meio do conhecimento e dos fluxos de energia, como propôs Akram-Lodhi (2021), quanto da ampliação dos recursos disponíveis ao investimento produtivo, viabilizada pela redução de custos e aumento de receitas. Poderá também garantir um melhor funcionamento de ambas as formas produtivas, promovendo sua integração para o atendimento à demanda por leite, por meio de planos de produção mais ousados, calcando-se na agroecologia em escala, na elevação da renda e na qualificação da reprodução social. A implementação de sistemas agroecológicos como a base da produção de leite e carne, tornada prioridade como o foi a transformação da bovinocultura operada pela *ganadería revolucionária*, utilizando-se da capilaridade e da força do aparelho estatal da agricultura, é uma via potencial para que os volumes de leite produzidos possam elevar-se aos patamares

anteriores ao Período Especial, ou mesmo ultrapassá-los, agora sobre bases agroecológicas.

A elevação da produtividade e rentabilidade poderá viabilizar o abastecimento e a ampliação da capacidade de autofinanciamento estatal, reduzindo-se as importações e incorporando a bovinocultura à revolução agroecológica cubana. Seria assim constituída uma estratégia produtiva, socioeconômica e tecnológica que contribuiria também para a superação das dualidades históricas existentes em Cuba, entre as diferentes formas produtivas e entre as matrizes tecnológicas.

Referências

- Akram-Lodhi, A. H. (2021). The ties that bind? Agroecology and the agrarian question in the twenty-first century. *Journal of Peasant Studies*, 48(4), 687–714.
<https://doi.org/10.1080/03066150.2021.1923010>
- Altieri, M. A., & Funes-Monzote, F. R. (2012). The paradox of Cuban agriculture. *Monthly Review* 63 (8):23–33. https://doi.org/10.14452/MR-063-08-2012-01_3
- Altieri, M. A., & Toledo, V. M. (2011). The agroecological revolution in Latin America: Rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *Journal of Peasant Studies*, 38(3), 587–612.
<https://doi.org/10.1080/03066150.2011.582947>
- Boffill Vega, S., & Reyes, R. M. (2011). Estrategia municipal para la producción local de alimentos en Yaguajay, Cuba. *Economía y Desarrollo*, 146(1–2), 162–173.
- Borcard, D., Gillet, F., & Legendre, P. (2018). *Numerical Ecology with R*. Springer International Publishing.
- Bornstein, M. H., Jager, J., & Putnick, D. L. (2013). Sampling in developmental science: Situations, shortcomings, solutions, and standards. *Developmental Review*, 33(4), 357–370. <https://doi.org/10.1016/j.dr.2013.08.003>
- Botella Rodríguez, E. (2018). Políticas agrarias, Seguridad Alimentaria y Nutricional y Soberanía Alimentaria: luces y sombras del caso cubano (1990-2015). *Mundo Agrario*, 19(42), e096. <https://doi.org/10.24215/15155994e096>
- Dohoo, I.; Martin, W.; & Stryhn, H. (2003). *Veterinary epidemiologic research*. Atlantic Veterinary College.
- EMBRAPA. (2020). *Anuário Leite 2019*.
- Espina Prieto, M., & Echevarría, D. (2020). El cuadro socioestructural emergente de la ‘actualización’ en cuba: retos a la equidad social. *International Journal of Cuban Studies*, 12(1), 29–52. <https://doi.org/10.13169/intejcubastud.12.1.0029>
- Falcón, R. A., Reinaldo, O. F., Sifonte Díaz, Y. J., García Acosta, D., Izquierdo Ferrer, L., Blanco, A. J., Terrero, A., & Carmenate, R. (2021, April 14). *En detalles, nuevas medidas para potenciar la producción de alimentos*. Cubadebate.
<http://www.cubadebate.cu/noticias/2021/04/14/en-detalles-nuevas-medidas-para->

potenciar-la-produccion-de-alimentos-video/

- FAO. (2017). *Estudio sobre la competitividad de la producción lechera cubana*.
- Fernandez, M., Williams, J., Figueroa, G., Graddy-Lovelace, G., MacHado, M., Vazquez, L., Perez, N., Casimiro, L., Romero, G., & Funes-Aguilar, F. (2018). New opportunities, new challenges: Harnessing Cuba's advances in agroecology and sustainable agriculture in the context of changing relations with the United States. *Elementa*, 6. <https://doi.org/10.1525/elementa.337>
- Ferran Oliva, J. M. (2015). *Cuba año 2025*. Casa de las Américas.
- Flores, J., Herrera-Toscano, J., & Flores, S. (2014). Cambios en la productividad y sus determinantes en explotaciones lecheras de Cuba. *ITEA Informacion Tecnica Economica Agraria*, 110(2), 187–207. <https://doi.org/10.12706/itea.2014.012>
- Fundora Nevot, G. E. F. (2021). La estructura socioclasista cubana entre 2008 y 2018 . Diferentes aproximaciones a un contexto sui generis. *Estudios Del Desarrollo Social: Cuba y América Latina*, 9(1), 272–29.
- Funes-Monzote, F. R. (2008). *Farming like we're here to stay : the mixed farming alternative for Cuba*.
- Funes-Monzote, F. R., Bello, R., Alvarez, A., Hernández, A., Lantinga, E. A., & van Keulen, H. (2012). Identifying agroecological mixed farming strategies for local conditions in San Antonio de Los Baños, Cuba. *International Journal of Agricultural Sustainability*, 10(3), 208–229. <https://doi.org/10.1080/14735903.2012.692955>
- Funes-Monzote, F. R., Monzote, M., Lantinga, E. A., Ter Braak, C. J. F., Sanchez, J. E., & Van Keulen, H. (2009). Agro-ecological indicators (AEIs) for dairy and mixed farming systems classification: Identifying alternatives for the cuban livestock sector. *Journal of Sustainable Agriculture*, 33(4), 435–460. <https://doi.org/10.1080/10440040902835118>
- Funes-Monzote, R. (2016). The rise and fall of dairy cows in socialist Cuba. *Global Environment: A Journal of History and Natural and Social Sciences*, 9, 342–375.
- García Brigos, J. P. (2017). *Construcción socialista y actualización del modelo económico*. Editorial de Ciencias Sociales.

- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- González, A. N. (2013). *El modelo agrícola y los lineamientos de la política económica y social en Cuba*. Editorial Ciencias Sociales.
- González, A. N. (2014). Un nuevo modelo cubano de gestión agrícola. *Temas*, 77, 84–91.
- González, A. N., & Alfonso, G. F. (2018). Recent transformations in Cuban agricultural policy and impacts on markets and production. *Elementa*, 6(3), 1–13.
<https://doi.org/10.1525/elementa.323>
- Herrera Sorzano, A. & González Sousa, R. (2017). Políticas públicas en el agro cubano a partir de la crisis de los años noventa del siglo XX. In: Leyva Remón, A. & Echevarría León, D. *Políticas públicas y procesos rurales en Cuba. Aproximaciones desde las Ciencias Sociales* (pp. p. 58-76). Ruth Casa Editorial.
- Jager, J., Putnick, D. L., & Bornstein, M. H. (2017). Ii. More Than Just Convenient: the Scientific Merits of Homogeneous Convenience Samples. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 82(2), 13–30.
<https://doi.org/10.1111/mono.12296>
- Leyva Remón, A. (2017). Políticas públicas campesinas en Cuba: entre la equidad y otros desafíos. In: Leyva Remón, A. & Echevarría León, D. *Políticas públicas y procesos rurales en Cuba. Aproximaciones desde las Ciencias Sociales* (pp. 77-94). Ruth Casa Editorial.
- Martínez-Vasallo, A., Ribot-Enríquez, A., Villoch-Cambas, A., Montes de Oca, N., Remón-Díaz, D., & Ponce-Ceballos, P. (2017). Calidad e inocuidad de la leche cruda en las condiciones actuales de Cuba. *Revista de Salud Animal*, 39(1), 51–61.
- Mazoyer, M., & Roudart, L. (2010). *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Editora Unesp.
- Mesa-Lago, C., & González-Corzo, M. A. (2021). Agrarian reform and usufruct farming in socialist Cuba. *Journal of Economic Policy Reform*, 24(2), 119–133.
<https://doi.org/10.1080/17487870.2019.1683010>
- Mier y Terán Giménez Cacho, M., Giraldo, O. F., Aldasoro, M., Morales, H., Ferguson, B. G., Rosset, P., Khadse, A., & Campos, C. (2018). Bringing agroecology to

- scale: key drivers and emblematic cases. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 42(6), 637–665. <https://doi.org/10.1080/21683565.2018.1443313>
- Milera, C., & Alonso, O. (2014). Principios generados a partir de la evolución del manejo en pastoreo para la producción de leche bovina en Cuba. *Pastos y Forrajes*, 37(4), 382–391.
- Milera Rodríguez, M. de la C. (Ed.). (2008). *André Voisin: Experiencia y aplicación de su obra en Cuba*. SOCUP, ACPA, EEPF Indio Hatuey.
- Milera Rodríguez, M. de la C., Blanco, F., Senra, A., del Pozo Rodríguez, P. P., Valdés, G., & Rodríguez, I. Reflexiones acerca de la aplicación del Pastoreo Racional Voisin. In: Milera Rodríguez, M. de la C. (Ed.). (2008). *André Voisin: Experiencia y aplicación de su obra en Cuba* (pp. 591-603). SOCUP, ACPA, EEPF Indio Hatuey.
- Minayo, M. C. S. (2014). *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.
- Miranda, T., Machado, H., Suárez, J., Sánchez, T., Lamela, L., Iglesias, J. M., Suset, A., Pérez, A., Milera, M., Martín, G. J., Campo, M., López, O., Sánchez, S., & Simón, L. (2012). La innovación y la transferencia de tecnologías en la Estación Experimental “Indio Hatuey”: 50 años propiciando el desarrollo del sector rural cubano (Parte II) Innovation and technology transference at the Experimental Station “Indio Hatuey”: 50 years pr. *Pastos y Forrajes*, 35(1), 3–16.
- Noguera Fernández, A. (2004). Estructura social e igualdad en la Cuba actual: los efectos de la reforma de los noventa sobre la estructura de clases cubana. *European Review of Latin American and Caribbean Studies | Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y Del Caribe*, 0(76), 45–59. <https://doi.org/10.18352/erlacs.9684>
- ONEI. (2017a). *Panorama uso de la tierra 2017*. <http://www.onei.gob.cu/>
- ONEI. (2017b). *Anuario Estadístico de Cuba 2016*. <http://www.onei.gob.cu/>
- ONEI. (2020). *Sector agropecuario. Indicadores seleccionados. Enero - Diciembre de 2019*. <http://www.onei.gob.cu/>
- ONEI. (2021). *Informe Nacional Voluntario Cuba 2021 sobre la Agenda 2030*. <http://www.onei.gob.cu/>

- ONEI. (2022). *Anuario Estadístico de Cuba 2021*. <http://www.onei.gob.cu/>
- Palma, I. P., Toral, J. N., Parra Vázquez, M. R., Fuentes, N. F., & Hernández, F. G. (2015). Historical changes in the process of agricultural development in Cuba. *Journal of Cleaner Production*, *96*, 77–84. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.11.078>
- Pérez, R. (1999). La ganadería cubana en transición. *World Animal Review*, *92*.
- Pérez, M., & Sevilla Guzmán, E. (1976). Para una definición sociológica del campesinado. *Agricultura y sociedad*, n. 1, s.l, 15-39.
- Peters, P. (2012). A viewer's guide to Cuba's economic reform. In *Lexington Institute, Washibngton DC*. <http://www.lexingtoninstitute.org>
- Pinheiro Machado Filho, L. C., Seó, H. L. S., Daros, R. R., Enriquez-Hidalgo, D., Wendling, A. V., & Pinheiro Machado, L. C. (2021). Voisin rational grazing as a sustainable alternative for livestock production. *Animals*, *11*(12). <https://doi.org/10.3390/ani11123494>
- Pinheiro Machado, L. C. & Pinheiro Machado Filho, L. C. (2014). *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. Expressão Popular.
- Pinheiro Machado, L. C. (2010). *Pastoreio Racional Voisin: tecnologia agroecológica para o terceiro milênio*. Expressão Popular.
- Ponce, P. (2009). Un enfoque crítico de la lechería internacional y cubana. *Revista de Salud Animal*, *31*(2), 77–85.
- Puhr, R., Heinze, G., Nold, M., Lusa, L., & Geroldinger, A. (2017). Firth's logistic regression with rare events: accurate effect estimates and predictions? *Statistics in Medicine*, *36*(14), 2302–2317. <https://doi.org/10.1002/sim.7273>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L.V. (1995). *Manual de investigação em ciências sociais*. Gradiva.
- Ramos, Y., Segura, A., Álvarez, L. M., Ramírez, F., & Acevedo, J. (2018). Evaluación de los riesgos económicos y los costos de la calidad en la actividad ganadera de la CCSF Victoria de Girón, Matanzas, Cuba. *Pastos y Forrajes*, *38*(1), 80–84.
- Reinaldo, O. F., Ferrer, L.I., & Tamayo, E. C. (2019, May 17). *Cuba en Datos*:

Agricultura, sector estratégico que precisa despuntar.

http://www.cubadebate.cu/especiales/2019/05/17/cuba-en-datos-agricultura-sector-estrategico-que-precisa-despuntar/#.Xg-Pc_x7nIU.

- Rodríguez Guerrero, L. (2018, August 6). *Sembrar las tierras ociosas, meta que no caduca*. Granma. <http://www.granma.cu/cuba/2018-08-06/sembrar-las-tierras-ociosas-meta-que-no-caduca-06-08-2018-21-08-35>.
- Rodríguez, L. C., & González, J. A. C. (2018). How to make prosperous and sustainable family farming in Cuba a reality. *Elementa*, 6. <https://doi.org/10.1525/elementa.324.s1>
- Rosset, P. M., Sosa, B. M., Jaime, A. M. R., & Lozano, D. R. Á. (2011). The Campesino-to-Campesino agroecology movement of ANAP in Cuba: Social process methodology in the construction of sustainable peasant agriculture and food sovereignty. *Journal of Peasant Studies*, 38(1), 161–191. <https://doi.org/10.1080/03066150.2010.538584>
- Sánchez-Santana, T., López-Vigoa, O., Iglesias-Gómez, J. M., Lamela-López, L., & Soca-Perez, M. (2018). The potential of silvopastoral systems for cattle production in Cuba. *Elementa*, 6. <https://doi.org/10.1525/elementa.334>
- Shanin, T. (1982). Defining peasants: conceptualisations and de-conceptualisations: old and new in a Marxist debate. *The Sociological Review*, v. 30, n. 3, 407–432.
- Sheskin, D. J. (2020). The Mann–Whitney U Test. *Handbook of Parametric and Nonparametric Statistical Procedures*, 531–594. <https://doi.org/10.1201/9780429186196-17>
- Silva León, A. (2008). *Breve historia de la Revolución Cubana 1959 – 2000*. Editorial Félix Varela.
- Thiemann, L., & Spoor, M. (2019). Beyond the “special period”: land reform, supermarkets and the prospects for peasant-driven food sovereignty in post-socialist Cuba (2008–2017). *Canadian Journal of Development Studies*, 40(4), 546–563. <https://doi.org/10.1080/02255189.2019.1632174>
- Tortoló, T. M., Martínez, H. M. H., Pérez, A. S., López, L. L., Casanova, K. O., Yanes, J. A. A., Naranjo, M. A. G., & Acosta, I. M. C. (2018). From technology transfer to innovation-based rural development: A necessary turn at the Indio Hatuey

- experimental station. *Elementa*, 6. <https://doi.org/10.1525/elementa.325>
- Valdés Paz, J. (2011). Revolução Agrária Cubana : conquistas e desafios. *Estudos Avançados*, 25(72), 73–87.
- Valdés Paz, J. (2010). *Los procesos de organización agraria en Cuba. 1959-2006*. Fundación Antonio Núñez Jiménez de la Naturaleza y el Hombre.
- Vasconcelos, J. S. (2016). *História Agrária da Revolução Cubana: Dilemas do socialismo na periferia* (1st ed.). Alameda.
- Woodhouse, P. (2010). Beyond industrial agriculture? Some questions about farm size, productivity and sustainability. *Journal of Agrarian Change*, 10(3), 437–453. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2010.00278.x>

4. RECAMPESINIZAÇÃO, ESTRATIFICAÇÃO E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM CUBA: QUESTÃO AGRÁRIA E MUDANÇA AGRÁRIA SOCIALISTA NO SÉCULO XXI

RESUMO

Cuba socialista atingiu a década de 1980 com uma gestão estatal direta de 82% das terras da agricultura. Diante do Período Especial dos anos 1990, foram introduzidos mecanismos de descentralização e de mercado, ampliados em outro período de reforma a partir de 2008. A entrega de terras ociosas em usufruto aos camponeses originou um caso de recampesinização massiva. Entre 2007 e 2017, a gestão camponesa aumentou de 18% para 37,5% das terras. Caindo desde os anos 1990, a posse estatal chegou a 31% delas. Avaliações dos processos recentes apontam para resultados insuficientes na produção de alimentos e argumentam a favor de instrumentos de mercado mais amplos. Entretanto, as crises e as medidas de resposta criaram uma crescente diferenciação social e estratificação econômica, e a desigualdade de renda aumentou acentuadamente. Busca-se pelas ligações entre a recampesinização, produção de alimentos e desigualdade em Cuba, tentando esclarecer as conexões, uma vez que recampesinização e estratificação são partes dos mesmos processos.

Palavras-chave: reforma agrária, campesinato, desigualdade, socialismo, mecanismos de mercado.

Introdução

Cuba teve uma profunda experiência de mudança agrária socialista no século XX e passou por outra, de proporções impressionantes, sob o socialismo no século XXI. Essas experiências utilizaram a agricultura como motor do desenvolvimento econômico e da produção de alimentos para abastecimento interno. Apesar de sua importância como símbolo de resistência e construção socialista, e apesar da magnitude de suas transformações agrárias, o caso cubano continua pouco estudado sob a perspectiva da questão agrária, bem como das mudanças agrárias não capitalistas no século atual.

Os processos agrários são uma parte fundamental da história e uma das bases da Revolução Cubana (Valdés Paz, 2011). A orientação dos primeiros 30 anos após a

Revolução de 1959 resultou, nos anos 1980, na gestão estatal direta de 82% das terras da agricultura. O Período Especial dos anos 1990 foi um tempo de grave escassez econômica, energética e alimentar, consequência da queda do bloco socialista e do fortalecimento do bloqueio imposto pelos Estados Unidos desde 1962. Iniciou-se então um processo de reformas econômicas e agrárias, com a descentralização da posse da terra e uma pequena recampesinização. Os mecanismos de mercado foram parte das reformas implementadas em resposta às crises dos anos 1990 e nos anos 2000. A principal mudança agrária deste período mais recente foi uma profunda reorganização da gestão da terra.

Sendo desenvolvida sob a orientação de um Estado socialista, Cuba é um caso de recampesinização massiva que está em curso. Esta reforma promoveu, desde 2008, uma ampla distribuição de terras em usufruto a camponeses, reconfigurando radicalmente o espaço agrário do país. Entre 2007 e 2017, a gestão camponesa aumentou de 18% para 37,5% das terras (Fernandez, Williams, et al., 2018; ONEI, 2022).

Nos últimos anos, muito tem sido escrito sobre a recampesinização, incluindo edições especiais do *Agrarian South* em 2013 e do *Journal of Rural Studies* em 2018. Levien, Watts & Yan (2018), no número especial sobre o marxismo agrário do *Journal of Peasant Studies*, observou que a agricultura não capitalista deixou o panorama teórico, reduzindo-se o interesse pela agricultura socialista do século passado, apesar de suas importantes lições para o século atual. O caso de Cuba não apareceu em nenhuma dessas publicações.

Estudos agrários que avaliam as recentes transformações cubanas apontam a necessidade de se avançar no aumento da produção interna, reduzindo a importação de alimentos e fornecendo maior apoio econômico aos camponeses. De acordo com eles, seriam necessários maiores mecanismos de mercado e de descentralização. Entretanto, como mostram estudos das ciências sociais, a diferenciação econômica e social resultante das crises, assim como das medidas implementadas em resposta a elas, deu origem a uma crescente estratificação e a um aumento da desigualdade de renda. Não se propõe agir sobre as causas estruturais deste problema, mas sobre seus efeitos, procurando-se uma solução na política social.

Em busca dos vínculos entre a recampesinização, a produção de alimentos e a desigualdade, o presente estudo realiza, começando no Período Especial, um paralelo temporal entre intervenções estatais na economia, transformações agrárias e produção agropecuária, de um lado, e diferenciação social, estratificação econômica e crescimento

da desigualdade, de outro. As fontes de informação, predominantemente secundárias, incluem estudos sobre a transformação agrária e econômica, produção de alimentos, diferenciação e estratificação na sociedade cubana, além de dados estatísticos; e alguns dados primários coletados durante um período de 7 meses (novembro de 2018 a junho de 2019) de vivência como pesquisador de doutorado e residente temporário no país. Informações foram coletadas em três províncias ocidentais (La Habana, Mayabeque e Matanzas) através de observação, entrevistas, reuniões e conversas formais e informais²³. Isto incluiu trabalhadores de 44 unidades de diferentes formas produtivas²⁴, principalmente camponesas e estatais; professores, estudantes, pesquisadores e outros trabalhadores de centros de ensino e pesquisa; assessores técnicos e pesquisadores de renome. As visitas às unidades produtivas e o período de permanência contribuíram para a interpretação do conjunto de dados e da situação contemporânea do país.

O estudo tenta esclarecer esta incompletude da abordagem da estratificação, em sua conexão com a mudança agrária. Recampesinização e estratificação são partes dos mesmos processos e é necessário encontrar meios de apoiar o campesinato, a produção de alimentos e, simultaneamente, reverter a desigualdade crescente. Caso contrário, o problema não poderá ser controlado, assim enfraquecendo o socialismo cubano.

Sobre a questão agrária e a recampesinização

Os temas relacionados à questão agrária, sua natureza e dimensões têm sido discutidos ao redor do mundo há cerca de 150 anos. A estrutura teórica e analítica, válida para o estudo de distintas formações socioeconômicas, é empregada para as sociedades capitalistas e socialistas. Ela é aqui utilizada para interpretar aspectos da questão agrária cubana nas últimas três décadas, sob um estado socialista que moveu a economia de uma rígida planificação centralizada para uma descentralização parcial, com crescente participação dos mecanismos de mercado.

²³ O conteúdo extraído de entrevistas, observações, reuniões e conversas aparece no texto referenciado como Entrevistas (2019).

²⁴ A agricultura cubana é realizada sob quatro formas produtivas: Cooperativas de Crédito e Serviços (CCS), organizações associativas que congregam unidades camponesas (*fincas*); Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), propriedades sociais coletivas com trabalho coletivo, de origem camponesa nos anos 1970 e 1980; Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC), cooperativas resultantes do desmembramento de grandes granjas estatais nos anos 1990; e Unidades Empresariais de Base (UEB), as granjas estatais, sendo as pecuárias compostas por unidades menores (*vaquerías*).

Parte-se da base marxista clássica (de Marx, Kautsky e Lenin), que analisa a questão agrária em termos de tendências e especificidades do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, incluindo as dimensões econômica e social. Indispensavelmente, agrega-se as últimas reflexões de Marx sobre a impossibilidade de transpor os resultados de suas análises para outros contextos histórico-geográficos, e sobre o potencial da comuna camponesa russa para alternativas socializantes (Shanin, 2018).

Moyo et al. (2013) destacaram a relação entre as dimensões anteriormente mencionadas e a industrialização; enfatizaram o imperialismo e a soberania nacional como categorias necessariamente relevantes para a questão agrária; e a qualificação deste conjunto pelo gênero, a raça e a sustentabilidade ecológica. Foi levantado o debate sobre uma nova questão agrária, baseada em um caminho camponês como forma de enfrentar o capitalismo (Moyo et al., 2013) e como a questão-chave para o socialismo do século XXI (Amin, 2017). O aumento da apropriação de terras no Sul Global mostra que a acumulação de capital ainda está intimamente ligada à agricultura (Moyo et al., 2013) e que o movimento para controlar a terra e outros recursos primários coloca a questão agrária como um problema central da economia política (Patnaik, 2012). Isto contradiz, mesmo em termos clássicos, a ideia de que não existe mais uma questão agrária relevante, exposta por Bernstein (2006).

Com base nesta compreensão ampla e historicamente enraizada, assumimos a formulação que define que a questão agrária concerne ao conhecimento de como as sociedades organizam o uso, a posse e a propriedade da terra, e de como elas organizam a produção e distribuição de bens da natureza, especialmente os alimentos (Stédile, 2011). Vista desta forma, ela não é necessariamente algo a ser resolvido, mas uma questão a ser colocada permanentemente, e algo que evolui com o tempo.

O campesinato sempre foi uma parte fundamental da questão agrária. Dada esta importância, Holt-Giménez et al. (2021) afirmam até mesmo que a questão agrária é primariamente uma questão camponesa, em contínuo desenvolvimento, assim como é contínua a transição ou resistência camponesa à agricultura capitalista. Contemporaneamente, em dinâmicas de recampesinização, agricultores se (re)constituem como camponeses, em um processo multidimensional e multinível, em países desenvolvidos e em desenvolvimento (van der Ploeg, 2010). Nos últimos anos, muitos exemplos de recampesinização têm sido estudados em diferentes partes do mundo, como

por exemplo na Costa Rica (Babin, 2020), Brasil (Pahnke, 2015), Nepal (Sunam & McCarthy, 2016), Índia (Khadse et al., 2018), Espanha (Calvário, 2017) e Itália (Carrosio, 2014), entre muitas outras.

Recampesinização significa que a produção agropecuária se torna mais camponesa, podendo implicar o crescimento numérico dos camponeses e incluir novos participantes (van der Ploeg, 2018a). Um processo duplo, com uma agricultura que adquire novamente contornos camponeses, como ocorre na agroecologia, e com um aumento na quantidade de agricultores (van der Ploeg, 2018b). Trata-se também da conquista de terras de grandes latifúndios (Rosset & Martínez-Torres, 2012).

Jansen et al. (2021), acertadamente, desafiam o fato de enxergar-se recampesinização no simples aumento de unidades de pequenos agricultores, que pode decorrer da subdivisão de estabelecimentos, com restrição progressiva de recursos; ou na simples permanência na terra, a qual pode ser devida à precariedade da subsistência fora da agricultura e à necessidade de uma renda agropecuária complementar. Os autores identificam falhas na literatura da recampesinização, tais como negligenciar, negar ou substituir a tendência à diferenciação social existente nas mudanças agrárias e desconsiderar a exploração que ocorre entre aqueles que são, aparentemente, camponeses.

A recampesinização ocorre de forma espontânea, orientada por movimentos sociais, ou pelo Estado, como nos casos da Venezuela nos anos 2000, de proporções relativamente pequenas (Page, 2010); Cuba nos anos 90 (Enriquez, 2003; Page, 2010) e a partir de 2008 (Botella-Rodríguez & González-Esteban, 2021; Valdés Paz, 2014); e Zimbábue. Este último é apontado como sendo, possivelmente, o caso de maior sucesso na recuperação de terras em tempos recentes (Moyo et al., 2013). O Zimbábue passou por uma profunda transformação agrária, mais notadamente o Programa de Reforma Agrária Rápida do período 2000-2009, que promoveu uma significativa recampesinização e mostrou que há potencial para uma reforma agrária radical, mesmo sob o neoliberalismo (Moyo, 2011b). Embora profundamente reconfigurada, a estrutura de classes foi mantida, com grandes proprietários, terras de propriedade estrangeira, uma classe capitalista agrária de base ampla que emergiu de novas e antigas elites e uma diferenciação substancial no interior do campesinato. O país sofreu uma série de sanções por parte das nações ocidentais e ofensivas vindas de elites nacionais, comerciantes, fornecedores e do capital financeiro, gerando grave desabastecimento. A economia foi liberalizada em 2008, revertendo-se as políticas econômicas heterodoxas (Moyo, 2011b, 2011a). Esta

recampesinização está ameaçada pelo domínio capitalista da economia e pelo apoio limitado do Estado, levando à despossessão e à proletarização (Mudimu et al., 2020).

Consideradas em conjunto, as iniciativas de recampesinização formam uma força sociopolítica que pode potencialmente contribuir fortemente para a transformação dos sistemas alimentares (van der Ploeg, 2018b). A recampesinização é um fenômeno moderno, sendo um caminho para um novo e sustentável equilíbrio entre campo e cidade, baseado em novas relações sociais de produção, novo uso de recursos naturais e novos sistemas de distribuição e consumo (“Crisis and Global...”, 2013).

Período Especial: resistência, papel dos camponeses e diferenciação

A partir da Revolução de 1959, Cuba implementou um modelo estatizante, concentrando progressivamente os meios de produção no Estado, entre eles a terra e a estrutura agropecuária. Com as Leis de Reforma Agrária de 1959 e 1961, um dos pilares fundamentais do poder econômico e político dos países da América Latina e do Caribe, o latifúndio, foi prontamente rompido. Como Vasconcelos (2017a) assinalou, a monocultura da cana-de-açúcar foi mantida, adotando-se o modelo da Revolução Verde, mas agora sob controle estatal e direcionando os benefícios econômicos a toda a população.

Tendo relações comerciais vantajosas com os países socialistas, o Estado direcionou os recursos disponíveis para resolver as questões socioeconômicas do país e construir uma infraestrutura de alimentação, saúde e educação. O analfabetismo foi erradicado em 1961 e nos anos 70 foi alcançada uma situação de abundância e bem-estar geral. Cuba foi historicamente dependente de importações, situação que não foi capaz de superar, assim como sua baixa industrialização. Devido a suas condições estruturais de subdesenvolvimento e ao tipo de integração comercial, especialmente depois de integrar o Conselho de Assistência Econômica Mútua - CAME²⁵, não diversificou a economia e foi incapaz de se industrializar, mantendo a produção focalizada no açúcar, e altamente dependente de insumos, tecnologia e alimentos importados (Vasconcelos, 2016). A dependência da importação de alimentos é considerada um problema crônico no país (Botella Rodríguez, 2018)²⁶. Valdés Paz (2011), no entanto, destacou que, nos anos 70 e

²⁵ Organização econômica que compreendia os países do bloco socialista, sob a liderança da União Soviética.

²⁶ A dependência e a baixa industrialização não podem ser dissociadas do bloqueio econômico.

80, a produção doméstica foi capaz de satisfazer a crescente demanda de alimentos e garantir uma grande parte das necessidades básicas de proteína da população.

Após a queda da União Soviética, os laços comerciais (85% do total) foram imediatamente rompidos. Os antigos países socialistas aderiram ao bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos e este país, tirando proveito do momento, o intensificou. A ação imperialista iniciada em 1962 adquiriu então uma amplitude mundial que permanece até os dias de hoje²⁷. O Período Especial dos anos 90 foi marcado por uma séria crise econômica e de abastecimento, caracterizada pela grave escassez de alimentos, tecnologia, insumos e peças de reposição e por uma forte redução no fornecimento de energia e financiamento externo (Silva León, 2008; Ferran Oliva, 2015). A qualidade de vida foi reduzida a níveis muito baixos, houve deficiência calórica, perda de peso generalizada e doenças nutricionais (González, 2013).

A agricultura entrou em colapso. Milhares de hectares tornaram-se improdutivos e as grandes granjas estatais (UEB) foram divididas em unidades menores, parte sendo dada em usufruto a seus trabalhadores, criando-se as UBPC, novas formas cooperativas. Esta descentralização, que também incluiu a cessão de terras em usufruto aos camponeses em pequena proporção, é chamada de 3ª Reforma Agrária. Em 1993, a posse de terras agrícolas pelo Estado caiu de 80% para 40% (Valdés Paz, 2011). A Tabela 1 mostra os períodos de Reforma Agrária e a correspondente posse estatal das terras.

²⁷ Em 1960, um memorando do Secretário de Estado Adjunto dos Estados Unidos, Lester D. Mallory (documento conhecido como memorando Mallory) recomendou ações para “gerar fome, desespero e a derrubada do governo” revolucionário. O bloqueio foi imposto em 1962, devido à nacionalização das terras e ao alinhamento com a União Soviética. Foi reforçado nos anos 1990, quando as subsidiárias americanas em outros países foram proibidas de fazer negócios com Cuba, e as empresas estrangeiras que negociavam com o país foram proibidas de negociar com os Estados Unidos. Os portos e navios que operavam com Cuba tiveram suspensas as suas atividades com empresas estadunidenses. Isto permaneceu inalterado ao longo do tempo e o bloqueio foi aumentado em 243 novos dispositivos com Donald Trump na presidência dos EUA, causando, em 2019, escassez de energia, abastecimento e transporte público. Uma intensificação foi promovida, especialmente, após a pandemia de covid-19, aproveitando-se da forte queda no turismo, principal fonte de receitas de Cuba. A eleição de Joe Biden não só não alterou essas medidas de forma alguma, como acrescentou outras.

Tabela 1: Leis e períodos da Reforma Agrária (RA), principais medidas e percentual de posse estatal em Cuba.

Primeira Lei de RA (1959)	Segunda Lei de RA (1963)	Anos 1960-1980s	3ª RA (1993)	4ª RA (início 2008)
Latifúndio, posse estrangeira e não-proprietária abolida. Propriedade da terra para mais de 100.000 camponeses. Estado 33%.	Unidades > 67 ha estatizadas. Estado 66%.	Transferência gradual: vendas voluntárias de camponeses e compras por utilidade pública Estado 82%.	Crise: redistribuição a cooperativas e camponeses. Estado 40%.	Redistribuição aos camponeses: Estado 31,5% em 2017.

Fontes: Valdés Paz (2011); ONEI (2022).

A produção em pequena escala e o autoconsumo foram intensificados através de esforços junto aos camponeses, do acesso a terras estatais e a qualquer espaço disponível nas áreas urbanas (Woodhouse, 2010). Uma recampesinização começou (Botella-Rodríguez & González-Esteban, 2021; Page, 2010) e o campesinato teve um protagonismo crescente na produção de alimentos. A crise abriu espaço para a agroecologia em todo o país, uma necessidade devido à escassez, baseando-se no conhecimento existente entre agricultores e pesquisadores (Fernandez, Williams, et al., 2018). Através da abordagem *campesino-a-campesino* da Associação Nacional de Pequenos Agricultores - ANAP²⁸, a agroecologia abrangeu 200.000 famílias, metade do campesinato cubano, em cerca de 15 anos (Machín Sosa et al., 2013). A queda na produção foi mais acentuada nas grandes empresas, havendo maior capacidade de recuperação por parte dos camponeses, que garantiram um crescimento que pôde amortecer a crise alimentar (Rodríguez & González, 2018). O país tornou-se uma referência mundial da possibilidade de conversão de todo um sistema agroalimentar (Fernandez, Nelson, et al., 2018; Woodhouse, 2010) e de se levar a agroecologia à escala (Mier y Terán Giménez Cacho et al., 2018).

Teve lugar uma reforma econômica e fiscal, introduzindo-se mecanismos de mercado, descentralização e mudanças nas formas de propriedade para enfrentar a situação. Um processo de diferenciação social e econômica foi iniciado, como resultado da crise grave e prolongada, assim como das medidas implementadas para reajustar a economia. As medidas gerais e agrárias e seus efeitos estão listados na Tabela 2.

²⁸ A ANAP foi criada em 1961 e é integrante da Via Campesina.

Tabela 2: Medidas e efeitos da reforma cubana nos anos 1990, gerais agrárias.

Medidas	Efeitos
Gerais	
<ul style="list-style-type: none"> • Estímulo ao investimento estrangeiro. • Posse liberada de moeda estrangeira. • Desenvolvimento extensivo do turismo. • Introdução do peso conversível - CUC. • Preços por oferta e demanda. • Livre acordo definindo a moeda das transações. • Autorização de remessas do exterior. • Abertura de casas de câmbio. • Experimental: mercados com preços livres; mercados intermediários; vendas diretas. • Ativação do <i>cuentapropismo</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> • Novos grupos socioestruturais. • Estratificação socioeconômica intraclasse. • Aumento das diferenças de renda monetária. • Concentração de oportunidades. • Dupla circulação de moedas. • Economia dupla / grande expansão da economia paralela, até mesmo superando a formal.
Agrárias	
<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças na posse da terra. • Reorganização da produção. • Introdução de mecanismos de mercado. • Parcerias com o capital estrangeiro. • Flexibilidade diferenciada na comercialização. • Criação de mercados camponeses subsidiados; reabertura de mercados camponeses livres. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tipos mais diversificados de produção e inserção em processos produtivos. • Diferentes níveis de vinculação com o mercado. • Significativa diferenciação de renda, mesmo dentro da campesinato. • Renda dos camponeses mais alta do que os salários estatais. • Desigualdades socioeconômicas e territoriais. • Disparidades campo-cidade.

Fontes: Fernandez, Williams, et al. (2018); Echevarría & Merlet (2017); Silva León (2008); Noguera Fernández (2004); Enríquez (2003).

Estudos estimam que o coeficiente de Gini²⁹ da renda atingiu 0,22-0,25 na década de 1980; variou entre 0,40 e 0,55 no Período Especial; e caiu para 0,38 em 2002 (Echevarría et al., 2019; Espina Prieto & Echevarría, 2020). No meio rural, houve maiores efeitos negativos, especialmente nas províncias orientais, deteriorando-se as condições de vida, a infraestrutura social, os serviços e as atividades econômicas (López-Chávez, 2020).

Noguera Fernández (2004) apontou que os impactos negativos resultaram de mudanças profundas como a modificação nas formas de propriedade (dando espaço à propriedade mista e privada), a redução do controle do comércio exterior, a mudança na gestão da terra e o reconhecimento do *cuentapropismo* (trabalho por conta própria) como uma alternativa fundamental em várias atividades. Espina Prieto (1997) observou a associação fundamental desta nova etapa com a mudança na propriedade dos meios de

²⁹ O coeficiente de Gini varia de 0 (igualdade máxima) a 1 (desigualdade máxima).

produção, havendo dinâmicas de exclusão e desintegração, e bases para a formação de uma classe burguesa, possivelmente associada ao capital estrangeiro. Segundo a autora, desigualdades surgiram em um nível acima do aceitável e, sendo demorada a sua eliminação, colocariam em risco a justiça social e o socialismo, causando uma ruptura em suas bases políticas.

A liberalização foi amplamente revertida em 2005, por iniciativa de Fidel Castro, que destacou os efeitos fortemente negativos do mercado e o retorno de problemas já superados pelo socialismo, como a desigualdade, a corrupção e a criação de uma classe rica (Riera & Swinnen, 2016). Em 2008, logo após assumir definitivamente a presidência, Raúl Castro definiu o autoemprego, a agricultura, as exportações e os investimentos estrangeiros como os principais temas da economia, trazendo grande impulso ao *cuentapropismo* (García Brigos, 2017) e implementando uma profunda reforma agrária.

Período 2008-2019

Recampesinização massiva e atualização do modelo

O bloqueio de 60 anos e os impactos do Período Especial levaram a agricultura cubana a condições materiais restritivas e estruturas precárias, as quais podem ser observadas em visitas a áreas rurais. Como resultado do aumento das terras ociosas, do declínio e envelhecimento da população rural, da necessidade de aumentar a produção interna e substituir a importação de alimentos, em 2008 o Estado ampliou a entrega de terras em usufruto aos camponeses, promovendo uma intensa recampesinização, chamada de 4ª Reforma Agrária. Esta é a principal medida do processo de transformações agrárias, sendo considerada seu eixo vertebral (Leyva Remón, 2017); a medida de maior impacto (González & Alfonso, 2018); a reforma estrutural mais profunda e de maior alcance (Gonzalez-Corzo, 2019); a mais profunda em intenções desde os anos 1960 (Echevarría & Merlet, 2017) e uma das reformas agrárias mais progressistas da atualidade (Fernandez, Williams, et al., 2018).

Cuba é um caso atual de recampesinização massiva, desenvolvendo-se sob a orientação de um Estado socialista. Até 2020, mais de 2,5 milhões de hectares haviam sido entregues, sendo 90% destinados a mais de 275.000 pessoas físicas (ONEI, 2021). A porcentagem de superfície agrícola administrada pelos camponeses aumentou de 18% em 2007, para 37,5% em 2017 (Fernandez, Williams, et al., 2018; ONEI, 2022), “uma

mudança para uma agricultura de base familiar com poucos paralelos" (Thiemann & Spoor, 2019, p. 6). A expressividade do processo pôde ser vista nas visitas realizadas. Das *fincas* visitadas, 80,96% tinham alguma área acessada através da política de usufruto: 66,67% tinham toda a terra, e outros 14,29%, parte dela.

Considerando-se a área agrícola total, a posse de formas produtivas não estatais é de 68,5% (ONEI, 2022), enquanto o Estado mantém a propriedade de 79,3%. Em 2017, 917,3 mil hectares estavam ociosos, 14,5% da superfície agrícola (ONEI, 2017), o que mostra que o processo de entrada de terras em estado de ociosidade não foi interrompido. A Tabela 3 apresenta os percentuais de área agrícola por formas de gestão, em diferentes anos.

Tabela 3: Porcentagem da área agrícola total, por formas de gestão. Cuba, 1988-2017, anos selecionados.

Forma de gestão	1988	2007	2016	2017
Estatal	82	36	31	31,5
Não estatal	18	64	69	68,5
CCS e agricultores não ligados a cooperativas	10	18	36	37,5
UBPC	0	37	24	23,1
CPA	8	9	9	7,9
Total	100	100	100	100

Fontes: Fernandez, Williams, et al. (2018); ONEI (2022).

A descentralização da terra e a promoção da produção camponesa se aprofundaram, representando um redirecionamento da estratégia de produção de alimentos. As granjas estatais haviam atingido 67% da produção em 1989, caindo para 15% em 2011 (Riera & Swinnen, 2016). A agricultura camponesa vinha crescendo desde os anos 1990, mais como solução para uma emergência do que fruto de uma definição clara, o que ocorreu em 2008, sendo reafirmada pela atual presidência, que começou em 2019 com Miguel Díaz-Canel. A escolha da recampesinização representa uma realocação do campesinato nas estratégias de desenvolvimento do socialismo cubano, estabelecendo a necessidade de complementaridade entre as diferentes formas produtivas.

Em 2007, quatro anos antes do início formal do processo de mudanças, as primeiras medidas implementadas foram direcionadas para a agricultura. Em 2011, começou oficialmente uma ampla reforma, a Atualização do Modelo Econômico e Social (García Brigos, 2017; Ferran Oliva, 2015). Como a reforma dos anos 1990, ela foi associada a fatores externos, como o déficit da balança de pagamentos, as retenções bancárias de transferências ao exterior devido ao bloqueio e o alto valor da dívida (Botella

Rodríguez, 2018; Triana Cordoví, 2014). A Tabela 4 lista algumas medidas gerais e agrárias da reforma.

Tabela 4: Medidas da reforma cubana iniciada em 2007, gerais e agrárias.

Gerais
<ul style="list-style-type: none"> • Reorganização e descentralização do Estado e do governo. • Concessões especiais. • Diversificação das exportações e substituição das importações. • Financiamento com divisas descentralizadas. • Créditos estrangeiros ainda disponíveis direcionados a objetivos de curto prazo e com maior efeito sobre a balança de pagamentos. • Reescalonamento dos pagamentos da dívida externa. • Investimentos industriais estratégicos. • Experiências de redução da carga dos serviços do Estado.
Agrárias
<p>2007</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentos de preços para compras estatais de alguns produtos. • Programa de agricultura suburbana. <p>2008</p> <ul style="list-style-type: none"> • Iniciada a política de distribuição de terras em usufruto. <p>2012-2014</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reestruturação do Ministério da Agricultura. • Experimental: venda liberada de insumos e equipamentos; mercados agropecuários com gestão cooperativa não-agropecuária; diversificação de atores e espaços de comercialização. • Vendas camponesas diretamente para instalações turísticas. • Expansão das funções das cooperativas.

Fontes: Botella-Rodríguez & González-Esteban (2021); Botella Rodríguez (2018); González & Alfonso (2018); Triana Cordoví (2014).

Nos últimos anos, uma série de estudos agrários (Echevarría & Merlet, 2017; Fernandez, Williams, et al., 2018; Gonzalez-Corzo, 2019; González & Alfonso, 2018; Graddy-Lovelace, 2018; Mesa-Lago & González-Corzo, 2021; Thiemann & Spoor, 2019) acompanharam as mudanças em andamento. As avaliações convergem para que, apesar dos progressos alcançados, os resultados ainda são insuficientes, indicando-se a necessidade de avançar no aumento da produtividade de alimentos e do trabalho e na redução das importações. São identificadas muitas restrições ao campesinato, as quais agiriam como desestímulo à produção, exigindo-se maior apoio econômico, maior autonomia, maior e estável acesso a insumos e canais de venda diversificados, tributação e pagamentos adequados, transporte dos produtos, assistência técnica, crédito e menos obstáculos burocráticos e legais.

Aponta-se uma lacuna entre a grande contribuição para a produção e a produtividade das *fincas*, citadas como mais eficientes, e a menor parcela dos recursos disponíveis a elas alocada. Nas entrevistas (2019), houve referências recorrentes às

dificuldades de acesso dos camponeses a insumos, equipamentos e tecnologias (mesmo quando era possível arcar com seus custos), à destinação preferencial desses itens a outras formas produtivas e às restrições na comercialização de produtos camponeses.

Uma avaliação conjunta dos estudos mencionados é dificultada pelas diferenças nos períodos e formas de coleta. Mesmo assim, mirando-se os dados por eles apresentados, é possível afirmar que, no período 2007-2018, a produção apresentou um aumento geral, com tendências de crescimento, ou queda seguida de recuperação, para a maioria dos alimentos analisados. As importações de alimentos foram reduzidas, assim como os itens de exportação, tais como tabaco, frutas cítricas e açúcar.

A maioria dos obstáculos estaria na esfera do mercado. As faltas de um mercado livre de insumos, de vendas livres e diversificadas e de contratações livres foram apontadas (González & Alfonso, 2018). Advoga-se uma maior inclusão de mecanismos de mercado e descentralização na agricultura, em complementaridade com a planificação estatal. Deveria ser buscado não o livre mercado, mas regulações específicas para a realidade cubana, coincidindo interesses individuais e coletivos (Echevarría & Merlet, 2017; González & Alfonso, 2018). Outros apontam para a economia capitalista, defendendo o livre mercado e a acumulação privada (Gonzalez-Corzo, 2019; Mesa-Lago & González-Corzo, 2021). Alguns estudos estão fortemente inclinados a destacar aspectos negativos dos processos, particularmente acerca do papel do Estado, que seria a principal causa de restrições à produção. Em geral, estes estudos não abordam os graves problemas diretamente relacionados ao mercado e aos mecanismos de descentralização que propõem ampliar.

A introdução de mecanismos de mercado em contextos (pós)socialistas gera grandes mudanças, desencadeando processos de diferenciação econômica e social. Echevarría et al. (2019) postulam que, em Cuba, as reformas orientadas para o mercado são profundas, considerando seu passado revolucionário, mas tímidas, quando compara-se a outros países. Beresford (2008) estudou o *Doi Moi* (Renovação), a reforma iniciada pelo Partido Comunista do Vietnã em 1986 para abandonar a planificação centralizada e adotar uma "economia socialista orientada para o mercado sob orientação do Estado" (p. 221). De acordo com a autora, em 2006, a maioria das pessoas havia melhorado economicamente. Entretanto, a desigualdade estava cada vez mais baseada em novos mecanismos de acumulação, com uma minoria controlando os meios de produção e o socialismo parecia estar "mais distante do que nunca" (p. 240). Estudos sobre o campo

vietnamita mostraram a acentuação das diferenças da riqueza e de renda (Sikor, 2001), e crescente diferenciação econômica, devido à influência progressiva do mercado (Friederichsen & Neef, 2010). A estratificação ocorreu em processos de formação de classe, havendo proletarização, baixos salários e sem-terra (Beresford, 2008).

Mesmo com um viés liberalizante, Riera & Swinnen (2016) fornecem informações valiosas e indicam semelhanças de Cuba com países do Leste Europeu cujas economias entraram em colapso após o fim da União Soviética, e com um padrão asiático de mudança, no qual houve liberalização econômica, mantendo-se o controle do Estado. Os autores criticaram o fato de que, em Cuba, não houve nem uma rápida reforma da agricultura, nem continuidade na liberalização, reconhecendo que Cuba alcançou um nível notavelmente alto de segurança alimentar. Thiemann & Spoor (2019), analisando as reformas a partir da perspectiva das necessidades de consolidação de uma soberania alimentar baseada nos camponeses, observam que a política alimentar cubana difere claramente da "terapia de choque" (p. 14) vista nas transições pós-socialistas. Os danos da diferenciação econômica são mencionados, vendo-se seu controle como positivo e notando que ela seria inevitavelmente resultante de uma liberalização dos mercados de terras. A combinação de liberalização parcial da produção camponesa, mercados aninhados e imposição centralizada de obstáculos à agricultura capitalista é, na avaliação dos autores, como uma política pouco comum e muito promissora.

Produção de alimentos

Fernandez, Williams, et al (2018) afirmam que o impacto da política de recampesinização sobre a produção e a segurança alimentar não foi ainda analisado de forma abrangente e que existem diferentes obstáculos enfrentados pelos agricultores. Uma parcela de 77% dos novos usufrutuários tem pouca ou nenhuma experiência anterior na agricultura (Leyva Remón, 2017). Acompanhando a redistribuição de terras, a participação da produção não estatal subiu. A área dedicada a certas culturas aumentou, elevando-se sua produção total. Culturas importantes já vinham diminuindo a produção e a produtividade antes do Período Especial e o milho, a batata, o arroz, a batata doce, os legumes frescos e o feijão tiveram maior produtividade em 2016 do que em 1985 (Fernandez, Williams, et al., 2018). Dados oficiais mostraram algumas taxas de crescimento anual entre 2008 e 2017: arroz 6%, feijão 8%, milho 6%, frutas 6%, legumes e verduras frescas 5,3%, leite 2,9% (Rodríguez Guerrero, 2018).

Em 2015, os camponeses atingiram 69,7% da produção, representando 57,8% dos suínos e 65,8% dos bovinos; detinham 66,3% das vacas leiteiras e produziram 66,2% do leite (González & Alfonso, 2018). Em 2016, entre 63% e 86% das principais culturas, 65% do leite e 42% da carne foram produzidos por unidades familiares e por agricultores periurbanos (Thiemann & Spoor, 2019). Em 2019, os camponeses representavam 62,2% do leite, 89% da carne de pequenos ruminantes, 60,5% da carne de aves, 34,8% da carne bovina, 31,6% da carne suína, 78,4% dos tubérculos e raízes, 77,7% das hortaliças, 85,8% do milho, 85% do feijão e 83,6% das frutas não cítricas (ONEI, 2020).

Thiemann & Spoor (2019) apontam para uma crônica "segurança alimentar baseada no comércio", que teve um primeiro período com o CAME e seus grandes mercados preferenciais de açúcar, papel herdado nos anos 1990 pelo turismo, remessas e serviços médicos. Apontam que mais de 40% do comércio no período 2010-2014 veio de acordos preferenciais com a Venezuela, que atingiram a maioria dos setores econômicos. Esta estratégia teria começado a ser convertida nos anos 1990 para uma soberania alimentar baseada nos camponeses, tímida na época em termos de terras envolvidas, sendo posteriormente ampliada a partir de 2008. Os autores também destacam algumas ameaças internas a este projeto.

Apesar da crescente circulação de alimentos produzidos internamente, há muitos problemas e a escalada dos preços torna os produtos inacessíveis para muitos (Fernandez, Williams, et al., 2018). Entre 65% a 90% dos salários dos cubanos vão para a alimentação (Vasconcelos, 2017b; Anaya Cruz & García Álvarez, 2018), o que torna o aumento dos preços um problema sério. A inflação foi causada pelas relações de oferta e demanda e pelos interesses de intermediários privados. De acordo com Vasconcelos (2017b), nas cooperativas não-agropecuárias que administravam mercados, houve contratação ilegal, especulação e concentração em produtos mais lucrativos, reduzindo a variedade de alimentos disponíveis. Os preços também aumentam devido a altos custos de produção, ausência de canais de atacado, perdas pós-colheita, pequena disponibilidade de espaços de mercado devido à prioridade das redes estatais de proteção social (Anaya Cruz & García Álvarez, 2018), desajustes na contratação estatal, influência do mercado paralelo, e má alocação de recursos e serviços, entre outras causas, o que leva a uma oferta e variedade limitadas, acentuando a diferenciação social pré-existente no acesso aos alimentos e fortalecendo o setor privado ligado à comercialização agrícola (Leyva Remón & Arias Guevara, 2015).

Estratificação e desigualdade crescentes

As mudanças iniciadas em 2008 causaram um aumento das discrepâncias de renda e de oportunidades. Estudos das ciências sociais fornecem uma descrição detalhada dos processos de estratificação em andamento.

Informações do panorama construído por Fundora Nevot (2021) sobre a estrutura socioclassista cubana no período 2008-2018 indicam que, no setor privado urbano e rural, há trabalhadores com empregos precários e capitalistas com oportunidades de acumulação, beneficiando-se de assalariamento oculto. Na ausência de contratos formais, surgem relações de exploração, sem garantia de condições de trabalho adequadas ou possibilidade de reclamação. Até mesmo formalmente, o Código do Trabalho de 2014 estabelece a subordinação do trabalhador ao empregador. A introdução de incentivos econômicos para o trabalho individual e a priorização de certos setores ampliou as diferenças salariais entre os empregados do Estado. Há concentração de renda em grupos ligados aos mercados internacionais e domésticos de divisas, tais como os recebedores de remessas, os que recebem moeda estrangeira em viagens e locais de trabalho e como gorjetas. Há uma pequena burguesia nacional ligada ao capital estrangeiro, com rendimentos 7,5 vezes superiores ao salário médio, enquanto outros grupos recebem menos que a metade dele (Fundora Nevot, 2021). Espina Prieto (2008) apontou que situações de pobreza, vulnerabilidade e marginalidade reemergiram. Espina Prieto e Echevarría (2020) afirmam que as reformas iniciadas em 2008 ampliaram os fatores de diferenciação e fortaleceram as tendências de heterogeneidade de classe iniciadas com a reforma dos anos 1990.

O salário médio mensal nas empresas estatais é inferior à renda dentro do *cuentapropismo*. Neste último, a venda da força de trabalho predomina sobre o autoemprego de fato e a propriedade de negócios, com grandes desigualdades de renda. As diferenças entre contratantes e contratados são reforçadas por possibilidades de acumulação aumentadas pela desregulamentação (Fundora Nevot, 2021). O apoio estatal às empresas privadas contrasta com as dificuldades na criação de cooperativas, identificadas por González & Alfonso (2018), o que atua como um estímulo ao individualismo (Vasconcelos, 2017b). Esta tendência continua, com um processo de criação de micro, pequenas e médias empresas (MIPYMES) tendo começado em setembro de 2021. Até fevereiro de 2022, haviam sido criadas 2.085 empresas, das quais 2.007 eram privadas, 49 estatais e 29 cooperativas (Cubadebate, 2022).

De acordo com Echevarría et al. (2019), o *boom* do setor privado melhorou fortemente a oferta de muitos serviços, contribuiu para a balança de pagamentos e criou uma economia dupla e uma "forma muito peculiar de desigualdade e diferenciação social" (p. 20), na qual o Estado capta uma parte considerável da renda privada, através de impostos e preços administrados, ajudando a manter suas enormes obrigações em serviços sociais universais. Estes autores também observam que certos grupos obtêm ganhos econômicos a partir de conhecidas contradições. Para Thiemann & Spoor (2019), muito poucos têm acesso a setores lucrativos como o turismo ou o transporte privado, e a economia privada e o inseguro mercado paralelo permaneceram restritos a poucas profissões.

Fundora Nevot (2021) identifica desigualdades na apropriação, uso e controle de recursos e nas relações de trabalho, decorrentes do desenvolvimento da propriedade privada e do usufruto da terra, com surgimento de pequenos empresários no campesinato, uso ampliado do trabalho assalariado e relações monetaristas. Aponta a existência de grupos informais com real capacidade de investimento e decisão, que administram estabelecimentos rurais onde os usufrutuários têm limitações materiais, de conhecimento e habilidade que determinam o seu contínuo assalariamento (Leyva Remón & Arias Guevara, 2015). A desvinculação do trabalho direto, com o uso de supervisores de força de trabalho e com recursos, administradores, trabalhadores assalariados, novas tecnologias e equipamentos modernos permite um maior nível de acumulação (Leyva Remón, 2018).

Camponeses com uma produção bem-sucedida e bem-estar material contrastam com a pouca capacidade produtiva e os recursos limitados de outros (López-Chávez, 2020). O desenvolvimento geralmente depende da contratação de agricultores mais pobres, normalizando uma diferenciação surgida no Período Especial e propiciando a formação de classes (Thiemann & Spoor, 2019). Valdés Paz (2014) afirmou que o principal papel na promoção das relações de mercado e na flexibilização da planificação agropecuária tem sido desempenhado pelos camponeses e que, apesar dos aspectos virtuosos do campesinato na recuperação da produção, a diferenciação em seu interior deve ser considerada nas estratégias de recampesinização.

Nas cooperativas agropecuárias, os empregados recebem um salário baseado no mínimo nacional e na quantidade e qualidade do trabalho, enquanto os membros são pagos com base no salário médio provincial e nos lucros proporcionais à sua contribuição

ao trabalho (Fundora Nevot, 2021). Membros das CPA e empregados estatais acumulam trabalho como assalariados ou semiproletários e agricultores trabalham como diaristas ou *cuentapropistas* (Leyva Remón, 2018). O renascimento de uma burguesia agrária e do assalariamento, determinando um mercado de trabalho rural, tem um efeito erosivo sobre a força de trabalho das cooperativas de tipo socialista (Donéstevez Sánchez & Muñoz González, 2017).

Informações coletadas nas unidades camponesas visitadas ilustram a diferenciação e a desigualdade de renda. A observação visual e as entrevistas (2019) revelaram grandes disparidades no consumo, na infraestrutura produtiva e habitacional e diferentes possibilidades de acesso a mercados formais e informais, ligadas a distintos rendimentos, infraestrutura e contatos interpessoais. Para estas *fincas*, o coeficiente de Gini foi de 0,659 para a renda bruta anual formal advinda das atividades agropecuárias, e de 0,432 para a área total. Dada a pequena amostra, os coeficientes não podem ser considerados uma referência para o país, ou para os camponeses como um todo, mas uma evidência da desigualdade entre eles. O Gini inferior para a área provavelmente deriva do limite de extensão existente de 67 ha. Entretanto, existem terras adjacentes, pertencentes a membros da mesma família e exploradas por eles como uma única unidade produtiva, assim possuindo, de fato, áreas maiores. A área variou de 4,5 a 96,8 ha. Metade do grupo tinha até 26,8 ha, e 75% tinham áreas de até 53,7 ha. Há uma concentração e uma variação significativa.

O Gini para renda foi muito alto. A renda anual variou de CUP³⁰ 10.515,00 a CUP 1.294.000,00. Metade das unidades recebeu até CUP 68.727,00, e 75% delas, até CUP 231.220,00, mostrando uma grande discrepância. As maiores rendas estavam nas *fincas* com áreas maiores e, sobretudo, com maior disponibilidade de força de trabalho, estando aquelas com mais trabalhadores assalariados concentradas entre aquelas de maior renda. Considerando a força de trabalho familiar direta e somente atividades agropecuárias formais, a renda mensal *per capita* variou de CUP -392,50 (mostrando a ocorrência de prejuízos) a CUP 12.190,00, sendo de até CUP 2.775,80 na metade deles, e de até CUP 4.094,50 em 75%. Na maioria das vezes, a renda da agricultura era complementada por outras fontes, tais como trabalho externo e aposentadoria.

³⁰ O Peso Cubano.

Em comparação com as *fincas*, nas *vaquerías*, onde os trabalhadores são empregados estatais, a qualidade da habitação e o nível de consumo era significativamente menor. Em geral, os administradores (trabalhadores diretos responsáveis pela produção) viviam em habitações antigas e pequenas, localizadas na própria *vaquería*, enquanto os outros trabalhadores moravam fora. Seu salário era composto por um componente fixo e um bônus por produtividade e os administradores recebiam salários mais altos do que os demais operários. O salário médio variou de CUP 812,78 a CUP 2.435,70, chegando a CUP 2.000,00 em apenas dois casos. Foi razoavelmente uniforme, com 50% das unidades recebendo até CUP 1.407,13, e 75% até CUP 1.714,20. A renda familiar dos administradores era complementada por fontes externas, especialmente salários recebidos por outros membros da família.

Espina Prieto & Echevarría (2020), afirmando que não há dados públicos sobre as desigualdades de renda em Cuba, citaram uma estimativa de que hoje o coeficiente Gini não estaria abaixo de 0,40-0,45, um valor alcançado durante o Período Especial. Na presente pesquisa, nenhuma informação estatística foi encontrada sobre a estratificação de renda e dados desagregados não estão disponíveis no Escritório Nacional de Informação Estatística (ONEI). Esta questão também foi relatada em contatos com um pesquisador do Centro de Pesquisa Psicológica e Sociológica (CIPS), em busca de dados.

Ao propor um quadro socioestrutural para o país, baseado nas ligações com a propriedade, a fonte de renda e o tipo de trabalho, Espina Prieto e Echevarría (2020) identificaram uma classe trabalhadora; uma pequena burguesia urbana e rural; cooperativistas; trabalhadores autônomos; rentistas e destinatários de remessas; e camadas de funcionários administrativos e técnicos, de intelectuais, artistas e especialistas, e de líderes, oficiais e gestores. Elas mencionam rendimentos de 10 vezes a média nacional, e outros insuficientes para atender às necessidades básicas. Entretanto, as soluções apontadas concernem à política social, a ser utilizada "sobre os determinantes estruturais da reprodução das desigualdades" (p. 47). Leyva Remón (2018) reivindica maior integração e equidade nas políticas públicas para os camponeses, como forma de mitigar a reprodução das desigualdades no campo. Segundo Leyva Remón e Arias Guevara (2015), a atual mudança agrária está sendo utilizada por instituições a serviço das forças estadunidenses para derrubar o projeto socialista, fortalecendo o setor privado, o que "requer um confronto sistêmico a partir das políticas públicas".

Em geral, os estudos não identificam o bloqueio como a principal causa de severas restrições materiais, muitas vezes sequer mencionando-o como determinante. As entrevistas (2019) mostraram que parece existir, entre os cubanos, um cansaço do uso crônico do bloqueio como justificativa para as contínuas adversidades e uma tendência a enfatizar os fatores internos que dificultam a melhoria das condições de vida. Estes incluem aqueles relacionados à condução das reformas e da política econômica, ao funcionamento do Estado, do Partido e de seus agentes e a más condutas existentes na sociedade e suas instituições, elementos comumente chamados em conjunto de "bloqueio interno".

A singularidade de Cuba

Em Cuba, as desigualdades de renda são fortemente atenuadas pela proteção social universal gratuita, educação e saúde gratuitas de alta qualidade, habitação garantida e segurança alimentar mínima. Muitas vezes considerados pobres, os cubanos têm acesso restrito à tecnologia e a itens de consumo; no entanto, não há restrição total de bens essenciais, fome, falta de moradia, violência ou desamparo, e são garantidos direitos essenciais para uma boa qualidade de vida (Entrevistas, 2019; Fernandes & Heringer, 2017). O pleno acesso à saúde e à educação em todos os níveis; nenhum pagamento de aluguel de moradia; grandes subsídios para eletricidade, água, gás, transporte público, telefonia fixa e para cultura, arte, recreação e esportes tornam os salários reais muito mais altos do que os nominais (Soto, 2014).

Através de um plebiscito popular realizado em fevereiro de 2019, a nova Constituição, sucedendo a de 1975 e reafirmando o socialismo, foi aprovada por 86,8% dos votantes, com uma participação de 84,4% dos eleitores. Ela afirma o compromisso de levar adiante o processo revolucionário, sendo o sistema socialista irrevogável. Como mostram as entrevistas, de fato, os cubanos não estão dispostos a renunciar às conquistas sociais da Revolução, e existe um senso de unidade contra ameaças à soberania nacional, o que também foi observado por Moreira & Lima (2017). Simultaneamente, eles são grandes críticos de seu governo, questionando recorrentemente os erros de gestão, centralização, burocratização e corrupção. Há sinais claros de exaustão e uma aspiração de superar as restrições materiais (Entrevistas, 2019).

Mudança agrária, mercado, desigualdade e socialismo a serem abordados como um todo

As análises da situação agrária cubana contemporânea precisam abordar adequadamente o grande aprofundamento da estratificação econômica e social, tratando-a como um problema concernente a elas. Uma crescente desigualdade tem acompanhado as transformações ocorridas na economia e na questão agrária nas últimas décadas.

A implementação de políticas públicas eficientes é essencial para controlar discrepâncias, vulnerabilidades específicas e falhas de diferentes origens. Entretanto, a política social como pedra-chave para corrigir as desigualdades criadas estruturalmente não contribuirá para sua eliminação. Este problema só pode ser resolvido através da atuação e regulação dos determinantes (as próprias reformas econômicas, seus meios de implementação e o bloqueio), assim como dos efeitos diretos (a estratificação e a geração de desigualdades). É preciso nomear o bloqueio como o maior determinante externo, impondo restrições fundamentais à economia e às intervenções estatais. Uma mobilização internacional contra sua continuidade é necessária.

Diante da situação atual da agricultura e da economia do país, bem como de seu sistema socialista, as análises construídas com parâmetros econômicos capitalistas podem fornecer informações importantes, mas carecem de significado e consistência. As proposições de aumentar os mecanismos de mercado e descentralização para o progresso do socialismo não sugerem o caminho concreto a ser seguido. Estão desligadas de seu contexto prejudicial e não consideram a estratificação em sua formulação. Há um crescimento da privatização de fato de interesses e de propriedades, e possibilidades de exploração e acumulação. Como pode ou deve ser conciliado o aumento do uso do mercado e da descentralização com os objetivos igualitários do socialismo, com a manutenção da proteção social, com o controle das desigualdades? Os motores de geração e aprofundamento das desigualdades estão diretamente ligados a estes instrumentos, os quais são uma parte importante das transformações em curso, sendo seu alargamento indicado para melhorar o apoio ao campesinato, a produção de alimentos e a substituição de importações.

Há então um problema: os resultados que poderiam ser considerados positivos (fortalecimento da produção interna, dos camponeses), não podem ser desvinculados das graves questões da estratificação econômica. Eles são resultados das mesmas mudanças. Não se pode falar em contribuição à soberania alimentar sem tocar na crescente

desigualdade, que afeta fundamentalmente a segurança alimentar da população. A diversificação das oportunidades de comercialização pode ter beneficiado o campesinato, mas ao mesmo tempo criou estratos econômicos muito díspares dentro dele, favorecendo o surgimento de uma pequena burguesia agrária e de um capital comercial ligado aos intermediários. Além disso, elevou os preços ao consumidor, com os quais parte da população não pode arcar. A recampesinização e a estratificação são partes dos mesmos processos.

Não é possível dizer que instrumentos baseados no mercado não foram uma necessidade no Período Especial, no processo de atualização do modelo, ou que não o sejam agora. No entanto, as reflexões sobre a questão agrária cubana precisam enfrentar a busca de caminhos para se avançar no apoio aos camponeses e na produção de alimentos, ao mesmo tempo em que resolvem o problema da desigualdade crescente. A alternativa seria a simples aceitação da inevitabilidade do recurso progressivo ao mercado e de seus danos.

Campesinato, Estado e produção agroecológica de alimentos em larga escala

É necessário promover maior acesso a insumos, tecnologias e expandir as oportunidades de comercialização para os camponeses. Dadas a necessidade de aumentar a produção doméstica de alimentos, e a escolha da recampesinização como o caminho estrutural para isso, os incentivos e uma estrutura de apoio ao campesinato são indispensáveis. Seu alcance é restringido pelo bloqueio e há uma tensão constante entre a necessidade de investimentos produtivos e as demandas emergenciais, enfrentando a ação imperialista dos Estados Unidos.

A busca pela soberania alimentar, a manutenção do consumo básico e dos serviços essenciais para toda a população são tarefas permanentes em Cuba e é vital estar preparado para as situações recorrentes de escassez de alimentos, energia e insumos básicos. Isto pressupõe o controle estatal na medida necessária para garantir que o uso da terra e de outros meios de produção estejam orientados ao benefício coletivo. A produção estatal direta é necessária para a garantia de uma quota mínima de alimentos essenciais. Para aumentar a produção de alimentos, a agricultura deve ser executada como uma transição contínua para a agroecologia em larga escala. Isto demanda a otimização do uso da terra, o aumento da produtividade do trabalho, técnicas e treinamento apropriados e a

coordenação entre as unidades camponesas, agregadas em CCS estruturadas, e as demais formas produtivas (CPA, UBPC e UEB), para se atingir as escalas necessárias. Outros estudos sobre produtividade e seus determinantes devem ser conduzidos.

Controle da estratificação e soluções criadas coletivamente

O bloqueio levou a um progressivo estrangulamento econômico do Estado cubano e causa um desabastecimento crônico que fustiga a população, para deslegitimar o governo e levar à sua derrota política. Enfraquecido economicamente, o Estado é incapaz de manter a economia socialista e a infraestrutura do passado, e promove a descentralização para possibilitar a geração de renda, o fornecimento de serviços, oportunidades, alimentos e para levantar fundos para financiar os vultuosos gastos com serviços sociais universais. O estabelecimento de metas para controlar as desigualdades implica a difícil harmonização de outras intervenções de acordo com este objetivo. Os mecanismos de mercado, ainda que tornados necessários pelas circunstâncias, são prejudiciais, e é urgente estabelecer limites e instrumentos de regulação que garantam a igualdade na apropriação de recursos. É necessário saber em que medida o mercado representa uma contradição essencial com o socialismo.

Não pode haver autoilusão: o curso das transformações, se mantido inalterado, irá agravar a estratificação. Desigualdade e concentração são produtos inevitáveis das relações mediadas pelo mercado. Além disso, estas são acompanhadas por mudanças subjetivas, favorecendo valores individualistas. A liberdade progressiva dos negócios privados, somada à dificuldade de criar cooperativas, interage com os efeitos de um longo período de restrições sobre a população e com as insatisfações relativas a erros do governo. Estes elementos econômicos e ideológicos enfraquecem o socialismo a partir de dentro. Esta questão deve ser confrontada como um risco de penetração capitalista e uma questão de economia política do socialismo real. Trata-se de buscar caminhos para a permanência e o progresso da transição socialista cubana. Encontrar formas concretas de levá-la adiante não é tarefa pequena, exigindo uma intersecção verdadeira de formuladores de políticas, pesquisadores, camponeses, cooperativistas, trabalhadores e técnicos estatais, de diferentes estratos socioeconômicos, em uma construção genuinamente coletiva.

Considerações finais

A situação atual de Cuba fornece ricos elementos para a análise das alternativas socialistas no presente século. Isto inclui a dinâmica das relações de mercado, das ofensivas imperialistas, a questão agrária contemporânea e as possibilidades de mudanças econômicas e agrárias socialistas.

A questão agrária é colocada em nível nacional, com base nas relações econômicas, políticas e sociais internas, interconectadas às relações internacionais. A importância central e atual da agricultura, da terra e de outros recursos naturais, as questões contínuas e renovadas das populações camponesas e tradicionais, em ambientes capitalistas nacionais e para as alternativas socialistas, permitem afirmar que não há resolução dada à questão agrária. Ela é um processo contínuo, evoluindo ao longo do tempo, tanto em contextos capitalistas quanto socialistas.

Amin (2017) argumentou que a nova questão agrária só pode ser resolvida por uma visão ousada do socialismo, exigindo-se uma posse da terra não baseada na propriedade privada e a regulação das relações campesinato-mercado. “Crisis and Global...” (2013) afirmou que a consolidação das possibilidades de transformação que a recampesinização representa só pode ser alcançada em uma sociedade essencialmente socialista. De acordo com Valdés Paz (2011), a questão agrária continua sendo uma parte essencial do socialismo cubano e seus desafios só podem ser enfrentados com uma alternativa socialista orientada ao autogoverno e à autogestão.

Em um contexto socialista como o cubano, e na procura por alternativas não capitalistas, é necessário saber como a questão agrária pode ser respondida. Buscando-se por soberania nacional, soberania alimentar, empoderamento coletivo-cooperativo e soluções contra os desenraizamentos capitalistas, isto deve ser feito de forma a preservar a igualdade, sob a pena de minar-se a própria alternativa socialista que se tenta manter sobre novas bases. A recampesinização, dentro de um contexto de relações mediadas pelo mercado e dos bloqueios imperialistas, leva à diferenciação de classe, contribuindo potencialmente para desfazer as transições socialistas.

Um amplo entendimento e coalizão são necessários para apoiar, estudar e transformar a desafiadora resistência socialista e seu desenvolvimento. A singularidade de Cuba está ameaçada, assim como sua referência para o socialismo e os resultados de sua recampesinização. O país é um corajoso laboratório de experiências, em progresso,

que merece atenção, apoio e pesquisa interessada em possibilidades concretas de mudança agrária socialista no século XXI.

Referências

- Amin, S. (2017). The Agrarian Question a Century after October 1917: Capitalist Agriculture and Agricultures in Capitalism. *Agrarian South*, 6(2), 149–174. <https://doi.org/10.1177/2277976017731842>
- Anaya Cruz, B. & García Álvarez. A. (2018). El sector agropecuario en la actualización del modelo económico cubano: desempeño reciente. In A. Leyva Remón, D. Echevarría León & R. Villegas Chádez (Eds.), *Cuba rural: transformaciones agrarias, dinámicas sociales e innovación local* (pp. 9-33). Editorial Ciencias Sociales.
- Babin, N. (2020). Class differentiation, deagrarianization, and repeasantization following the coffee crisis in Agua Buena, Costa Rica. *Journal of Agrarian Change*, 20(1), 113–136. <https://doi.org/10.1111/joac.12339>
- Beresford, M. (2008). Doi Moi in review: The challenges of building market socialism in Vietnam. *Journal of Contemporary Asia*, 38(2), 221–243. <https://doi.org/10.1080/00472330701822314>
- Bernstein, H. (2006). Is there an agrarian question in the 21st century? *Canadian Journal of Development Studies*, 27(4), 449–460. <https://doi.org/10.1080/02255189.2006.9669166>
- Botella-Rodríguez, E., & González-Esteban, Á. L. (2021). Past and present land reform in Cuba (1959-2020): From peasant collectivisation to re-peasantisation and beyond. *Rural History*, 1–16. <https://doi.org/10.1017/S0956793321000108>
- Botella Rodríguez, E. (2018). Políticas agrarias, Seguridad Alimentaria y Nutricional y Soberanía Alimentaria: luces y sombras del caso cubano (1990-2015). *Mundo Agrario*, 19(42), e096. <https://doi.org/10.24215/15155994e096>
- Calvário, R. (2017). Food sovereignty and new peasantries : on re-peasantization and counter-hegemonic contestations in the Basque territory. *The Journal of Peasant Studies*, 0(0), 1–19. <https://doi.org/10.1080/03066150.2016.1259219>
- Carrosio, G. (2014). Energy production from biogas in the Italian countryside: Modernization vs. repeasantization. *Biomass and Bioenergy*, 70, 141–148. <https://doi.org/10.1016/j.biombioe.2014.09.002>
- Crisis and Global Transformation: What Role for Re-peasantization? (2013). *Agrarian*

- South*, 2(3), 241–245. <https://doi.org/10.1177/2277976013520437>
- Cubadebate. (2022, February 17). Cuba supera las 2 000 mipymes y cooperativas aprobadas desde que comenzó el proceso. <http://www.cubadebate.cu/noticias/2022/02/17/cuba-supera-las-2-000-mipymes-y-cooperativas-aprobadas-desde-que-comenzo-el-proceso-pdf/>
- Donéstevez Sánchez, G., & Muñoz González, R. Políticas y régimen agrario en la transición socialista en Cuba. Una mirada desde la economía crítica. In: Leyva Remón, A. & Echevarría León, D. *Políticas públicas y procesos rurales en Cuba. Aproximaciones desde las Ciencias Sociales* (pp. 37-57). Ruth Casa Editorial.
- Echevarría, D., Gabriele, A., Romanò, S., & Schettino, F. (2019). Wealth distribution in Cuba (2006-2014): A first assessment using microdata. *Cambridge Journal of Economics*, 43(2), 361–383. <https://doi.org/10.1093/cje/bey026>
- Echevarría, D., & Merlet, M. (2017). Les évolutions de la politique agricole de Cuba dans le cadre de l’actualisation du modèle économique et social. *Cahiers Des Amériques Latines*, 84, 69–87. <https://doi.org/10.4000/cal.4528>
- Enriquez, J. (2003). Economic Reform and in Post-1990 Cuba. *Latin American Research Review*, 38(1), 202–218.
- Espina Prieto, M. (2008). Viejas y nuevas desigualdades en Cuba. Ambivalencias y perspectivas de la reestratificación social. *Nueva Sociedad*, 216, 133–149.
- Espina Prieto, M., & Echevarría, D. (2020). El cuadro socioestructural emergente de la ‘actualización’ en Cuba: retos a la equidad social. *International Journal of Cuban Studies*, 12(1), 29–52. <https://doi.org/10.13169/intejcubastud.12.1.0029>
- Espina Prieto, M. P. (1997). Transformaciones recientes de la estructura socioclasista cubana. *Papers. Revista de Sociologia*, 52(1989), 83. <https://doi.org/10.5565/rev/papers.1882>
- Fernandes, K. N., & Heringer, K. H. (2017). Os cubanos são pobres? In F. L. B. Santos, J. S. Vasconcelos, & F. R. Dessoti (Eds.) *Cuba no século XXI: dilemas da revolução* (1st ed.). (pp. 162-169). Elefante.
- Fernandez, M., Nelson, E., Locke, K. A., Figueroa, G., & Funes-Aguilar, F. (2018). Cuba’s agrifood system in transition, an introduction to the Elementa Special Feature. *Elementa*, 6. <https://doi.org/10.1525/elementa.335>

- Fernandez, M., Williams, J., Figueroa, G., Graddy-Lovelace, G., MacHado, M., Vazquez, L., Perez, N., Casimiro, L., Romero, G., & Funes-Aguilar, F. (2018). New opportunities, new challenges: Harnessing Cuba's advances in agroecology and sustainable agriculture in the context of changing relations with the United States. *Elementa*, 6. <https://doi.org/10.1525/elementa.337>
- Ferran Oliva, J. M. (2015). Cuba año 2025. Casa de las Américas.
- Friederichsen, R., & Neef, A. (2010). Variations of late socialist development: Integration and marginalization in the northern uplands of Vietnam and Laos. *European Journal of Development Research*, 22(4), 564–581. <https://doi.org/10.1057/ejdr.2010.23>
- Fundora Nevot, G. E. F. (2021). La estructura socioclasista cubana entre 2008 y 2018 . Diferentes aproximaciones a un contexto sui generis. *Estudios Del Desarrollo Social: Cuba y América Latina*, 9(1), 272–29.
- García Brigos, J. P. (2017). Construcción socialista y actualización del modelo económico. Editorial de Ciencias Sociales.
- Gonzalez-Corzo, M. A. (2019). Agricultural reforms, land distribution, and non-sugar agricultural production in cuba. *Studies in Agricultural Economics*, 121(1), 13–20. <https://doi.org/10.7896/j.1817>
- González, A. N. (2013). El modelo agrícola y los lineamientos de la política económica y social en Cuba. Editorial Ciencias Sociales.
- González, A. N., & Alfonso, G. F. (2018). Recent transformations in Cuban agricultural policy and impacts on markets and production. *Elementa*, 6(3), 1–13. <https://doi.org/10.1525/elementa.323>
- Graddy-Lovelace, G. (2018). United States–Cuba Agricultural Relations and Agrarian Questions. *Journal of Agrarian Change*, 18(1), 43–66. <https://doi.org/10.1111/joac.12190>
- Holt-Giménez, E., Shattuck, A., & Van Lammeren, I. (2021). Thresholds of resistance: agroecology, resilience and the agrarian question. *Journal of Peasant Studies*, 48(4), 715–733. <https://doi.org/10.1080/03066150.2020.1847090>
- Jansen, K., Vicol, M., & Nikol, L. (2021). Autonomy and repeasantization: Conceptual, analytical, and methodological problems. *Journal of Agrarian Change*, February,

- 1–17. <https://doi.org/10.1111/joac.12468>
- Khadse, A., Rosset, P. M., Morales, H., & Ferguson, B. G. (2018). Taking agroecology to scale: the Zero Budget Natural Farming peasant movement in Karnataka, India. *Journal of Peasant Studies*, 45(1), 192–219. <https://doi.org/10.1080/03066150.2016.1276450>
- Levien, M., Watts, M., & Yan, H. (2018). Agrarian Marxism. *Journal of Peasant Studies*, 45(5–6), 853–883. <https://doi.org/10.1080/03066150.2018.1534101>
- Leyva Remón, A. (2017). Políticas públicas campesinas en Cuba: entre la equidad y otros desafíos. In: Leyva Remón, A. & Echevarría León, D. *Políticas públicas y procesos rurales en Cuba. Aproximaciones desde las Ciencias Sociales* (pp. 77-94). Ruth Casa Editorial.
- Leyva Remón, A. (2018). Cooperativas agropecuarias en Cuba. Dinámicas socioestructurales entre dos siglos. In: Leyva Remón, A., Echevarría León, D. & Villegas Chádez, R. (Eds.), *Cuba rural: transformaciones agrarias, dinámicas sociales e innovación local* (pp. 125-170). Editorial Ciencias Sociales.
- Leyva Remón, A.; Arias Guevara, M. (2015). Reforma, ruralidades y nuevos campesinos/as en Cuba. Desafíos y propuestas para las políticas públicas. In: M. P. Espina Prieto, M. & Echevarría, D. *Cuba: Los correlatos socioculturales del cambio económico* (pp. 153-178). Editorial de Ciencias Sociales.
- López-Chávez, V. H. (2020). La dimensión rural de las desigualdades : Estado actual de las investigaciones en el período 2008-2018. *Estudios Del Desarrollo Social: Cuba y América Latina*, 8(Especial), 215–237.
- Machín Sosa, B., Jaime, A. M. R., Lozano, D. R. Á., & Rosset, P. M. (2013). *Agroecological Revolution. The Farmer-to-Farmer Movement of the ANAP in Cuba*. ANAP, Via Campesina.
- Mesa-Lago, C., & González-Corzo, M. A. (2021). Agrarian reform and usufruct farming in socialist Cuba. *Journal of Economic Policy Reform*, 24(2), 119–133. <https://doi.org/10.1080/17487870.2019.1683010>
- Mier y Terán Giménez Cacho, M., Giraldo, O. F., Aldasoro, M., Morales, H., Ferguson, B. G., Rosset, P., Khadse, A., & Campos, C. (2018). Bringing agroecology to scale: key drivers and emblematic cases. *Agroecology and Sustainable Food*

- Systems*, 42(6), 637–665. <https://doi.org/10.1080/21683565.2018.1443313>
- Moreira, H., Lima, L. R. Cuba é uma democracia? (2017). In F. L. B. Santos, J. S. Vasconcelos, & F. R. Dessoti (Eds.) *Cuba no século XXI: dilemas da revolução* (1st ed.). (pp. 54-61). Elefante.
- Moyo, S. (2011a). Changing agrarian relations after redistributive land reform in Zimbabwe. *Journal of Peasant Studies*, 38(5), 939–966. <https://doi.org/10.1080/03066150.2011.634971>
- Moyo, S. (2011b). Three decades of agrarian reform in Zimbabwe. *Journal of Peasant Studies*, 38(3), 493–531. <https://doi.org/10.1080/03066150.2011.583642>
- Moyo, S., Jha, P., & Yeros, P. (2013). The Classical Agrarian Question: Myth, Reality and Relevance Today. *Agrarian South*, 2(1), 93–119. <https://doi.org/10.1177/2277976013477224>
- Mudimu, G. T., Zuo, T., & Nalwimba, N. (2020). *Inside an enclave : the dynamics of capitalism and rural politics in a post-land reform context in a post-land reform context*. 6150. <https://doi.org/10.1080/03066150.2020.1722106>
- Noguera Fernández, A. (2004). Estructura social e igualdad en la Cuba actual: los efectos de la reforma de los noventa sobre la estructura de clases cubana. *European Review of Latin American and Caribbean Studies | Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y Del Caribe*, 0(76), 45–59. <https://doi.org/10.18352/erlacs.9684>
- ONEI. (2017). *Panorama uso de la tierra 2017*. <http://www.onei.gob.cu/>
- ONEI. (2020). *Sector agropecuario. Indicadores seleccionados. Enero - Diciembre de 2019*. <http://www.onei.gob.cu/>
- ONEI. (2022). *Anuario Estadístico de Cuba 2021*. <http://www.onei.gob.cu/>
- ONEI. (2021). *Informe Nacional Voluntario Cuba 2021 sobre la Agenda 2030*. <http://www.onei.gob.cu/>
- Page, T. L. (2010). Can the state create campesinos? A comparative analysis of the Venezuelan and Cuban repeasantization programmes. *Journal of Agrarian Change*, 10(2), 251–272. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2009.00244.x>
- Pahnke, A. (2015). Institutionalizing economies of opposition: explaining and evaluating the success of the MST's cooperatives and agroecological

- repeasantization. *Journal of Peasant Studies*, 42(6), 1087–1107.
<https://doi.org/10.1080/03066150.2014.991720>
- Patnaik, U. (2012). Some Aspects of the Contemporary Agrarian Question. *Agrarian South*, 1(3), 233–254. <https://doi.org/10.1177/227797601200100301>
- Riera, O., & Swinnen, J. (2016). Cuba's agricultural transition and food security in a global perspective. *Applied Economic Perspectives and Policy*, 38(3), 413–448. <https://doi.org/10.1093/aep/ppw018>
- Rodríguez Guerrero, L. (2018, August 6). *Sembrar las tierras ociosas, meta que no caduca*. *Granma*. <http://www.granma.cu/cuba/2018-08-06/sembrar-las-tierras-ociosas-meta-que-no-caduca-06-08-2018-21-08-35>.
- Rodríguez, L. C., & González, J. A. C. (2018). How to make prosperous and sustainable family farming in Cuba a reality. *Elementa*, 6. <https://doi.org/10.1525/elementa.324.s1>
- Rosset, P. M., & Martínez-Torres, M. E. (2012). Rural social movements and agroecology: Context, theory, and process. *Ecology and Society*, 17(3). <https://doi.org/10.5751/ES-05000-170317>
- Santos, F. L. B., Vasconcelos, J. S., & Dessoti, F. R. (Eds.). (2017). *Cuba no século XXI: dilemas da revolução* (1st ed.). Elefante.
- Shanin, T. (2018). Late Marx and Russian peasants: an aside concerning 'deviations'*. *Journal of Peasant Studies*, 45(7), 1177–1182. <https://doi.org/10.1080/03066150.2018.1524957>
- Sikor, T. (2001). Agrarian differentiation in post-socialist societies: Evidence from three upland villages in North-Western Vietnam. *Development and Change*, 32(5), 923–949. <https://doi.org/10.1111/1467-7660.00232>
- Silva León, A. (2008). *Breve historia de la Revolución Cubana 1959 – 2000*. Editorial Félix Varela.
- Soto, E. E. (2017, May 4th). Reciben los cubanos un salario de 25 dólares al mes? IELA. <https://iela.ufsc.br/noticia/reciben-los-cubanos-un-salario-de-25-dolares-al-mês>
- Stédile, J. P. (2011). *Questão Agrária no Brasil*. (11th ed.). Atual.

- Sunam, R. K., & McCarthy, J. F. (2016). Reconsidering the links between poverty, international labour migration, and agrarian change: critical insights from Nepal. *Journal of Peasant Studies*, 43(1), 39–63.
<https://doi.org/10.1080/03066150.2015.1041520>
- Thiemann, L., & Spoor, M. (2019). Beyond the “special period”: land reform, supermarkets and the prospects for peasant-driven food sovereignty in post-socialist Cuba (2008–2017). *Canadian Journal of Development Studies*, 00(0), 1–18. <https://doi.org/10.1080/02255189.2019.1632174>
- Triana Cordoví, J. (2014). Cuba: un balance de la transformación. *Economía y Desarrollo*, 151(1), 12–29.
- Valdés Paz, J. (2011). The Cuban Agrarian Revolution: Achievements and challenges. *Estudos Avançados*, 25(72), 73–87.
- Valdés Paz, J. (2014). El campesinado en la revolución agraria cubana: 1959-2013. In F. Hidalgo F., F. Houtart, & P. Lizárraga A. (Eds.), *Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos* (1.^a ed., pp. 229–251). IAEN.
- van der Ploeg, J. D. (2010). The peasantries of the twenty-first century: The commoditisation debate revisited. *Journal of Peasant Studies*, 37(1), 1–30.
<https://doi.org/10.1080/03066150903498721>
- van der Ploeg, J. D. (2018a). From de-to repeasantization: The modernization of agriculture revisited. *Journal of Rural Studies*, 61(December 2017), 236–243.
<https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2017.12.016>
- van der Ploeg, J.D. (2018b). *The New Peasantries: Rural Development in Times of Globalization* (2nd ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315114712>
- Vasconcelos, J. S. (2016). *História Agrária da Revolução Cubana: Dilemas do socialismo na periferia* (1st ed.). Alameda.
- Vasconcelos J. S. (2017a). Quais os desafios da questão agrária em Cuba? In F. L. B. Santos, J. S. Vasconcelos, & F. R. Dessoti (Eds.) *Cuba no século XXI: dilemas da revolução* (1st ed.). (pp. 128-139). Elefante.
- Vasconcelos J. S. (2017b). Qual o lugar das cooperativas no socialismo cubano? In F. L. B. Santos, J. S. Vasconcelos, & F. R. Dessoti (Eds.) *Cuba no século XXI: dilemas da revolução* (1st ed.). (pp. 108-119). Elefante.

Woodhouse, P. (2010). Beyond industrial agriculture? Some questions about farm size, productivity and sustainability. *Journal of Agrarian Change*, 10(3), 437–453.
<https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2010.00278.x>

5. DISCUSSÃO GERAL

Os caminhos do socialismo cubano em sua questão agrária

A questão agrária pode ser definida como a necessidade de se conhecer as formas pelas quais as sociedades organizam o uso, a posse e a propriedade da terra, e organizam a produção e a distribuição de bens da natureza, sobretudo dos alimentos (Stédile, 2011). Vista desta forma, ela não é necessariamente algo a ser resolvido, mas uma questão a ser colocada permanentemente e que evolui com o tempo. Ela é posta em nível nacional, com base nas relações econômicas, políticas e sociais internas, interconectadas com as relações internacionais. Para Amin (2017), a questão agrária contemporânea só pode ser resolvida por uma visão ousada do socialismo, exigindo que a propriedade privada não seja a base da posse da terra e que as relações entre o campesinato e o mercado sejam reguladas. A consolidação das possibilidades de transformação que a recampesinização representa, segundo “Crisis and Global...” (2013), só pode ser alcançada em uma sociedade essencialmente socialista.

Após a Revolução de 1959, a busca de superação do subdesenvolvimento e os objetivos de igualitarismo e soberania nacional deram origem a um processo de reconformação continuada da estrutura agrária e produtiva, em busca de alcançar a satisfação da crescente demanda interna, controlar a produção de alimentos, auferir receitas de exportação, destacadamente da cana-de-açúcar, orientando os excedentes às novas finalidades (Vasconcelos, 2016). Unidades de grande escala foram priorizadas, pelo entendimento de que atenderiam a essas necessidades de maneira mais eficiente e adequada, constituindo-se uma forma superior de produção. Essa escala foi alocada crescentemente em unidades estatais, em detrimento de formas cooperativas e familiares. Nos primeiros anos, isso se deu pela convicção de que assim se poderia garantir o alcance dos objetivos da Revolução, incorporando o conjunto das forças produtivas aos planos de produção e protegendo-se contra agressões internas e externas, em meio a um contexto bélico (Vasconcelos, 2016). Não houve espaço para a livre auto-organização dos trabalhadores.

De maneira crescente até a década de 1980, o Estado abarcou as terras sob sua gestão direta como forma de construção do socialismo, em uma lógica estatizante de crescente inspiração soviética. Seguiu-se os passos soviéticos também quanto ao modelo tecnológico, firmando-se o paradigma da Revolução Verde que, no caso da pecuária, se

sobrepôs ao manejo racional agroecológico do pastoreio. A forma possível de inserção internacional e o modelo produtivo consolidaram a importância da produção especializada de cana-de-açúcar para exportação, a dependência dos combustíveis fósseis e da importação de alimentos, insumos e tecnologia, fortemente vinculadas às relações comerciais favoráveis com o campo socialista.

A crise do Período Especial forçou a inversão da tendência de estatização. O Estado socialista, desde os anos 1990, segue a necessidade de dirigir o redesenho das relações de produção e das formas de posse e uso da terra, na tentativa de desenvolver as forças produtivas. A descentralização da posse da terra teve um primeiro e marcante passo em 1993, com a criação das UBPC, as quais, no entanto, permaneceram atreladas à condução estatal (Echevarría & Merlet, 2017). A agroecologia cresceu no seio do campesinato, em experiências de produção vegetal que se ampliaram rapidamente, possibilitando amortecer a crise alimentar e tornando-se uma revolução agroecológica mundialmente conhecida. Novas formas de vinculação com os processos produtivos e ao mercado foram criadas.

Mais tarde, no processo de atualização do modelo, teve lugar uma nova etapa de descentralização e liberalização. A radicalização da reconfiguração agrária veio com a recampesinização iniciada em 2008, uma reação do Estado à crise que resultou em milhares de hectares de terras ociosas, frente à urgência de suprir o abastecimento interno e substituir importações de alimentos. As terras, entregues em usufruto, mantiveram-se sob propriedade estatal. O caso cubano mostra que as contradições entre formas produtivas camponesas, cooperativas e estatais, existente nas experiências socialistas, não é e não pode ser estática. O transcorrer da história leva à necessidade de que novos tipos de ação sejam forjados. De acordo com Valdés Paz (2011), a questão agrária continua sendo uma parte essencial do socialismo cubano e seus desafios só podem ser enfrentados com uma alternativa socialista orientada ao autogoverno e à autogestão.

A encruzilhada do Estado e os efeitos do bloqueio e do modelo de gestão

Não há precedente ou paralelo para o bloqueio econômico contra Cuba. Não há bloqueio similar, ou resistência similar. A força político-ideológica da Revolução é muito grande, e são impressionantes a consciência e convicção revolucionárias da população. Mas há sinais de exaustão, decorrentes de décadas de privação material, combinados com

a falta de oxigenação das estruturas governamentais e de sua relação com a população, da burocratização e do clientelismo presente nos estratos médios do corpo estatal. As entrevistas, conversas e o próprio resultado do plebiscito constitucional evidenciam que não há intuito de derrubada do socialismo, ou de renunciar às conquistas sociais da Revolução. Entretanto, existe anseio por mudanças, o que foi também apontado em Santos et al. (2017).

A existência destes problemas é permanentemente aproveitada pela ação contrarrevolucionária, organizada a partir do exterior e ressonante em uma parte minoritária da população. Segundo Leyva Remón e Arias Guevara (2015), a atual mudança agrária está sendo utilizada por instituições a serviço de forças estadunidenses para derrubar o projeto socialista, fortalecendo o setor privado. Uma dissimulação antissocialista tenta fazer parecer ao mundo, e à própria população, que a escassez material é devida ao sistema socialista em si, embora ela seja resultado do bloqueio, ao que se poderia somar erros de gestão governamental. O maior "teste de desenvolvimento socialista" que poderia ser feito é o levantamento do bloqueio. Trata-se de buscar caminhos para a permanência e o progresso da transição socialista cubana, uma tarefa da maior complexidade e que exige uma intersecção verdadeira entre formuladores de políticas, pesquisadores, camponeses, cooperativistas, trabalhadores e técnicos estatais, de diferentes estratos socioeconômicos, em uma construção coletiva autêntica.

O socialismo cubano está em uma encruzilhada e em grande risco de cair na armadilha montada desde 1962. O bloqueio levou a um progressivo estrangulamento econômico e provoca uma escassez crônica e profunda que fustiga a população, em uma tentativa de deslegitimar o governo e levar à sua derrocada. Enfraquecido economicamente, o Estado é incapaz de manter a economia socialista e a infraestrutura do passado, e promove uma descentralização produtiva e econômica que envolve a recampesinização, a liberalização dos mercados e a crescente abertura aos negócios privados, como meio de possibilitar a geração de renda, o fornecimento de serviços, oportunidades e alimentos à população, e de levantar fundos para financiar gastos muito pesados com serviços sociais. Mas esta liberalização propicia a acumulação privada e a estratificação da sociedade, levando à desigualdade socioeconômica e abrindo espaço para interesses e valores privatistas. Esta situação pode, em última instância, levar a uma derrota econômica e ideológica do socialismo.

Alternativas socialistas e cooperativismo

González e Alfonso (2018) identificaram fortes dificuldades para a criação de cooperativas. Isso contrasta com o apoio estatal às empresas privadas, funcionando como estímulo ao individualismo (Vasconcelos, 2017). O processo de criação de micro, pequenas e médias empresas (MIPYMES) iniciado em setembro de 2021 mostra que essa tendência continua. Das 2.085 empresas criadas até fevereiro de 2022, 96,26% eram privadas, e somente ínfimos 1,39% eram cooperativas, sendo os demais 2,35% estatais (Cubadebate, 2022). Para fortalecer as alternativas socialistas, é necessário expandir formas populares de organização. Entre outras iniciativas, é necessário apoiar o cooperativismo e usá-lo como forma de aumentar a produtividade do trabalho e de consolidar valores de coletividade.

No campo, isso deve se dar através de CCS renovadas e das cooperativas de tipo socialista (CPA e UBPC), bem como de novas formas cooperativas. Estudos realizados e as entrevistas da presente investigação indicam que são necessárias mudanças nas cooperativas existentes, no que diz respeito à autonomia, à função e à cultura cooperativa. As UBPC permanecem, desde sua criação, ligadas ao Estado em termos econômicos e administrativos, e as CPA também têm um forte peso de condução estatal. As visitas e as entrevistas mostraram que nas CCS são escassas ou inexistentes as estruturas e máquinas de uso comum, as ações cooperadas e os serviços prestados. O nome "Crédito e Serviços" vem da época de sua criação e atualmente não cumprem essas funções, funcionando como instrumentos administrativos, fiscais e de monitoramento. É importante que a cultura cooperativa esteja presente também nas estruturas estatais. É preciso se perguntar como apoiar o campesinato, o cooperativismo e a agroecologia sem perder a garantia da socialização dos benefícios e do abastecimento, tendo-se em mente que, junto ao cooperativismo como modelo de sociedade, devem estar, necessariamente, resultados econômicos satisfatórios.

Na economia socialista do país, o requerido e necessário apoio ao campesinato e o justificado clamor por maior autonomia não devem confundir-se com a lógica da propriedade privada e da economia de mercado, que opera por mecanismos e exploração e acumulação privada, gerando desigualdades. Vasconcelos (2017) destaca que um "socialismo autogestionário", baseado no cooperativismo, é defendido por uma corrente do pensamento cubano que vê nas cooperativas o caminho para evitar que os mercados privados dominem a sociedade, ao possibilitar a combinação da descentralização estatal

com os valores socialistas. Constituir-se-iam, assim, em uma contradição fundamental com o individualismo contido no *cuentapropismo*.

O fortalecimento das cooperativas agrícolas deve estar na vanguarda das futuras iniciativas de reforma em Cuba, segundo Piñeiro Harnecker (2011). Burchardt (2018), analisando as cooperativas agrárias cubanas, afirma que "o futuro de Cuba é cooperativo ou não há futuro" (p. 87), havendo grande potencial para um modelo que combine um Estado forte com um firme componente cooperativo, que requer maior autonomia política. Na opinião do autor, o estabelecimento de uma ampla cultura cooperativa seria facilitado por maior segurança jurídica e pela construção de estruturas organizacionais, e as cooperativas devem ser levadas em conta para evitar-se a privatização e a reconcentração da propriedade da terra.

Agroecologia em escala e incentivos à pecuária agroecológica

Para aumentar a produção de alimentos, de forma limpa e com menores custos econômicos e ambientais, a produção agrícola e pecuária precisa ser levada a cabo sob uma perspectiva de transição contínua para a agroecologia em larga escala. Essa condução requer o conhecimento das tecnologias agroecológicas, a otimização do uso da terra, o aumento da produtividade do trabalho e a coordenação entre unidades estatais, cooperativas e camponesas (agregadas em organismos verdadeiramente estruturados e cooperativos), para se atingir os volumes necessários de produtos.

Aqui, há um complicador adicional: entre pesquisadores, técnicos e o aparato estatal, há associações incorretas e ideias equivocadas, permeadas por entendimentos convencionais sobre a matriz tecnológica e sobre a sua correlação com a estrutura produtiva. Estas ideias fazem uma identificação estrita entre agroecologia e produção de pequena escala e existe uma convicção de que a matriz tecnológica convencional é indispensável para se atingir grandes produções. Entretanto, a agroecologia em larga escala é não somente possível como necessária (Pinheiro Machado & Pinheiro Machado Filho, 2014). Se não é viável, nas atuais circunstâncias cubanas, uma abrupta renúncia à agricultura convencional, é necessário e urgente um processo de transição para a agroecologia, que começa por uma mudança de mentalidade (Pinheiro Machado Filho et al., 2010).

O quadro de insuficiência de alimentos para os rebanhos bovinos, mais grave nas vaquerías estatais no caso da amostra desta pesquisa, é causado por uma conjunção de fatores que inclui principalmente o bloqueio econômico, mas também deficiências de planejamento, falta de domínio de alternativas tecnológicas como o PRV, influência da mentalidade do modelo produtivo convencional e reduzida força de trabalho. Se as unidades estatais estão sem alimento suficiente para seus rebanhos e, ao mesmo tempo, cedendo terras à recampesinização, haveria uma questão insanável de recursos, força de trabalho, gestão, ou de uma combinação destes fatores? Por outro lado, se a disponibilidade de força de trabalho em quantidade suficiente é um problema na agricultura estatal, milhares de pessoas demandaram terras em usufruto nos últimos anos.

A elevação da produtividade do leite e do trabalho poderia ser impulsionada, além da implantação dos sistemas de PRV e da necessária capacitação, pela melhoria de salários e/ou por mecanismos de incentivo econômico individual. Entre estes, contratos que vinculassem a elevação dos indicadores produtivos e a conversão agroecológica da produção ao aumento dos valores recebidos, nas diferentes formas produtivas; contratos de parceria, nos quais as *fincas* pudessem, por exemplo, prover alimento forrageiro às *vaquerías*, talvez cedendo áreas especificamente para essa finalidade, enquanto as granjas cederiam estruturas, máquinas e genética aos camponeses.

Firmados e atendidos contratos com maiores níveis de produtividade para atendimento a planos mais ousados, o excedente de leite e carne de *fincas* e *vaquerías* poderia ser comercializado livremente, como mais uma forma de incentivo. O aumento da produtividade colaboraria para a redução dos preços dos produtos lácteos e cárneos bovinos fora da rede de distribuição centralizada e subsidiada.

Meios de controle da estratificação

As ações para aumentar os níveis de produção, a produtividade da terra e do trabalho, a disponibilidade e o acesso aos alimentos devem ser desenvolvidas concomitantemente à regulação das possibilidades de acumulação desigual e de exploração da força de trabalho. O controle da diferenciação no interior do campesinato seria beneficiado pelo ajustamento entre os limites mínimos e máximos de área; pela adequação das possibilidades de aproveitamento das terras concedidas em usufruto; pela garantia de canais de venda e de acesso a insumos e a outros recursos mínimos para novos

usufrutuários; pela disponibilidade de suportes específicos de apoio e crédito, especialmente para aqueles em condições de vulnerabilidade.

Outras medidas poderiam contemplar uma melhor supervisão das condições de trabalho e da configuração das relações de trabalho; regramento e limites ao assalariamento; busca da eliminação de intermediários e das possibilidades de formação de capital comercial na comercialização agrícola, combinada com a necessária garantia de um estável escoamento da produção; estabelecimento de limites máximos de preços para produtos alimentícios vendidos em mercados livres; e punição exemplar em casos de desvios por parte de agentes do Estado.

Referências

- Amin, S. (2017). The Agrarian Question a Century after October 1917: Capitalist Agriculture and Agricultures in Capitalism. *Agrarian South*, 6(2), 149–174. <https://doi.org/10.1177/2277976017731842>
- Burchardt, H. J. (2018). Agro-cooperativas: procesos y trabas de la nueva política en Cuba. In: Leyva Remón, A., Echevarría León, D. & Villegas Chádez, R. (Eds.), *Cuba rural: transformaciones agrarias, dinámicas sociales e innovación local* (pp. 81-95). Editorial Ciencias Sociales.
- Crisis and Global Transformation: What Role for Re-peasantization? (2013). *Agrarian South*, 2(3), 241–245. <https://doi.org/10.1177/2277976013520437>
- Echevarría, D., & Merlet, M. (2017). Les évolutions de la politique agraire de Cuba dans le cadre de l’actualisation du modèle économique et social. *Cahiers Des Amériques Latines*, 84, 69–87. <https://doi.org/10.4000/cal.4528>
- Cubadebate. (2022, February 17). *Cuba supera las 2 000 mipymes y cooperativas aprobadas desde que comenzó el proceso*. <http://www.cubadebate.cu/noticias/2022/02/17/cuba-supera-las-2-000-mipymes-y-cooperativas-aprobadas-desde-que-comenzo-el-proceso-pdf/>
- González, A. N., & Alfonso, G. F. (2018). Recent transformations in Cuban agricultural policy and impacts on markets and production. *Elementa*, 6(3), 1–13. <https://doi.org/10.1525/elementa.323>
- Leyva Remón, A.; Arias Guevara, M. (2015). Reforma, ruralidades y nuevos campesinos/as en Cuba. Desafíos y propuestas para las políticas públicas. In: Espina Prieto, M. & Echevarría, D. *Cuba: Los correlatos socioculturales del cambio económico* (pp. 153-178). Editorial de Ciencias Sociales.
- Piñeiro Harnecker, C. (2011). *Cooperativas y Socialismo: Una Mirada desde Cuba*. Editorial Caminos.
- Pinheiro Machado, L. C. & Pinheiro Machado Filho, L. C. (2014). *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. Expressão Popular.
- Pinheiro Machado Filho, L. C., Hötzel, M. J., Pinheiro Machado, L. C., & Ribas, C. C.

- (2010). Transição para uma agropecuária agroecológica. *II Simpósio Brasileiro de Agropecuária Sustentável*, 243–258.
- Santos, F. L. B., Vasconcelos, J. S., & Dessoti, F. R. (Eds.). (2017). *Cuba no século XXI: dilemas da revolução* (1st ed.). Elefante.
- Stédile, J. P. (2011). *Questão Agrária no Brasil*. Atual.
- Valdés Paz, J. (2011). Revolução Agrária Cubana : conquistas e desafios. *Estudos Avançados*, 25(72), 73–87.
- Vasconcelos, J. S. (2016). *História Agrária da Revolução Cubana: Dilemas do socialismo na periferia* (1st ed.). Alameda.
- Vasconcelos, J. S. (2017). Qual o lugar das cooperativas no socialismo cubano? In F. L. B. Santos, J. S. Vasconcelos, & F. R. Dessoti (Eds.) *Cuba no século XXI: dilemas da revolução* (1st ed.). (pp. 108-119). Elefante.

6. CONCLUSÃO

Recampesinização, abastecimento e agroecologia

A recampesinização e o abastecimento são elementos fundamentais à compreensão do funcionamento geral, das possibilidades de integração e dos resultados das formas produtivas. São dois fatores que interligam os estudos realizados, recolocando e requalificando os problemas de pesquisa para a construção da tese.

A recampesinização é um elemento na constituição de uma estratégia produtiva, socioeconômica e tecnológica a ser construída com vistas ao abastecimento de leite e outros alimentos. Esta estratégia precisa integrar diferentes formas produtivas, em uma situação de crescente participação do campesinato na produção nacional. O leite é um produto de abastecimento prioritário. Como ação estrutural definida para promover o abastecimento interno, tornando produtivas as áreas ociosas, a recampesinização demanda o suporte à produção camponesa.

O bloqueio e o esgotamento econômico de um Estado outrora forte e garantidor de imensos gastos produtivos e sociais estão entre os principais determinantes desses processos. As crises resultaram em prejuízos à produção interna, redução da capacidade estatal de intervenção na economia e de oferta direta de empregos, redução de salários e aumento do contingente de terras ociosas. Essa situação demandou a descentralização, incluindo a recampesinização e a ampliação dos mecanismos de mercado, em busca do abastecimento, do provimento de serviços, da arrecadação e da geração de riqueza, os quais somente poderão ser alcançados por meio do desenvolvimento das forças produtivas. Por outro lado, deu lugar à estratificação, distanciando a Revolução Cubana de seus princípios igualitários. Sendo parte de um processo de descentralização e liberalização para alavancar a economia nacional, a recampesinização está diretamente conectada e condicionada pela estratificação. Uma produção estimulada pela liberalização econômica coloca a necessidade de efetiva regulação das relações de produção, no sentido de controlar a geração de desigualdades e limitar a acumulação privada e a exploração da força de trabalho.

A massiva incursão de camponeses nos processos produtivos e na gestão das terras não teve os efeitos esperados e necessários sobre a produção, com resultados insuficientes diante das necessidades. Esta é situação também da produção de leite, a qual se mantém muito abaixo da demanda. A atividade leiteira alocada em *fincas* camponesas e *vaquerías*

estatais precisa de qualificação no que se refere à produtividade, à matriz tecnológica e à reprodução social. Além de determinantes, o bloqueio econômico e o esgotamento estatal são sérios obstáculos ao atendimento das necessidades decorrentes dos processos de mudança. O apoio ao campesinato, a manutenção da produção estatal direta, o estímulo à produção em geral e o controle das desigualdades demandam capacidade de intervenção por parte do Estado. O país estaria então diante do dilema de escolher um dos males: o desabastecimento ou a desigualdade. A agroecologia é um elemento que pode contribuir para sua solução.

A expansão e consolidação da agroecologia em diferentes formas produtivas precisa ser fruto de uma ação planejada, firme, gradual e inadiável de transição, formatando agroecossistemas agroecológicos de maneira progressiva – sistemas de PRV, no que diz respeito à pecuária de leite e carne, integração lavoura-pecuária sem uso de agrotóxicos, entre outras iniciativas. É necessário disciplina no que se refere ao cumprimento do planejamento e da aplicação de métodos e técnicas. Inevitavelmente, essa ação será também obstaculizada pelos mesmos determinantes acima apontados (o bloqueio econômico e o esgotamento estatal), dada a necessidade de investimento em infraestrutura, equipamentos e insumos. No caso do PRV, a distribuição de água e o parcelamento das pastagens são imprescindíveis e exigem a disponibilidade de arame, eletrificadores de cerca e rede hidráulica. Essas estruturas precisam ser protegidas como forma de garantir abastecimento e segurança alimentar.

A transição agroecológica é necessária para a elevação da produtividade e a redução de custos, aumentando a disponibilidade de leite, carne e outros alimentos, a eficiência econômica, as possibilidades de arrecadação e de autofinanciamento das diferentes formas produtivas. A agroecologia pode funcionar como um motor de desenvolvimento das forças produtivas indispensável ao abastecimento e ao robustecimento econômico. A geração de excedentes contribuirá, assim, para a ampliação da capacidade de ação do Estado, incluindo o próprio suporte ao campesinato e às granjas, a manutenção dos serviços sociais e a atuação para a distribuição de riqueza, tornando-o apto a desempenhar uma função determinante na regulação do mercado e no controle de suas nocivas consequências sociais e econômicas.

Essas necessidades exigem a construção de caminhos para transpor obstáculos materiais e viabilizar a estrutura necessária à agroecologia, estabelecendo diante do bloqueio relações comerciais específicas e implementando, desde já, medidas de estímulo

à produção que estejam ao alcance do governo, valendo-se de recursos gerados pelas medidas de atualização do modelo, as quais, se supõe, fortalecerão a economia. Obstáculos de concepção precisam ser igualmente transpostos, o que passa pela formação e pela convicção quanto aos resultados e à necessidade da produção agroecológica. A consolidação da transição tecnológica requer a priorização de recursos materiais e intelectuais, superando-se a dubiedade em relação à agroecologia e sustentando a sua massificação em unidades estatais, camponesas e cooperativas. Desta forma, poder-se-á elevá-la, de fato, à escala requerida pelo abastecimento alimentar sustentável e, especificamente, à garantia do atendimento à demanda por leite.

Considerações finais

Medidas, estudos e bases de dados

Em 2021, foram anunciadas 63 medidas para potencializar a produção alimentos, dentre as quais se encontram ações que convergem com alguns dos apontamentos ora apresentados, assim como com anseios externados por camponeses e pesquisadores entrevistados. Entre aquelas que, segundo o governo, requereriam aplicação imediata, figuravam a diminuição de tarifas de eletricidade e água; a redução de preços de insumos e serviços; a elevação de preços para compras estatais e a flexibilização da comercialização de determinados produtos, inclusive o leite e a carne de bovinos; a possibilidade de autoconsumo da carne bovina, desde que não implicasse em decréscimo dos rebanhos; e uma reorganização do sistema cooperativo, incluindo a extinção ou fusão de cooperativas sem possibilidade de recuperação econômica e produtiva, sempre que possível transferindo-se terras ao Estado como forma de fortalecer as empresas.

Será de suma importância acompanhar e estudar os efeitos destas e de outras medidas implementadas com vistas à elevação dos níveis produtivos e ao desenvolvimento econômico. É altamente recomendável que estudos sobre a produtividade e seus determinantes na agricultura cubana, em geral, e a atividade leiteira, em particular sejam conduzidos em diferentes formas produtivas e regiões do país. É essencial avaliar as relações entre a produtividade, dentre outros fatores, e os preços dos alimentos aos consumidores, desvendando mecanismos de inflação. Os processos de estratificação no seio do campesinato e de geração de desigualdades de renda precisam

ser igualmente investigados em detalhes. Estudos como esses irão gerar elementos para análises que possam contribuir para superação de obstáculos econômicos, sociais e organizativos existentes.

É oportuno ressaltar que, na presente investigação, foram encontradas dificuldades relacionadas às estatísticas oficiais e às grandes bases de dados, algumas das quais foram já apontadas por diferentes pesquisadores. As estatísticas de renda publicadas restringem-se aos salários nas entidades estatais e mistas e não contemplam o setor não estatal; não abarcam, portanto, o campesinato e os *cuentalpropistas*. Apesar da dificuldade em compilar dados referentes às relações comerciais operadas por trabalhadores dessas categorias, é de suma importância que as estatísticas oficiais busquem incluí-los, dada a amplitude da participação destes grupos na economia do país. O nível de agregação dos dados é outro problema, não sendo possível identificar separadamente a produção correspondente aos camponeses beneficiários da política de distribuição de terras em usufruto, ou os estratos de renda existentes na população, limitando a acuidade nas análises sobre os resultados e impactos das diferentes ações e medidas.

A unicidade e o potencial do caso cubano

Antes de tudo, é preciso enaltecer a abertura de todos os cubanos que de alguma maneira estiveram envolvidos com a presente investigação. Somente com a grande disponibilidade e acessibilidade, marca dos contatos, entrevistas e visitas realizados, seria possível proceder às análises que constituem este trabalho, com as quais se espera dar contribuição à solução de importantes questões enfrentadas pelo país.

Cuba apresenta-se como caso único de recampesinização massiva no mundo contemporâneo, sendo este um processo guiado pelo Estado. Na América Latina, é caso único de extinção do poder econômico e político do latifúndio e da monocultura de exportação. O país é um exemplo da possibilidade de orientar a produção à soberania alimentar, as políticas agrárias ao abastecimento, à distribuição de riqueza e ao atendimento das necessidades do país, em contraste com a determinação pelo mercado, a qual precisa ser impedida de se sobrepor. É exemplo do uso da terra sob uma perspectiva de soberania nacional, em contraposição à propriedade privada de bens naturais.

A experiência cubana da agroecologia na produção vegetal é uma referência mundial, sendo necessário expandi-la à produção animal, tomando como base a particular história do país com a pecuária agroecológica. Há um longo tempo a agroecologia é apontada, por movimentos sociais e pesquisadores ao redor do mundo, como o caminho para a soberania alimentar, a resiliência econômica e conservação dos recursos naturais. Existem muitos obstáculos à ampliação e massificação do uso de técnicas agroecológicas, sendo o principal deles o poder econômico da agricultura industrial e de seus representantes, a subjugar Estados e estabelecer práticas e interesses, hegemonzando seu modelo. Visto que em Cuba o Estado, as empresas e a terra estão orientadas à coletividade, e não à privatização de lucros, esses obstáculos não devem existir, sendo necessário proceder à superação de outros, já apontados.

Uma diferença fundamental em relação à maioria dos países é a de que, estando as ações guiadas pelo Estado e orientadas em nível nacional, e havendo notável adesão da população aos esforços entendidos como necessários, o alcance pode ser fortemente amplificado, proporcionando-se extensão e profundidade às medidas, apoiando-se na capilaridade e na força da estrutura organizativa da agricultura e na experiência cooperativa do país. Ao menos sob a ótica da determinação de um esforço nacional, realizado com a otimização dos recursos disponíveis, Cuba tem condições de assumir a implementação de sistemas agroecológicos como a base da produção de leite e carne, assim como dos demais alimentos, elevando sua produtividade, rentabilidade, contribuindo ao abastecimento e à soberania alimentar e incorporando a bovinocultura à revolução agroecológica cubana.

ANEXO – Roteiro de entrevistas nas unidades de produção

Planilla de captación de datos

Fecha _____
 Año que se evalúa _____
 Compilador _____
 Nombre del entrevistado _____

1. Identificación y localización del escenario

Nombre _____
 Municipio _____
 Localidad _____

Área total _____
 Agrícola _____
 Pecuaria _____
 Forma productiva (FP) _____
 Tiempo FP _____
 Forma anterior _____
 Razón del cambio:

Tiempo en la actividad lechera _____
 Actividad anterior _____
 Razón del cambio:

2. Dimensión productiva

2.1 Indicadores productivos ***** condic, corporal / salud

Indicador	PLL	PpLL
Número total de vacas		
Muertes/causas		
Número de vacas en lactancia		
Producción total		
Producción animal promedio		
Producción por área		
Número de vacas secas		
Número de vacas vazias		
Número total de novillas		
Número de novillas incorporadas		
Número de novillas no incorporadas		
Muertes/causas		

Número promedio de terneras/os		
Muertes/causas		

Meses de lactancia:

Período seco:

2.2 Creación de machos: si _____ no _____

Categoría	Número promedio de machos (destetados)	
	PLL	PpLL
terneros (0-4 meses)		
terneros (4-12 meses)		
Añojos		
Toretas		
Toros		

Destino:

Ceba

Tracción número _____

2.3 Separación por categorías: si _____ no _____

Como:

2.4 Razas/ Por qué?:

2.5 Leche destinada al autoconsumo:

PLL _____

PpLL _____

2.6 Procesamiento:

Fabricación de derivados: si _____ no _____

Producto	Cantidad producida	
	PLL	PpLL

Destino de los productos:

Consumo:

Venta:

2.7 Áreas dedicada a la producción de leche:

Área total _____

Instalaciones _____

Pastos _____ Natural _____

Artificial _____

Leguminosas _____

Forrajes _____ King grass _____ Caña _____

Granos _____
 Ensilaje _____
 Reservas forestales _____ (razón)
 Otros _____

2.8 Cultivos

Nombre	Area	Producc total	Destino	Precio

2.9 Base de alimentación:

Leche

PLL:

PpLL:

Estabulación: si _____ no _____

Frecuencia:

PLL _____

PpLL _____

Ceba

Época	n.	Peso (i/f)	Alim.(cant/cual/agua)	Aloj.(cual/cuando)
PLL				
PpLL				

Água (cuando/donde):

2.10 Pastos y árboles: ***** comp. / divers.

Especies	%
Herbáceas	
Arbustivas	
Arbóreas	
Indeseables	

Objetivo de las especies arbóreas: ***** cuant./ div.

Formación de las pasturas: *****

2.11 Manejo de pastos:

Cerca eléctrica: si ___ no ___

Cerca natural: si ___ no ___

Número de cuartones: _____

Área de las cuartones: _____

Manejo de la rotación:

fija ___ PO ___ disponibilidad ___ otra ___

Tiempo de reposo:

Tiempo de ocupación:

Tiempo de estancia (día/noche):

Mangas:

perimetrales ___ principales ___ secundarios ___

Agua en todos los cuartones: si ___ no ___

Bebederos:

cantidad _____

material _____

forma _____

área _____

localización _____

Saleros:

Disponibilidad: _____

Cantidad: _____

Ubicación: _____

Sombra en los cuartones: si ___ no ___ en cuantos _____

Desnate y repasse: si ___ no ___ Grupos:

Excedente:

heno ___ ensilaje ___ corte ___ (suelo/forraje) ___ ninguno ___

Carga: _____

Banco de proteína: si ___ no ___ cantidad ___ área ___

Rotación de cultivos:

Asociación:

Compactación (cm): _____

Bosta: *****

Control zootécnico: si ___ no ___

Control de los cuartones: si ___ no ___

2.12 Agua:

Fuentes: _____

Flujo: _____

Depósitos si ___ no ___ cantidad ___ capacidad _____

2.13 Rutina de manejo del rebaño y del producto:

Leche

Tarea	Responsable

Ceba

Tarea	Responsable

2.14 Manejo de terneras/os

Rutina:

Edad/peso: destete _____ 1 año

2.15 Manejo sanitario:

Vacunas	Frecuencia
Desparasitantes	

Principales enfermedades:

tratamiento:

Limpieza de instalaciones:

Frecuencia:

Destino de los residuales (líquidos / sólidos):

Medicina natural si ___ no ___

Homeopatía si ___ no ___

2.16 Manejo reproductivo: IA _____ monta natural _____

Observación de celo / Servicios para gestar:

2.17 Indicadores reproductivos

Edad 1ra gestación / 1ro parto _____

Intervalo Parto-Gestación (PS) / Intervalo de partos:

PLL _____

PpLL _____

2.18 Ordeño: ***** instalac. / hig.

Número: _____

Horarios: _____

manual _____ mecánico _____ tipo de equipo _____

Alimento: si _____ no _____ antes _____ después _____ durante _____

Higiene de tetas: si _____ no _____ antes _____ después _____

Cuartos enfermos? Mastitis?

Manejo (orden, etc.):

2.19 Calidad de la leche:

Análisis/responsable:

Resultados:

2.20 Cooperación con otras unidades productivas: si _____ no _____

¿Por qué?

Actividad:

Forma:

2.21 Apoyo a la producción:

	Asesoramiento técnico	Crédito	Capacitación	Servicios
Tipo/ Fuente				
Continuidad /Frecuencia				
Opinión				
Cantidad				
Finalidad				
Pago				

3. Infraestructura

3.1 Instalaciones ***** construc. / hig.

Naves de sombra

Área:

Edad:

Valor dep.:

Fuente / Crédito:

Condiciones:

Nave de ordeño

Área:

Edad:

Valor dep.:

Fuente / Crédito:

Condiciones:

Nave de maternidad

Área:

Tiempo de uso:

Valor: _____ dep.: _____

Fuente / Crédito:

Condiciones:

Cepo

Área:

Tiempo de uso:

Valor dep.:

Fuente / Crédito:

Condiciones:

Baño

Área:

Tiempo de uso:

Valor dep.:

Fuente / Crédito:

Condiciones:

Estercolero

Área:

Ed Tiempo de uso ad:

Valor dep.:

Fuente / Crédito:

Condiciones:

Almacenes

Área:

Tiempo de uso:

Valor dep.:

Rebaño (inicial):
Cabezas:
Valor:
Fuente / Crédito:

4.-Dimensión económica:

4.1 Fuerza de trabajo / Distribución de la ganancia

Días	horas	remuneración
Días	horas	remuneración
Días	horas	remuneración
Días	horas	remuneración
Días	horas	remuneración

4.2 Productos lácteos:

Leche	PLL	PpLL
(Consumo)		
(Venta)		
Destino/prop.		
Excedente		
Precio unitario		
Precio total		
Frecuencia de pago		

Estimulación: no sí

Cómo funciona:

Derivados	PLL	PpLL
(Consumo)		
(Venta)		
Destino/prop.		
Precio unitario		
Precio total		
Frecuencia de pago		

Procesos de comercialización:

Excedente representa que porcentual del ingreso?

4.3 Otros productos vendidos (origen animal y vegetal):

PLL:

cantidad

destino

precio (total)

PpLL:

cantidad

destino

precio (total)

4.4 Venta de animales vivos (bovinos y otros):

PLL:

cantidad

destino

precio (total)

PpLL:

cantidad

destino

precio (total)

4.5 Producción de autoconsumo (origen animal y vegetal)

PLL	PpLL	Respons.	Cantidad	Precio um.	Precio Tot.

4.6 Otras fuentes de ingresos

Fuente	Valor	Importancia en la renta total

4.7. Contribución de la actividad para la renta familiar

Quien	%	observaciones
Total		

4.8 Insumos internos (consumo/venta):

PLL:

cantidad

(precio) (total)

PpLL:
cantidad
(precio)

(total)

Fabricación de abonos orgánicos

Tipo	Cantidad	Tipo	Cantidad
Compost		Otros	
Humus de lombriz			
Estiércol curado			
Lodo de biodigestor			
Residuales líquidos			

Uso de residuos de cosechas agrícolas para la alimentación animal

Tipo	Cantidad (t)	Tipo	Cantidad (t)

4.9 Tracción animal?

Tipos de animal?

Horas de trabajo

Cuero?

4.10 Insumos externos (pasturas y cultivos)

Insumo	PLL			PpLL		
	cantidad	precio	total	cantidad	precio	total
Pienso						
Semillas						
Ensilaje						
Sal mineral						
Suplement.						
Medic.						
Semen/material						
Combustible						
Herbicida						
Abonos orgánicos						
Abonos sintéticos						
Plaguicidas						
Material ordeño						
Herramientas / utensilios						
Teléfonos						
Servicios eventuales						

4.11 Combustible y Electricidad

	Gasto		Valor Calórico Total M Kcal	
	PLL	PpLL	PLL	PpLL
Diesel (litros)				
Gasolina (litros)				
Electricidad (Kwh)				
Total				

Cuentas energía / agua / gas?

Valor?

Fuentes de energía / aprovisionamiento de la demanda

Eléctrica _____ Eólica _____ Combustible _____ Biogás _____

4.12 Contratación

Número

salario

total

4.13 Mantenimiento de instalaciones

Cual

precio

total

4.14 Siembra / mantenimiento / enriquecimiento de pastos

PLL:

área

precio

total

PpLL:

área

precio

total

4.15 Costos y precio

Conoce

costo unitario de la leche?

costo total?

Es alto?

Precio de venta es alto/bajo/aceptable?

5.-Dimensión social

5.1 Composición familiar / fuerza de trabajo

Quien	Edad	Sexo	Actuación	Parentesco	Experiencia

5.2 Nivel escolar

Quien	institución	ubicación	transporte	material	residencia	alimentación

5.3 Vivienda ***** construcc. / estado gen. / limp.

Años:

Habitaciones / baños:

Fuente:

Condiciones / Vinculación con la actividad:

5.4 Salud

Acceso

Institución / profesional:

Ubicación:

Transporte:

Condiciones

Principales enfermedades:

Quién?:

Tratamiento:

Vinculación con la actividad:

5.5 Tiempo de no trabajo

Descanso

Quien	Atividades	donde	frecuencia

Recreación

Quien	Atividades	donde	frecuencia

Vacaciones

Quien	Atividades	donde	frecuencia

Alimentación

Principales productos	Producido	Comprado	Libreta	Precios	Recibido

5.6 Procedimientos de decisión

Origen de ideas

Discusión? Cómo?

Decisión final

Componentes extrafamiliares? Cuáles? Peso?

Asignación de las ganancias

5.7 Sucesión generacional (Ancianos? Jovenes?)

Deseo

Perspectiva

Proceso

5.8 Conocimientos sobre la actividad

Origen principal

Otros orígenes

5.9 Medio rural / Actividad lechera

Motivaciones / Razones de la permanencia

Satisfacción

Objetivos / meta

Lo que falta? Para que?

Dificultades

Para que sirven / cómo utilizan los recursos de la venta de la leche
Atención (sociedad / Estado)

5.10 Percepciones sobre las condiciones de vida de la familia

5.11 Perspectivas

Continuidad en la actividad

Transformación de las condiciones de vida

5.14 Opinión (Forma: CCS/CPA/UBPC/UEB; Sistema: agroecol./convenc.)

Su forma productiva

Otras formas productivas

Su sistema de producción

Otros sistemas de producción

Preferencia? Por que?